

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E
CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

PORTO VELHO: O MIGRANTE NO ESPAÇO
NOVO

ANA LUCY OLIVEIRA FREIRE

ORIENTADORA: ANA FANI ALESSANDRI CARLOS

SÃO PAULO, MARÇO\1994

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

PORTO VELHO: O MIGRANTE NO ESPAÇO NOVO

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Departamento de Geografia,
área de Geografia Humana, da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo.

São Paulo, março de 1994

AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES, que me concedeu auxílio por um período de dois anos e meio, tempo que realizei os créditos e fiz parte da pesquisa de campo.

Contei na elaboração deste trabalho com o apoio de muitas pessoas, colegas e amigos, aos quais registro meus agradecimentos:

- À professora Ana Fani, orientadora que acompanhou com seriedade a realização da dissertação em todas as suas fases, com disponibilidade, exigência e observações essenciais para o seu desenvolvimento.

- Aos professores com os quais realizei os créditos e muito ajudaram com suas idéias.

- Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação do Departamento de Geografia, bem como aos funcionários do Centro de Informática da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, pela ajuda direta e indireta ao trabalho.

- Aos amigos de colóquios no Laboratório de Geografia Urbana: Aldemir, Cristina Coutinho, Maria do Céu, Eustógio, Glória, Isabel e Ricardo Alvarez, Denise.

- Ao Cláudio B. Wanderley, pelo otimismo e alegria.

- Aos amigos do CRUSP, ao COSEAS, porteiros e funcionários.

- Às pessoas que nem sabem o quanto contribuíram com este trabalho.

RESUMO

Este trabalho analisa e tenta entender o processo de produção do espaço urbano na Amazônia, tendo como área de pesquisa a cidade de Porto Velho.

Privilegiou-se neste trabalho uma discussão teórica sobre o processo de produção para além da produção de mercadorias. Portanto, um espaço que não é apenas produto. Nesse sentido, analisa determinado lugar que se coloca como contraponto para entender as transformações na cidade de Porto Velho, no caso o Mercado Público Municipal.

Não menos importante é a análise feita sobre o papel do Estado e do migrante no processo de produção do espaço urbano, que aconteceu em Porto Velho de forma muito rápida, fundamentando essa discussão a partir da evolução da mancha urbana desta cidade no período 1970-90.

E, finalmente, analisa as transformações no modo de vida da população local, como consequência da constituição de uma sociedade urbana na Amazônia.

ABSTRACT

This work analyses the process of the Amazonian Urban Space, having, as the research area, the city of Porto Velho.

Here, the main discussion is based on the production process that means more than just the commodities production. So, the space is not viewed only as a product, but as a example of the transformations occurred at the city (the case of the Public City Market is the one used).

Of no less importance is the analysis made about the rules played by the state and the migrants in the production process of the urban space that had happened very quickly in Porto Velho, letting this discussion to have its foundations at the evolution of the city limits in the period between 1970 and 1990.

Finally, the transformations occurred at the way of life of the local people is analysed as a consequence of the constitution of a Amazon Urban Society.

Í N D I C E

INTRODUÇÃO.....	1
I- A PERSPECTIVA GEOGRÁFICA DE ANÁLISE DA CIDADE.....	11
II- MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL: um espaço que revela tranformações da cidade e do modo de vida.....	25
2.1- A Ação Estatal Através dos Grandes Projetos.....	51
III- PORTO VELHO: o novo e o velho na produção do espaço urbano.....	82
3.1- Sobre o Objeto de Estudo.....	83
3.2- As Especificidades na Produção do Espaço Urbano de Porto Velho.....	92
3.3- O Migrante no Espaço Novo.....	130
IV- REVOLUÇÃO NO MODO DE VIDA E NA CIDADE.....	144
BIBLIOGRAFIA.....	168

ÍNDICE DE CARTAS

CARTA 1: PORTO VELHO: MANCHA URBANA - 1970.....	95
CARTA 2: PORTO VELHO: MANCHA URBANA - 1977.....	95
CARTA 3: PORTO VELHO: MANCHA URBANA - 1980.....	95
CARTA 4: PORTO VELHO: MANCHA URBANA - 1985.....	98
CARTA 5: PORTO VELHO: MANCHA URBANA - 1990.....	98
CARTA 6: PORTO VELHO: EVOLUÇÃO DA MANCHA URBANA - 1970-90.....	93
CARTA 7: PORTO VELHO: LOCALIZAÇÃO DOS BAIRROS.....	121

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1: POPULAÇÃO DE PORTO - 1981-91.....	107
TABELA 2: DOMICÍLIOS.....	114
TABELA 3: EVOLUÇÃO DO FLUXO MIGRATÓRIO PARA RONDÔNIA.....	131
TABELA 4: OCUPAÇÃO ATUAL DOS MIGRANTES.....	134
TABELA 5: MIGRANTES: TIPOS DE HABITAÇÃO.....	136
TABELA 6: MIGRANTES: MOTIVOS POR QUE VIERAM PARA PORTO VELHO.....	138
TABELA 7: MIGRANTES: IDADES.....	141
TABELA 8: PORTO VELHO: DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS MIGRANTES SEGUNDO A SUA ORIGEM.....	142
TABELA 9: MIGRANTES: DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS SEGUNDO A PROCEDÊNCIA.....	143
TABELA 10: POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PORTO E DE RONDÔNIA.....	145

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

1 - ANTIGO MERCADO MUNICIPAL.....	30
2 - VISTA EXTERNA DO NOVO MERCADO.....	35
3 - VISTA INTERNA DO NOVO MERCADO.....	36
4 - VISTA DE PORTO VELHO EM MEADOS DE 1970.....	98
5 - RESIDÊNCIA NO JARDIM ACAPÚ.....	101
6 - RESIDÊNCIA NO JARDIM MIRAFLORES.....	102
7 - EMBRIÕES DE CASAS FINANCIADAS PELA CEF.....	103
8 - BARRACOS NO BAIRRO MARCOS FREIRE.....	104
9 - BAIRRO ULISSES GUIMARÃES (RUAS MAL ABERTAS, AUSÊNCIA DE SANEAMENTO).....	105
10- VERTICALIZAÇÃO.....	110
11- IDEM.....	110
12- RESIDÊNCIAS FECHADAS.....	113
13- CASA À VENDA NO BAIRRO MARCOS FREIRE.....	114
14- "CENÁRIOS DE PAZ".....	120
15- IDEM.....	120
16- CASAS COMERCIAIS DAS DÉCADAS DE 40-50.....	122
17- CASAS DE VILAS NO BAIRRO CAIARI.....	150
18- IDEM.....	150
19- CASA DE COMERCIANTE LIBANÊS.....	151
20- INSTALAÇÕES DA EFMM.....	158
21- ANTIGA ESTAÇÃO DA EFMM.....	159
22- PRAÇA ALUÍZIO FERREIRA.....	162
23- IDEM.....	163
24- PRAÇA MARECHAL RONDON.....	163

Dedico este trabalho à
minha família e à todos que se dedicam a
entender nossa sociedade.

INTRODUÇÃO

"No meu tempo de menino
Muita coisa acontecia,
Lá nos idos de cinquenta,
Já poucas se repetiam,
No início de sessenta.
Que dirá nos setenta."

(estrofe do poema "Porto
Velho", de Amizael Gomes da
Silva).

Ao término de 1987, Porto Velho, a cidade onde morávamos há tantos anos, parecia que transformara-se em uma outra cidade, visto que as alterações que ali ocorreram foram capazes de, em determinado momento, indagar-nos o que acontecera para estar tão diferente? O que provocara em nós o sentimento de que aquele espaço fora um dia familiar para nós?

Paramos e percebemos que a cidade crescera muito, e que esse crescimento, e conseqüentemente, as alterações na paisagem urbana, aconteceram a partir dos anos 70, acelerando-se na década de 80. Vinte anos foram o suficiente para tão rápidas transformações em Porto Velho, concomitantemente ao surgimento de inúmeras cidades do dia para a noite na Amazônia, além do desenvolvimento de outras que já existiam, proporcionado pela associação entre Estado e capital.

Esta preocupação constituiu-se para nós como ponto de partida da pesquisa. Aliás, tantas transformações num exíguo período de 20 anos também foram (e ainda são) motivo de questionamentos de muitos moradores da cidade. Alguns mais sensibilizados tentam expressar nos seus versos e músicas, memórias de lugares enquanto referências da e na cidade: pontos de encontro, lugares de lazer, lugares de trabalho, de pessoas.

"*Teus recantos de cidade
Eu me recordo - eram poucos:
Ao sul, o igarapé Grande,
Com suas águas bem limpinhas,
E ao norte o das Pedrinhas*

*O morro da Confusão,
O Casarão Amarelo,
Lugares onde o chinelo
Dos puros nunca pisavam
Já se foram, se mudaram...*

*No Triângulo da Estrada,
No Alto do Bode então!
Ou ali em Santa Bárbara
Ficava a gente chegada
Do estrangeiro e do sertão..."*
(P. V. 1987) ⁽¹⁾

O poeta que citamos acima, ressalta a ausência de lugares que o faz lembrar de tempos atrás. Ele têm uma preocupação: as transformações ocorridas em Porto Velho que trouxeram resultados negativos. No nível da paisagem, a cidade não lhes é mais familiar; esta nova cidade não oferece mais segurança e a vida tranquila que todos levavam ficou no passado.

São perceptíveis no simples morador as transformações que ocorreram na paisagem urbana de Porto Velho, principalmente a partir dos anos 70, e esse fato despertou nossa curiosidade, emergindo a necessidade de tentar aprofundar nossa compreensão do real para além do que que podemos chamar de pura observação e descrição de fatos.

O que chamava nossa atenção é que Porto Velho crescia e inchava por todos os lados; seus limites já estavam para além do que atingia nossa visão e nosso

⁽¹⁾ Amizael G. da Silva, "Amazônia: Porto Velho",
pgs. 129-136.

conhecimento familiar. Olhávamos mas não víamos, víamos mas não compreendíamos o que acontecia ali. Intensificava-se o movimento no comércio, nas ruas e avenidas, os veículos proliferavam, congestionando o trânsito, os prédios ganhavam em altura, os bairros tornavam-se diferentes, desconhecidos. Ao mesmo tempo, aprofundavam-se as diferenças entre as pessoas e os bairros: alguns muito pobres outros muito ricos.

O difícil era saber perfeitamente como tudo isso estava acontecendo ali e porque naquele momento? Qual a razão de não ter ocorrido tal processo antes? De onde vinham tantas pessoas? O que buscavam, percorrendo um caminho, às vezes, muito longo? E, principalmente, perguntávamo-nos porque a sensação de que antes tudo parecia ser bom, agradável, saudável, bonito, tranquilo, seguro, e agora sentia-se exatamente o contrário?

Sem dúvida nenhuma tentávamos entender porque a cidade tornava-se aparentemente "feia" e "pobre", isto é, bairros inteiros ocupados por pessoas sem nenhuma perspectiva de uma vida digna de seres humanos; paisagens desoladoras, casas desprovidas de qualquer serviço básico. Esse novo quadro, essa nova paisagem tornou-se algo obscuro e duvidoso, o que excitava nossa curiosidade e deveria tornar-se claro à medida que déssemos os primeiros passos na pesquisa.

A idéia de ver Porto Velho crescer sempre fora bem vista pelos habitantes. Representava sair daquele

"marasmo", de uma vida interiorana, vê-la crescer, parecer com cidades tal qual apareciam nas revistas e televisão, nem sempre reais, simulando, muitas vezes, verdadeiros "paraisos", com todo o bem estar social que uma sociedade urbano-industrial pode oferecer.

De um lado, parte da população ali estabelecida há décadas alimentava o sonho de ver Porto Velho sempre bela e próspera, igual às cidades que apareciam na TV. Por outro, as paisagens que enfeavam a cidade, as partes indesejáveis, àquelas que se percebia num momento imediato, as quais não causavam boa impressão à sociedade tradicional local, poderiam estar ocultas, pois retratavam o "caos", o "desarrumado", revelados nas muitas formas construídas na cidade.

Destas inúmeras formas, os barracos nas favelas, bem como as próprias favelas multiplicavam-se, juntamente com as ocupações, lixo e esgoto passando a céu aberto, bairros inteiros produzidos através da auto-construção durante anos intermináveis, o comércio paralelo ou o "bico" apresenta-se como meio de subsistência para os moradores destes novos bairros, contrastando com prédios residenciais de luxo, vislumbrando um certo grau de "modernidade", ruas pavimentadas e com calçadas, praças ornamentadas e equipadas, grandes lojas de departamento e pequenos shopping-centers, hipermercados onde podem ser encontradas as últimas novidades vindas do centro-sul do

país, os bairros-jardins, complexos esportivos, clubes campestres privados, restaurantes e danceterias\boates.

Procurávamos entender como Porto Velho pode "explodir" em vinte anos. Daí a necessidade de compreender o processo responsável por essas transformações, principalmente porque tratava-se do espaço onde viviámos.

Uma das hipóteses levantadas para desenvolver essa questão refere-se a existência de um projeto promovido pelo Estado, associado ao grande capital no processo de urbanização da Amazônia, especificamente no recém criado Estado de Rondônia, o que deduzimos a partir da nossa vivência na área.

Diríamos que esse processo já está em marcha acelerada há pelo menos três décadas - entre os anos 70 e 90 -, período em que percebemos alguns sinais que nos conduzem a crer na hipótese levantada.

Dentre alguns destes sinais, destacamos a transformação de pequenos Núcleos Urbanos de Apoio Rural (NUARs) ⁽²⁾ em verdadeiras cidades, quando na teoria foram criados para dar assistência ao pequeno produtor migrante, como parte do projeto de colonização da região. Em segundo, a forte mobilização de forças produtivas, incentivando o desenvolvimento do comércio nestes núcleos, os quais no

⁽²⁾ Núcleos Urbanos de Apoio Rural, criados pelos pelo Programa POLONOROESTE a partir de 1981, constituídos, a princípio de um mínimo de infra-estrutura (uma escola de primeiro grau, um posto de saúde, escritórios do governo estadual e um centro técnico-administrativo), para dar apoio aos colonos assentados em áreas próximas.

processo passam a abrigar em tempo muito exíguo supermercados, lojas de eletrodomésticos, de vestuário, de calçados, materiais para construção, de agrotóxicos\insumos\sementes, locadoras de vídeo, pequenas indústrias madeireiras, restaurantes, pequenos hotéis, escritórios de advogados, médicos, dentistas, imobiliárias, além de inúmeros templos religiosos. O terceiro ponto - e o mais importante -, trata-se da rapidez no processo de produção do espaço urbano de algumas cidades que já existiam antes do período citado, como é o caso de Porto Velho, capital do Estado, acelerando-se à medida que os projetos de colonização fracassam no interior do Estado.

No processo de constituição de Porto Velho, isto é, na produção do seu espaço urbano, nos deparamos com uma multiplicidade de situações. De um lado uma sociedade dita tradicional, não integrada às relações capitalistas. Uma sociedade composta por uma população de migrantes que chegou à Porto Velho antes da criação do então Território Federal do Guaporé em 1943, conflitando-se com o "moderno" imposto, exigindo destes um outro ritmo, outro modo de vida. Do outro lado, um contingente populacional que migrou recentemente (nos últimos vinte anos), procurando oportunidades para melhorar de vida.

No processo, o Estado e suas ideologias, instituições financeiras internacionais, possibilitando as transformações, as condições propícias que a região pode

oferecer ao processo de reprodução do capital, o qual Porto Velho não se exclui.

Nossa reflexão nos conduziu a pensar a cidade para além do espaço do capital e de sua reprodução estrita, o que significa que⁴ faz necessário entender a reprodução no nível da vida social, onde há um cotidiano onde as pessoas reconstroem no seu dia-a-dia novos valores, criam novos significados para alguns lugares, tornando-os coletivos ou privados segundo o imaginário destas, os subterrâneos, lugares onde a arte é criar dignificando o homem, fazendo com este se realize por completo.

O Capítulo I privilegia uma análise geográfica da cidade, que perpassa considerá-la além das relações que se materializam no espaço, das formas construídas.

Nesta perspectiva, complementando essa análise, no capítulo II, discutiremos um lugar construído para desempenhar atividades comerciais, mas que fora apropriado por parte da população para outros fins. Referimo-nos ao Mercado Público Municipal Central de Porto Velho, que se coloca como contraponto para entendermos, a partir das transformações no próprio mercado, as mudanças ocorridas na cidade. Discussões estas somadas a uma análise do Estado enquanto responsável por tais transformações (cap. 2.1).

Porque o Mercado Público Municipal como contraponto para entendermos as transformações na cidade?

Dentre os inúmeros lugares referenciais de Porto Velho, o mercado foi um dos que permaneceu até os dias de hoje, sendo parte de sua história; representou durante décadas a centralidade dessa cidade, além de fortalecer entendimentos sobre a constituição de um outro modo de vida, através de alterações no cotidiano da população local.

Dado a inexistência de documentos e outros escritos, especificamente relacionados ao mercado público a ser analisado, os quais muito auxiliariam no trabalho, tivemos que recorrer à memória de alguns antigos moradores da cidade, cujas recordações e reflexões sobre o passado nos possibilita contrastar a perspectiva da riqueza daqueles momentos com os dias de hoje, ajudando-nos a unir esse passado ao presente.

Dando continuidade a discussão sobre o processo de produção que privilegia não somente mercadorias, enriquecemos o trabalho com depoimentos de antigos moradores sobre a cidade e suas histórias de vida, dos frequentadores assíduos do mercado, dos que trabalharam e ainda trabalham no mercado à respeito do mundo vivenciado, sobre o espaço vivido, o cotidiano, na tentativa de esclarecer o desaparecimento de pontos de sociabilidade. Referimo-nos a muitos lugares onde ocorria a interação de pessoas, onde haviam laços de convivência, vizinhança. Recorremos às histórias de vida de muitas pessoas, pois a memória dos mais velhos *"reaviva um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos(...)* Momentos desse mundo

perdido podem ser compreendidos por quem não os viveu, até humanizar o presente."(3)

Entendemos a tendência de nossa sociedade no caminho da racionalidade, do tornar-se mecânica e homogênea, uma sociedade onde teremos menos tempo para sonhar, imaginar, lembrar, criar, pois a vida ativa que nos liga a tudo que diz respeito à produção de objetos, de coisas, de mercadorias, degrada o lúdico, impede e massacra os jogos e as brincadeiras, repele momentos de pura contemplação da natureza e nos distancia dela, das reflexões, dos devaneios, os quais possibilitam uma prática social.

No caso de Porto Velho, como de tantas outras cidades brasileiras, a produção do espaço urbano nos últimos vinte anos, dá-se através de um incessante construir-destruir. É essa imagem que nos leva a discutir a articulação entre o "novo" e o "velho" no processo de produção espacial no capítulo III, destacando o papel do migrante enquanto sujeito desse processo, assim como o Estado.

No capítulo IV, centramos a análise na discussão sobre as marcas que contribuem para montar o passado, não para a simples repetição do antigo, mas para uní-las ao agora, possibilitando um entendimento da transformação no modo de vida das pessoas e, conseqüentemente, da cidade. Estas marcas aos poucos cedem às modificações, parte do processo, onde o "novo" destrói o

(3) Ecléa Bosí, Lembranças de Velho, pgs. 40\41.

"velho". Para tanto, as lembranças ajudam a reconstruir e desenrolar fios de dias passados, pois de outra forma *"como transmitiríamos a nossos filhos o que foi a outra cidade, soterrada embaixo da atual, se não existe mais as velhas casas, as árvores, os muros e os rios de outrora?"*(4)

Nos propomos a entender essa destruição como um momento determinado do processo de reprodução do espaço urbano, e não como simples saudosismo ou nostalgia que emerge das falas dos habitantes de Porto Velho.

Passagens, ruas, passeios, mercados, praças, rios e outros lugares da possível prática social desaparecem, tornando a cidade cada vez mais impessoal, estranha e sem memória, dado a destruição, a exclusão da diferença, do heterogêneo que perpassava a vida de muitos, tudo isso em nome de uma racionalização que tenta apagar os *"resíduos que deve-nos mostrar e revelar o sentimento da vida, possibilitando uma desalienação social."*(5)

É importante dizer que este trabalho não pretende esgotar a discussão sobre o processo de produção espacial que ocorre na Amazônia, mas apenas fornecer uma contribuição inicial nesse sentido, apontando para o fato de que, para além de Porto Velho, há todo um "mundo amazônico" a ser pesquisado.

(4) Ecléa Bosi, Op. Cit. pg. 335.

(5) Olgária Matos, A Cidade e o Tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças, pg. 52.

I - A PERSPECTIVA GEOGRÁFICA DE ANÁLISE DA CIDADE

**"Tu cresceste - Porto Velho!
E eu não sou mais um menino.
Agora sou homem feito,
Enfrentando meu destino,
E te amando de algum jeito."**

(estrofe do poema "Porto Velho", de Amizael G. da Silva)

Pensar a cidade em seu constante movimento histórico nos levou a inúmeras interrogações sobre o modo pelo qual a Geografia analisava o processo de reprodução do espaço, particularmente o urbano.

A análise geográfica da cidade que se quer verdadeira e contribuir para entendermos os movimentos que constituem a sociedade, deve privilegiar o modo pelo qual as relações sociais se materializam no espaço, produzindo objetos, paisagens

Não está muito distante o tempo em que muitos estudiosos da Geografia, interessados em estudar a cidade e o urbano, faziam uso apenas dos resultados quantitativos da materialidade das relações sociais, comparando-os para chegar a um entendimento sobre muitos fenômenos.

Atualmente, as perspectivas que a Geografia, especialmente a Geografia Urbana nos permite pensar para além das formas, da paisagem, de um lugar particular, onde se materializam e manifestam-se os processos sociais.

O método que nos permite identificar, entender e questionar os fatos, os fenômenos mais significativos "*para procurar o que neles se esconde e para compreender a capacidade de permanência das relações sociais*"⁽⁶⁾ no processo de produção de um lugar, oferece-nos a oportunidade de uma prática, possibilita descobertas.

⁽⁶⁾ Henri Lefebvre, A Reprodução das Relações Sociais, pg. 223.

Compreender as ações dos elementos geográficos no curso da produção do espaço que é contínuo, como a paisagem, por exemplo, as contradições que ocorrem neste processo histórico que se refaz a cada dia, os conflitos que se dão a partir dos interesses de classes, a opressão, o constante destruir-construir, todos dissimulados e reduzidos a formas aparentes, são caminhos que ajudam o desenvolvimento da Geografia Urbana preocupada em contribuir no entendimento da sociedade urbana que se constitui com o próprio processo de conhecimento.

É nossa intenção uma maior aproximação da fase que entendemos ser marcante para o desenvolvimento da Geografia enquanto ciência social, particularmente da Geografia Urbana. É grande sua contribuição para compreendermos nossa realidade. Tomamos como ponto de partida, a idéia do espaço enquanto produto das atividades da sociedade, e enquanto possibilidade para o entendimento do que percebíamos ao nível da paisagem, ou seja, verificar a materialização de relações sociais na cidade, que no processo, configura-se em formas diferenciadas.

Nos estudos sobre a cidade, o "dar-se conta" de que tudo parece transformar-se, ou seja, a apreensão da paisagem, de um momento estático, é fundamental para entendermos as diferentes etapas no processo de produção de formas que se apresentam como a nossa realidade.

Começamos a análise pensando na paisagem, visto que hoje este elemento do espaço geográfico,

possibilitou-nos aguçar e desenvolver sentidos que nos encaminhou a interpretar e distinguir aparência de essência no processo de produção espacial.

É importante salientar que a paisagem é um elemento limitante se decidimos analisar a sociedade tomando-a apenas pelo que ela mostra, pois, assim, arriscamo-nos a cair em armadilhas. A paisagem é um elemento importante de análise, mas que só deve satisfazer-nos num primeiro momento no percurso para um entendimento da nossa realidade, de uma sociedade que produz seu espaço.

Entender a realidade desta sociedade capitalista de hoje requer vê-la e analisá-la sempre em seu movimento contraditório, pois trata-se de uma das premissas fundamentais do próprio entendimento da realidade, posto que esta não é um dado estático e acabado, isto é, ela é resultado de movimentos diacrônicos, uma história feita de momentos instáveis. Trata-se, como diz SANTOS⁽⁷⁾ de uma *"luta entre os contrários, contrários que se chocam e criam uma nova realidade"*.

Conhecer essa sociedade contraditória na perspectiva da espacialidade das relações sociais é o objetivo do nosso trabalho, ou seja, entender a produção do espaço urbano de Porto Velho, a partir da ação de sujeitos, caso dos migrantes e do Estado. Todavia, entender o espaço nos coloca diante da questão de que não se trata de qualquer

⁽⁷⁾ Milton Santos, *Metamorfoses do Espaço Habitado*,
pg. 96.

espaço. Antes de tudo *"trata-se do espaço, tal como ele se apresenta, como um produto histórico"*, diz SANTOS.⁽⁸⁾

É o espaço resultado das atividades de uma sociedade, cujo trabalho possibilita a constante transformação da natureza. Refere-se ao processo natural da luta do homem contra a natureza; *"ele não deve permanecer passivamente no nível dela, contemplá-la ou emergir romanticamente em seu seio; ao contrário, precisa vencê-la, dominá-la, através do trabalho, da técnica, do conhecimento científico, pois só assim ele se realiza como homem."*⁽⁹⁾

O trabalho constitui o fundamento para que se produza o espaço que ao mesmo tempo significa a reprodução do próprio homem. Trata-se do elemento mediador na relação entre este e a natureza. É um jogo que precisa ser entendido dialeticamente, visto que as transformações no espaço, resultam em modificações das relações sociais.

E por isso é propósito encontrar na Geografia Urbana um caminho para entender este processo. Chegar às questões e buscar, não exatamente respostas, mas uma compreensão que nos chama a atenção para o fato de que os homens produzem espaços e modos de vida, segundo tempos e conjunturas sócio-econômicas e políticas diferenciadas no

⁽⁸⁾ Milton Santos, Por Uma Geografia Nova, pg. 111.

⁽⁹⁾ Henri Lefebvre, O Marxismo, pg. 13.

nível tanto local, nacional e global, transformando o espaço e a si próprio.

Há um urbano em constituição em Porto Velho, mas como entender esse processo?

Assiste-se em Porto Velho as consequências da intensificação do processo de estabelecimento de uma sociedade urbana, cujas transformações acontecem de modo violento e rápido.

Como pano de fundo da análise, podemos considerar que, tendencialmente, o mundo é cada vez mais urbano e a forma rural, tal como vista hoje, em pouco tempo, nesse ritmo, se transformará radicalmente.

Para LEFEBVRE⁽¹⁰⁾, estamos prestes a vivenciar a completa constituição de uma sociedade urbana, o urbano enquanto objeto possível ou *"la société qui résulte de l'urbanisation complète, aujourd'hui virtuelle, demain réelle(...).société urbain, que désigne la tendance, l'orientation, la virtualité."*

Como ponto de partida podemos pensar a cidade enquanto a forma, a base física, o objeto; enquanto produção, local de moradia e do trabalho; de acúmulo de riquezas e de conhecimentos. Aqui vive-se de forma "coletiva", mesmo que não se queira, pois o espaço é único, embora inúmeros fragmentos lhe compõem, inúmeros amontoados são produzidos: os fluxos regulados e organizados pela

(10) "A sociedade que resulta da urbanização completa, hoje virtual, amanhã real" e "sociedade urbana, que designa a tendência, a orientação, a virtualidade".

Henri LEFEBVRE, La Revolution Urbaine, pg. 7.

própria sociedade, visando uma ordem (ou desordem), lugar das dimensões públicas e privadas. A cidade é o lugar onde fica mais claro o papel do Estado enquanto poder centralizador das condições de produção e reprodução do capital, lugar privilegiado da gestão e da divisão do trabalho.

Se a cidade foi o lugar do encontro, da convivência, da apropriação da obra, hoje, para muitos exprime a própria prisão com muros altos, os quais expressam, de um lado a propriedade privada do solo urbano, e de outro a mudança no relacionamento entre os indivíduos.

Somos atraídos como que por um imã, e cada vez mais torna-se difícil viver ou sobreviver fora dos limites da cidade ou o que poderia se chamar de campo, limites que já não sabemos reconhecer, visto que as características clássicas que separam o rural do urbano tendem a desaparecer. Uma névoa encobre um processo em andamento, obscurecendo um entendimento, e uma grande dúvida paira sobre nós: o que exatamente está acontecendo com a cidade?

Se nos limitássemos a estudos sobre a morfologia e função da cidade, seguramente não seríamos guiados a atentar e refletir para além da forma urbana: a cidade. Precisamos, entender o urbano, *"a sociedade urbana*

que aponta no horizonte, em gestação no seio da Sociedade Burocrática de Consumo Dirigido." (11)

Para LEFEBVRE⁽¹²⁾ alguns traços definem esta sociedade: esta exige um cotidiano e uma cotidianidade. O primeiro tendendo a constituir-se num sistema próprio (produção-consumo-produção), que tem como lugar primaz a cidade. Delineadas as necessidades, procura-se prevê-las, criando-se desejos. Produz-se momentos no cotidiano, a cotidianidade que seria o principal produto da sociedade dita organizada, ou de consumo dirigido.

A cotidianidade procura fazer indivíduos passivos frente a uma vida cotidiana que perpassa o consumo, a moda; compradores e consumidores de mercadorias e símbolos destas, cada vez mais possíveis pela publicidade em demasia nos meios de comunicação.

Por isso, é preciso conquistá-la, visto que a mesma significa o saciamento de desejos e necessidades pela aquisição maciça de coisas, de objetos que logo tornam-se obsoletos, voláteis, ou seja, foram feitos para durar pouco tempo. Trata-se do culto ao efêmero, demonstrando um produtivismo racional apoiado na tecnocracia, permitindo lucros imediatos. Ou como diz WITTE, *"as coisas não têm mais tempo suficiente para envelhecer, mas são produzidas de tal modo que são velhas desde o início e devem ser substituídas por coisas novas."* (13)

(11) Henri LEFEBVRE, Op. Cit. pg. 11.

(12) Henri Lefebvre, A Vida Cotidiana no Mundo Moderno.

(13) Bernd Witte, "Porque o Moderno Envelhece tão Rápido", pg. 107.

Essa sociedade cria necessidades (dispensáveis?) que desembocam em outras, constituindo um processo infundável, um esquema que se repete. Mesmo assim, as pessoas não se dão por satisfeitas e tampouco felizes, ou se isso ocorre, representam apenas momentos, pois logo motivações são dissolvidas, bastando que novos objetos sejam colocados no mercado, anunciados, na maioria das vezes, previamente pela publicidade. *"Esse alguém lhe diz como viver cada vez melhor: o que deve comer e beber, como vestir-se e mobiliar a casa, como habitar. E aí você está programado."*(14)

Para o autor, denomina-se "sociedade do desperdício" porque sucateia rapidamente os recursos naturais ainda disponíveis em alguns recantos do globo, cujos depósitos de lixo, do consumo, estão sempre cheios de sobras desconhecidas, e muitas vezes nem imaginadas no mundo da mercadoria.

Essa sociedade vincula-se ao processo que, nos últimos vinte anos, impulsiona o aparecimento e rápido crescimento de cidades na Amazônia, inseridas não só na dinâmica da produção do espaço nacional, como também constitui-se numa região que não se exclui do projeto de globalização das relações, principalmente as econômicas, as quais se expandem ininterruptamente.

Se até algumas décadas passadas o alcance das relações capitalistas no nível mundial, desenvolvia-se em

(14) Bernd Witte, Op. Cit. pg. 117.

marcha lenta, após a Segunda Guerra Mundial e, principalmente, a partir dos anos 80, acelerou-se. Para IANNI⁽¹⁵⁾, a globalização ainda é um processo inacabado. *"Enfrenta obstáculos, sofre interrupções, mas generaliza-se e aprofunda-se como tendência. Por isso, há nações e continentes nos quais a globalização pode desenvolver-se ainda mais, tem ainda espaços a conquistar(...)*Integra e reintegra progressivamente e ciclicamente os mais diversos espaços, as mais diferentes formas sociais de vida e trabalho".

Hoje, inseridas no processo de urbanização, as cidades na Amazônia e os seus extensos limites da mancha urbana, como é o caso de Porto Velho, compõem-se de meros ajuntamentos de seres mal alimentados, que vivem de subempregos, habitando em situação sub-humanas. Tratam-se de favelas, mocambos, assentamentos, ocupações e loteamentos em condições insustentáveis ou muito precárias, mas que representam, em muitos casos, a última e única alternativa de moradia.

Tempos atrás essa situação referia-se às paisagens somente observadas nos grandes centros urbanos do país. Atualmente, dezenas de cidades criadas a menos de duas décadas em Rondônia, como em toda a região Amazônica já nasce com problemas desse tipo.

Tentar entender este quadro que se apresenta como "novo", procurando obter respostas para as

⁽¹⁵⁾ Octavio Ianni, A Sociedade Global, pgs. 24\54.

transformações ocorridas, é nosso objetivo. Conhecer o processo de produção do espaço urbano de Porto Velho, levando em consideração a sociedade urbana a caminho, e como a mesma se reproduz nesta parcela de espaço, enquanto consequência da expansão do capital industrial, antecipado pelo desenvolvimento de forças produtivas e o papel do colono-migrante que se desloca de vários pontos do país para preencher os "vazios" da Amazônia, é um desafio que queremos enfrentar.

É realidade hoje a constituição de uma sociedade urbana em escala mundial, e deste processo faz parte a Amazônia, e neste caso, especificamente Porto Velho, nossa área de pesquisa. Trata-se de uma formação em curso, portanto, não sabemos como e quando será o seu final - se é que haverá um fim -. Todavia, permite-nos enveredar por outros caminhos para entender essa sociedade.

A análise sobre o espaço urbano desenvolve-se na perspectiva da produção e reprodução do capital, do desenvolvimento e da expansão integrando, articulando áreas pela divisão espacial do trabalho. No entanto, *"a articulação do espaço que se reproduz de um lado enquanto necessidade de reprodução do capital guarda também, de outro lado, a dimensão das necessidades da reprodução da vida."*(16)

O caminho do método nos leva a pensar para além da produção de coisas, ir além da análise do espaço

(16) Ana Fani A, Carlos, "As Dimensões da Análise do Espaço Urbano", mimeo.

enquanto condição geral à reprodução do capital. Para isso, a análise enfoca a cidade como espaço de múltiplas dimensões e relações, incluindo àquela da sociabilidade, o apego à vida, a riqueza nas relações de amizade, de vizinhança, de amor e carinho pelas pessoas e pelos lugares, principalmente àqueles que marcam a vida de muitos. São sentidos que não podemos deixar fora do nosso entendimento, isto porque na cidade, incessantemente se dão as condições para que ocorra a reprodução do capital, mas também a reprodução do homem, da sua vida social, dentre outras dimensões da vida, o que implica uma prática social, um tempo e um lugar específico.

No processo de produção do espaço urbano, a sociedade intervém em todos os sentidos, porque este é produto de uma prática social, o que nos leva a pensar a dimensão do humano no processo de constituição do espaço, que resulta num espaço construído por homens que, ao mesmo tempo produzem um modo de vida que hoje é determinado pela produção de mercadorias, que transplanta para o cotidiano o tempo do processo de produção, sugerindo tempos diferentes para atividades diferentes.

Para BOSI⁽¹⁷⁾, *"as horas do relógio impõe uma duração nova: a divisão social do tempo marcado por pontos de orientação que transcendem nossa vontade e nos fazem ceder à convenção"*. Hora para trabalhar, hora para o lazer, hora para os percursos entre os lugares, hora para amar, hora para dormir, comer, sonhar. São os tempos que fazem parte da

⁽¹⁷⁾Ecléa Bosi, Op. Cit. pg. 42.

lógica da reprodução, que de um lado diminuem as chances de maior humanização do homem, constituindo, por outro lado, possibilidades na criação de homens que mais parecem máquinas, pessoas sem sentimentos, frias e calculistas, que perdem o sentido da vida.

É importante esclarecer que a cidade não é somente o que transparece na paisagem, nos momentos estáticos: as ruas, o comércio, a soma de bairros contrastantes, aglomerados de pessoas, da produção de coisas nas horas marcadas pelo relógio. Ela é tudo isso, mas guarda também a perspectiva da vida.

Em meio à produção massificante da cidade, onde tudo tende a entrar no mercado das trocas, alguns "pedaços" - os resíduos -, trazem características que podemos associá-las a uma vida social que não perpassa o mundo da mercadoria. Dentre alguns, podemos citar antigos bairros onde as relações de vizinhança ainda existem, bares e cafés, feiras, mercados públicos, nas ruas, nas festas religiosas, e até mesmo nos cemitérios.

Muitos lugares\pontos na cidade significam referenciais para determinada população, dado que simbolizam a união, o aconchego, a confiança, a segurança, a festa, a amizade, a familiaridade, o lúdico. Ruas, becos, calçadas, ruas, escadarias, praças e outros são apropriados de forma privada. Para LEFEBVRE⁽¹⁸⁾, trata-se áreas que se quer

⁽¹⁸⁾Henri Lefebvre, La Production de l'Espace, pg. 49.

perpetualizar, que ⁴apropria da imaginação, carregados de símbolos e imagens.

II - MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL: Um
Espaço Que Revela Transformações
da Cidade e do Modo de Vida.

"Eu te vi cidade ainda moça.
Quando eu era uma criança!
E vivia nos folguedos;
Percorri os teus becos na folia,
Das cirandas e brinquedos".

(estrofe do poema "Porto Velho",
de Amizael G. da Silva).

A história do surgimento do mercado municipal construído em 1915 e concluído apenas três décadas depois com a criação do Território Federal do Guaporé em 1943, perpassa a história da criação do próprio município de Porto Velho em 1914, tempo em que este ainda pertencia ao Estado do Amazonas, época que esta cidade deixa de ser um simples povoado criado em função das necessidades da companhia construtora da Estrada de Ferro Madeira Mamoré e passa a ter vida própria.

As instalações e toda a infra-estrutura necessária para o assentamento da empresa construtora da Estrada de Ferro Madeira Mamoré-EFMM, exigiu grande massa de trabalhadores - brasileiros e estrangeiros -, bem como atraiu vertiginoso número de pessoas de outras localidades da região interessados em novos negócios. De uma maneira geral na medida em que *"a grande empresa estrangeira - Madeira Mamoré Railway Co. - e suas subsidiárias instalaram-se no local, construindo oficinas, pátio de manobras para os trens, armazéns, estação de passageiros, ancoradouro aparelhado inclusive com guindastes, rede de água encanada, alimentada por um poço que abastecia três caixas d'água (ainda existentes até hoje), rede de esgotos, rede de iluminação elétrica produzida por caldeiras de vapor d'água, fábrica de gelo, escritórios, casas residenciais e clubes sociais, (estes últimos eram na verdade casarões de madeira pré-fabricada nos Estados Unidos)"*, aumentando, assim, a cada dia o número de habitantes no local. Além disso,

segundo o autor a companhia instala-se na ainda Vila de Porto Velho em 1909, tendo sido planejada pelos administradores da empresa norte-americana nos mínimos detalhes, a partir do planejamento de suas atividades no local. Todavia, não esperavam com o crescimento espontâneo da cidade, que por volta de 1912 contava com o surgimento "além dos limites de seus domínios, de uma favela de barracos de palhas construídos desordenadamente e que rapidamente crescia o número de moradores constituídos por ex-trabalhadores empregados da construção da ferrovia, seringueiros, prostitutas e pequenos comerciantes portugueses, sírios, libaneses e judeus. Porto Velho crescia vertiginosamente com os que chegavam de todas as partes e com os moradores da vila de Santo Antonio (pertencente ao Estado do Mato Grosso) que se mudavam para a nova localidade. Surgem as primeiras construções de madeira e de alvenaria, os pequenos comerciantes ampliam seus negócios e seus estabelecimentos, delineando-se a formação de uma nova classe social. O povoado toma ares de cidade e é criado o município de Porto Velho em 02 de outubro de 1914."(19).

A maioria da população que mora em Porto Velho é constituída por elementos mestiços, predominando o caboclo da região amazônica e os oriundos do Nordeste. Ao seu lado, aparecem os brancos e negros, estes últimos poucos numerosos, pois trata-se dos barbadianos e descendentes destes que deslocaram para trabalhar na construção da EFMM

(19) Amizael Gomes da Silva, "Amazonia Porto Velho", pgs. 40\

(Estrada de Ferro Madeira Mamoré). Para muitos pesquisadores "o nordestino é o elemento mais importante da população. Ele representa o mesmo que o colono europeu representa na região sul do Brasil. As primeiras levas de povoados nordestinos penetraram na região do vale do rio Madeira a partir de 1860. Iniciada a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, eles estavam presentes ao lado de norte-americanos, negros, ingleses, turcos, italianos, japoneses, espanhóis, árabes, portugueses, bolivianos, franceses, russos e elementos de outras nacionalidades, bem como de brasileiros de outras regiões, arregimentados para aquele trabalho"⁽²⁰⁾. "Os de fora" procedem do sul, como também de outras regiões. São pequenos agricultores, trabalhadores rurais, pequenos comerciantes, pedreiros, carpinteiros e outras atividades. No trajeto mudam de ocupação, por exemplo para garimpeiros e ambulantes\camelôs. São fluxos migratórios mais recentes (a partir da década 70, principalmente), representados por famílias com tradições rurais, mas a partir da década de 80, muitos se juntam aos "aventureiros do ouro", vindos de todos os lados em busca do rápido enriquecimento, visto que a esta altura, terras a serem distribuídas já se tornavam escassas.

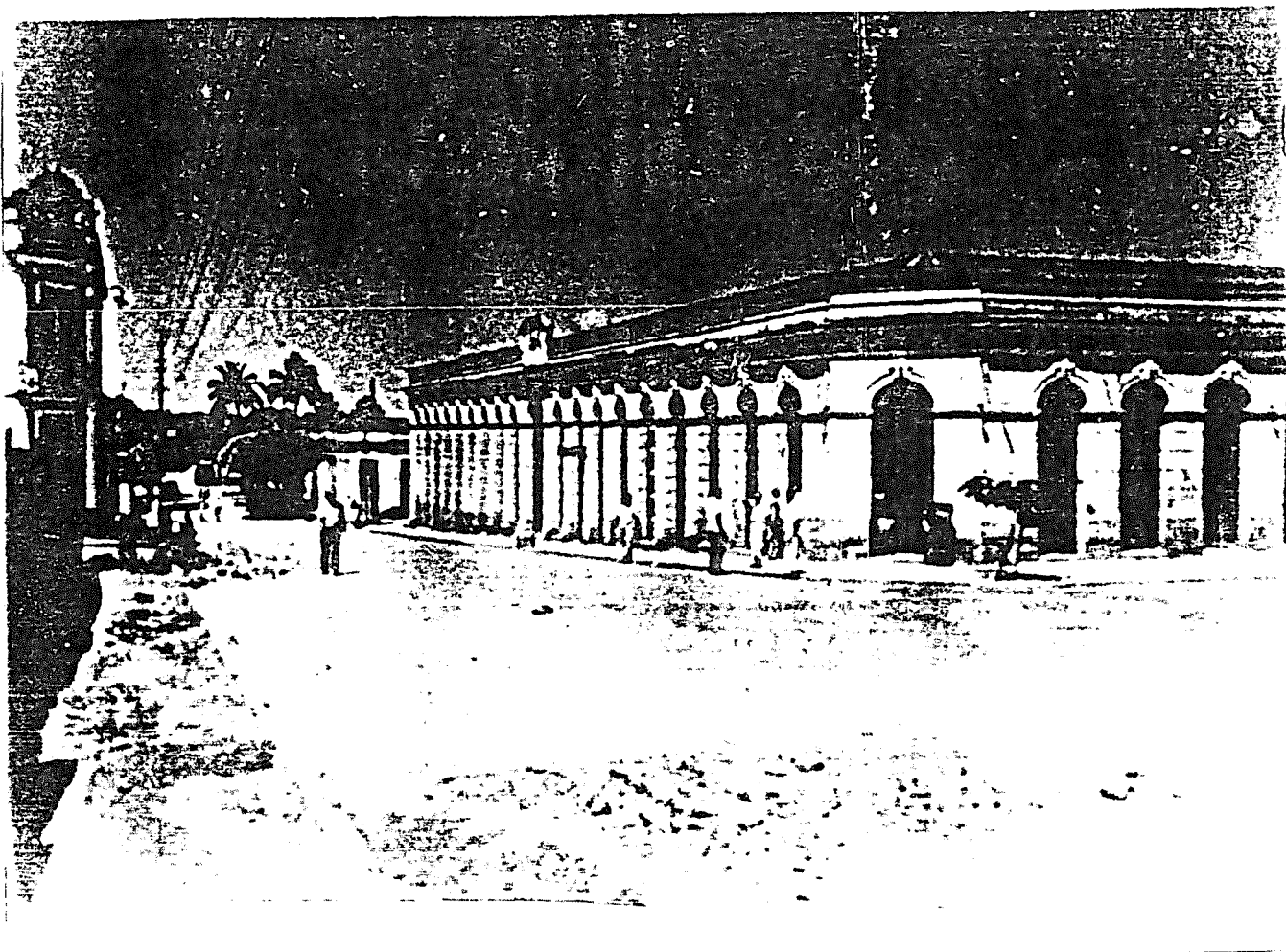
Politicamente, a unidade cultural serve para a obtenção de ganhos e defender interesses de classe. No caso "os de dentro", ou os chamados "pioneiros" sentem-se no direito de se apropriar da cidade ou de lugares na cidade,

⁽²⁰⁾ Abnael Machado Lima, Terras de Rondônia, Geografia Física e Humana do Território Federal de Rondônia, pg. 48.

como é o caso do mercado, utilizando o discurso do "nós construímos esse lugar", enquanto outros tentam produzir almejando a sobreviência na periferia da mancha urbana de Porto Velho, para onde se dirigem a maioria que chega à esta cidade (os que migraram recentemente), buscando um terreno, através da ocupação, sempre distante de muitos serviços básicos ou em áreas inadequadas à ocupação, como as alagadas constantemente pelas chuvas e cheias dos rios.

O mercado municipal nasce de conflitos que aconteceram na época entre o chefe da EFMM (Estrada de Ferro Madeira Mamoré) e o primeiro superintendente do município recém criado, Major Guapindaia. A companhia não aceitava interferências na área que considerava de sua propriedade, ou seja, terras que iam até a rua Divisória (hoje - 1992 - av. Presidente Dutra), levando a superintendência a criar leis e decretos regulando o código de postura sobre o uso das terras em torno do porto\estação de trens. Um desses incidentes refere-se a demolição de casas de ex-ferroviários italianos, cujo local seria construído o mercado, contrariando o chefe da EFMM (Estrada de Ferro Madeira Mamoré) que, anteriormente, construira um barracão coberto de zinco em outro lugar e o alugara a um mercadeiro.

Exatamente até 1964 o antigo prédio resistiu intacto (tal qual podemos verificar na fotografia número 1 abaixo da década de 50). No decorrer deste ano ocorreu um incêndio que o destruiu pela metade, restando alguns quiosques da parte externa.



Fotografia nr. 1: Antigo Mercado Municipal, localizado entre as Av. José de Alencar e Presidente Dutra - hoje Edifício Rio Madeira.

Parecendo ironia do destino, o belo prédio construído no início do século para ser o mercado municipal, resultado de conflitos entre autoridades brasileiras e técnicos estrangeiros, citados anteriormente, também tivera seu fim, embora uma pequena parte ainda continuasse a funcionar, pois alguns comerciantes, após um incêndio que destruiu quase por inteiro, negavam-se em sair de lá.

"... eu trabalhei lá no mercado de 54 até 65 e lembro bem das instalações internas com vários quiosques onde se vendiam frutas e legumes que na época eram produzidos aqui mesmo. Não tinha carne de boi, depois é que passaram a trazer da Bolívia quando o avião da Força Aérea ia até lá. O peixe era o que mais se comia, além de carne de caça que havia em abundância(...)Eu lembro de vários comerciantes da época, uns foram embora, outros permaneceram até o incêndio que destruiu tudo, deixando muitos no abismo, outros conseguiram sobreviver e estão por ai. Dentro dele haviam também muitos balcões que eram distribuídos entre os colonos que moravam nas Colônias Agrícolas, e vinham vender aqui a produção. Já haviam alguns japoneses que plantavam legumes, estes chegavam de madrugada e se instalavam; eles sofriam com o calor, mas se acostumavam depois. Pelo lado de fora do mercado tinham os comércios de cereais, secos e molhados, armas e munições; também os bares e barbearias. Todo mundo só ia comprar lá porque era o ponto de convergência de todos. Às vezes só iam comprar o jornal e tomar o aperitivo, mas a desculpa eram as conversas diárias entre proprietários e fregueses que eram íntimos; pessoas que marcaram época em Porto Velho; não haviam os de fora, só o pessoal que já tinha uma vivência aqui, e hoje é uma correria, um entra e sai de gente que não entendo..."(21).

(21) Depoimento do Sr. Alcir Cavalcante, cearense, 65 anos, antigo morador de Porto Velho e ex-trabalhador no mercado.

Somente com a criação do Território Federal do Guaporé em 13.09.1943 pelo então Presidente Getúlio Vargas é que foi dado o primeiro impulso para a produção agrícola próximo à Porto Velho, através da criação de colônias agrícolas pelo governador Cel. Aluizio Ferreira, o qual incentivou a migração de colonos do Estado do Pará, bem como implantou áreas de hortifrutigrangeiros para abastecer a cidade formadas por imigrantes japoneses, posto que até aquele momento tratava-se de uma atividade inexistente na região, uma vez que os ribeirinhos e os habitantes ao longo da EFMM (Estrada de Ferro Madeira Mamoré) dedicavam-se à pesca, à exploração vegetal, ao cultivo de frutas, e ao manuseio de pequenas roças onde plantavam mandioca para a produção de farinha que supria as suas necessidades e as da cidade. Tradição pecuária também não existia, e por isso carne de gado somente industrializada vindo de Belém. A partir da década de 60 os raros kilos de carne que apareciam importados da Bolívia, transformavam-se em motivo de brigas, uma vez que muitos se dispunham a pagar por esta rara mercadoria vendida no mercado central, onde formavam-se filas enormes de interessados em diversificar um pouco a sua alimentação à base de peixe e de outras carnes.

Queremos deixar claro que embora por determinados momentos analisamos o Mercado como espaço da troca, onde se compra e vende mercadoria, há uma outra relação que permite a apropriação por grupos da sociedade local. Como parte do processo de socialização da vida,

diferente de uma mercearia ou supermercado, cuja relação proprietário\cliente em função da automatização e da organização do processo de compra e venda que separa as pessoas, o mercado aparece na vida das pessoas de Porto Velho como lugar que permite um tipo de uso pela população diferenciado de outras formas de comércio como o exemplo acima, cuja área é totalmente privada e, portanto, normatizada.

Sem nostalgias, acreditamos que no sentido da apropriação talvez até possamos compará-lo ao shopping center de hoje, onde qualquer pessoa entra e se apropria de sua área, embora sua imponente assuste uma camada da sociedade que se vê proibida de frequentá-lo. Essa é uma diferença, mas o mais importante é que enquanto no Mercado o indivíduo satisfaz a necessidade particular de se relacionar com qualquer outra pessoa dentro desta área, ou seja, permite que ai se encontrem e troquem idéias, desde o vendedor de picolé, passando pelos comerciantes, políticos, governantes e público em geral (no caso de Porto Velho), o que não ocorre nos shopping centers, onde as relações são limitadas. Em outras palavras, são espaços de sociabilidade sem a necessária mediação da mercadoria, contudo em níveis diferentes de relacionamento que são explicados hoje pela divisão aprofundada da sociedade em castas onde *"as relações sociais funcionalizam-se baseando-se de modo crescente nos papéis econômicos desempenhados pelos sujeitos"* (22).

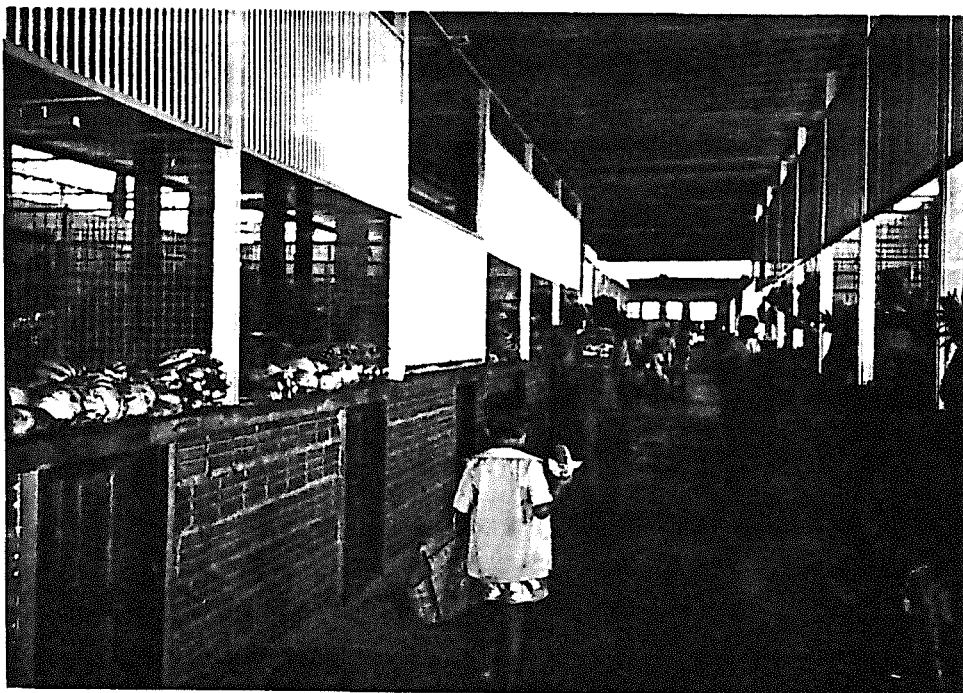
(22) Muniz SODRÉ, Op. Cit. pg. 21.

Do antigo e suntuoso mercado central, após o incêndio que o destruiu quase por inteiro, somente resta em pé 03 boxes abrigando um bar e uma loja de mercadorias de limpeza. Esse deu lugar ao novo mercado, (ver fotografias números 2 e 3 abaixo) que a princípio fora improvisado a 200 metros do antigo a partir do final da década de 60. As improvisações dos pequenos comerciantes exigiram de várias administrações municipais obras de melhoria (boxes de alvenaria,, água tratada, balcões para limpar peixes e lanchonetes), modernizando-se mais na última administração municipal, quando, enfim, transformaram seu ar desordenado, uma vez que o velho mercado era um amontoado de barracas abertas cobertas de lona, sucedidas por balcões de madeira onde ficavam expostos peixes, carnes de gado, porcos, caças, além das bancas de frutas, comidas prontas, sacas abertas distribuídas no chão mostrando grande variedade de farinhas de mandioca, feijão e arroz que chegavam das colônias agrícolas e de áreas ribeirinhas. Além disso, o próprio piso do novo mercado era de chão batido dificultando a circulação quando chovia porque o teto do mesmo era de palha e lona. Muita conversa, jornaleiros, picolezeiros, tapioqueiros, peixeiros, crianças, lama. A um observador forasteiro parecia tudo caótico, mas havia uma ordem posto que todos tinham o seu ponto fixo no mercado, não permitindo que os fregueses se perdessem naquele alvoroço, e estes também seguiam uma ordem de atividades uma vez dentro do mercado:

primeiro degustar o café da manhã (a tapioca, o mingau, o açaí, o caldo...), depois as compras da semana.



Fotografia nr. 2: Vista externa do novo mercado municipal central de Porto Velho, após ter passado por recentes reformas.



Fotografia nr. 3: Vista interna do novo mercado (boxes divididos por grades, chão limpo, arejado).

Os tempos mudaram, Porto Velho também, mas " o mercado central já se tornou uma tradição dentro de Porto Velho, porque há muito tempo que esse mercado existe. Conversando com meu pai, ele falou que isso aqui era um galpão de madeira até uns tempos atrás, onde as pessoas vinham conversar embaixo das mangueiras, e desde aquele tempo voltam aqui. O mercado é um ponto de convergência porque fica bem no centro da cidade; a maioria dos ônibus se convergem pra cá. Então, fica muito fácil para as pessoas de outros bairros, aquelas que foram morar longe do centro, os que construíram a cidade virem. Eles geralmente falam de política e fazem política aqui no mercado. A maioria são tradicionais; são os portovelhenses realmente os que mais frequentam, pois esse pessoal da migração que veio do sul só

frequenta em termos, nos finais de semana; são mais pobres; os daqui são de classe média pra cima, são os veteranos que vêm tomar um aperitivo, comer as comidas típicas, são os que mantêm a nossa tradição, moram aqui perto, mas muitos já tiveram que mudar para longe, e estes acham difícil se deslocar com esse trânsito que está louco na cidade..."(23).

Do depoimento acima, duas questões merecem ser destacadas. Uma é o fato de que o mercado central para antigos moradores, como para alguns das gerações seguintes, é tradição porque faz parte da vida da população; constituiu-se como parte da cidade. Outra, trata-se da centralidade que atrai as pessoas para o mercado.

A segunda grande fase que marca a existência do antigo Mercado vai de 1964 até meados da década de 70, quando este continuou funcionando, precariamente, após o incêndio com alguns comerciantes que resistiam em mudar-se para outro mercado em processo de instalação, pois acostumaram-se ali e sabiam que não era fácil começar tudo novamente. Para muitos era como se tivesse que iniciar uma nova vida.

A década de 60 é pontuada por uma série de transformações que acarretam em mudanças significativas para a cidade de Porto Velho. Pode-se fazer menção inicial ao fato de nessa década muitos seringalistas passam a investir mais capital na cidade, uma vez que os seringais já não produziam muito. Em Porto Velho algumas famílias

⁽²³⁾ Depoimento do Sr. Vanderlei Gomes, 25 anos, presidente da Associação dos Mercados Municipais de Porto Velho.

proprietárias de seringais e extensas terras na Amazônia (neste caso particularmente em Rondônia e Acre), instalam casas comerciais, jornais, rádios, indústrias gráficas, além do ramo imobiliário com a construção de imóveis (prédios de escritórios) para prestação de serviços, mudando a função da cidade. No início dos anos 70 a família Tourinho compra parte do que restou do antigo Mercado. Ali surgiu o edifício mais alto da cidade, e marca o que havia de mais moderno na cidade, chamando atenção pela existência de elevadores, terraços com vista para o rio Madeira, vidros e espelhos, começando, assim, um período de novas formas habitacionais e comerciais de Porto Velho.

Em 1975 um grupo formado por ex-comerciantes do antigo Mercado, juntamente com grupos em defesa do patrimônio histórico da cidade, movimentaram-se em prol do tombamento dos seus "restos", impedindo que o novo proprietário construísse no restante daquele terreno, surgindo desse movimento denúncias referentes à possibilidade de o incêndio ter sido criminoso e realizado por familiares dos empreendedores que estavam interessados na localização privilegiada do antigo mercado na cidade. Até julho\91, ainda se encontrava em tramitação no judiciário o processo montado a partir da iniciativa de grupos de moradores, ex-comerciantes do mercado, objetivando a interdição na demolição do que resta do mercado, mas acreditamos que não tardará para que os empresários envolvidos construam mais um prédio, desta vez mais moderno

que o anterior, desta vez no lugar do que restou do antigo mercado.

As transformações ocorridas na cidade podem ser percebidas nas formas que o comércio assume, ou seja, nos moldes de outras regiões do país. Foi assim que em 1982 surgiu o primeiro grande supermercado na cidade (Jumbo Eletro). Até então reinava o Mercado Municipal e poucas mercearias e lojas onde encontrava-se quase tudo. A grande capital regional - Belém - ainda fornecia via fluvial mercadorias, que por sua vez vinham do centro-sul. Mas com o crescimento rápido da população local e com a abertura da BR-364, a situação mudou, isto é, as pessoas e os objetos não circulavam mais pelos rios e sim pela estrada recém construída, permitindo uma fluidez maior. A cidade tem seus limites aumentados com a construção de novas áreas residenciais para atender um contingente de população migrante que se dirige à Porto Velho, novas necessidades são criadas, entram novos investimentos com a TV e a mídia, os indivíduos passam a desejar e a consumir bens e informações.

O aprofundamento da divisão espacial do trabalho nos coloca num outro tempo que já não é aquele de ligação com a metrópole regional, e sim com a metrópole nacional - São Paulo -, com a generalização dos meios de comunicação via satélite, além da total pavimentação da estrada principal, a BR-364, também denominada a "espinha dorsal de Rondônia", que liga a Amazônia ao resto do país. O que havia de tradicional ficou apenas na memória de antigos

moradores, mas apesar das transformações ocorridas em muitos lugares, trazendo uma outra forma e uma nova relação entre as pessoas, o Mercado Municipal permanece enquanto resquício, enquanto referencial de parte da população.

Hoje, a paisagem que vemos em torno do Mercado Municipal fica por conta do movimento de caminhões frigoríficos que chegam carregados de frutas, legumes, verduras, cereais, etc., vindos do centro-sul diariamente, impossibilitando a concorrência de pequenos produtores que vivem ao longo de alguns rios da região, além dos que produzem no que restou das colônias agrícolas próximas à cidade. As novas formas de troca no Mercado exigem, equipamentos modernos conforme novos padrões de higiene que necessitam maior investimento que somente comerciantes capitalizados podem bancar, sobrando aos pequenos algumas feiras livres.

O novo mercado, mesmo passando por reformas modernizadoras já não atende os novos desejos da classe de alto poder aquisitivo que se constituiu em Porto Velho. Essa classe compra o seu lazer, e o mercado faz parte de um passado "pobre" e "atrasado". Mas por outro lado, os menos abastados e parte dos novos moradores da cidade continuam a usufruir do mercado central, utilizando-o como lazer, inclusive, defendendo-o como patrimônio da população local.

Embora perdendo sua importância, ainda é comum até hoje observarmos pessoas tomando o café da manhã no atual mercado, uma vez que ali ainda encontramos o mingau

de banana, de tapioca, de milho, a canja de galinha caipira, a sopa de tutano, o refresco de cupuaçú e de açaí, assim como almoçando os raros pratos da comida típica regional: peixe na folha da bananeira e peixe muqueado de origem indígena, além da pupunha cozida. Com a influência de migrantes do Pará e de Estados do Nordeste, encontramos o pato no tucupi ou no leite da castanha, o vatapá, o carurú, a carneirada e a carne de sol. No mercado não raro, antigos moradores envolvem-se em contar histórias do lugar para os mais moços e para "os de fora".

Através de conversas com frequentadores assíduos (ou não) e vendedores do mercado central, concluimos que, para muitos migrantes que chegaram durante a década de 80, e resolveram permanecer em Porto Velho, o Mercado representa hoje um ambiente tranquilo e descontraído que os mesmos não vêem nos novos bairros distantes do centro. Para esses nem os diversos supermercados oferecem esse tipo de bem estar, pois estão quase sempre lotados, as filas nos caixas são enormes, o movimento dos carrinhos atrapalha, a condução é difícil nas proximidades, estacionar veículos é um problema, etc. Além disso o mercado oferece a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre os costumes da região, como as comidas típicas, os remédios alternativos, as festas, um lazer alternativo. Alguns adotam hábitos

locais, como por exemplo ir aos "banhos"⁽²⁴⁾, para aliviar o calor.

Atualmente pode-se falar de um mercado municipal central novo, reprodução do antigo mercado construído no início do século não no sentido de que esse passou por recentes obras, mas novo porque permite o acesso do grupo do que chamamos "os de fora", diga-se de passagem muitas vezes discriminados pelos "pioneiros", que se apropriam deste e de outros lugares da cidade. O Mercado era restrito a poucos, e agora parece "livre" a todos.

Com todas as limitações que se impõe, é possível pensar o Mercado Municipal como área de interação de culturas regionais, pois não raro podemos ver migrantes sulistas, descendentes de italianos e alemães adotando hábitos da região, assim como observar os "nativos" e os "pioneiros" apreciando costumes do sul do país, no caso comidas e festas, além da introdução de outras práticas agrícolas, comportamento, arquitetura das casas, etc.

Novos hábitos alimentares e a introdução de novos pratos mais recentemente com os migrantes sulistas, como o churrasco, a polenta, chimarrão, massas e outros juntaram-se ao cardápio local, assim como, em relação às festas, os CTGs (Centro de Tradições Gaúchas) encarregam-se de difundir músicas, danças, rodeios, feiras agropecuárias, etc. Ao mesmo tempo, o folclore da região marcadamente de

⁽²⁴⁾ Na região significa ir nos finais de semana com a família e amigos tomar banho, pescar, passear, enfim passar o dia inteiro nos igarapés, cachoeiras e rios próximos da cidade.

origem nordestina, como o boi-bumbá, as quadrilhas de festas juninas, o forró, além do de origem indígena baseado em lendas, aos poucos passam a ser apreciados pelos que chegam à cidade e desconhecem estas práticas culturais.

O que tentamos demonstrar é um entendimento do Mercado enquanto área pública municipal, enquanto lugar onde o indivíduo integrado ou integrando-se numa sociedade que ainda valoriza relações sem a necessária mediação da mercadoria, demonstra sua sociabilidade lugar do encontro, da festa, apropriado de forma espontânea, humano de fato, que possibilita ver e sentir a diferença entre o bem estar que a cidade pode proporcionar e a realidade, resultado de projeções e ideais que beneficiam "coisas" e não seres humanos. Parece nostálgico e até utópico tentarmos entender a cidade dessa forma, mas o Mercado nos dá a exata medida para compreender as transformações e a constituição do urbano em Rondônia e em Porto Velho, e de uma certa forma na Amazônia inteira.

O novo substitui o velho, mas a impressão que temos é que outra cidade está em construção, ou uma falsa cidade está sendo constituída por homens que acabam excluídos dessa estrutura a serviço da expansão do capital e do poder do Estado, impondo perversamente a desigualdade nos direitos básicos de sobrevivência, a violência, a opressão e a escravidão.

Parte das transformações em curso na cidade de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, tem no

Mercado Municipal um ponto analisador do cotidiano dos moradores do lugar num espaço que se constitui neste final de século. Além de ampliar o debate no que tange as áreas de sociabilidade e áreas apropriados pela população local, e que está presente nos depoimentos dos moradores, o mercado municipal nos permite, através de um "pedaço" da cidade, repensar questões sobre a problemática urbana nos dias de hoje e nos dá a dimensão das mudanças sofridas no espaço urbano da cidade, que já não guarda mais alguns traços marcantes de sua história e que fazem parte de memórias de muitas vidas.

A mudança fundamental que se apreende a partir do mercado é o fato de que este perde cada vez mais sua importância enquanto local de convergência de uma população composta de antigos moradores chamados de pioneiros, aqui denominados "*os de dentro*"⁽²⁵⁾, à medida que a cidade cresce com a chegada de outras populações: pequenos e médios agricultores sulistas, bem como migrantes de todo o país atraídos pela exploração do ouro, "*os de fora*".

Entre alguns fatores que fazem o mercado perder sua importância, destacamos o fato de este aos poucos cede lugar aos supermercados, que essa população composta de antigos moradores passa a residir longe do centro da cidade, as gerações seguintes não seguem as tradições dos seus

⁽²⁵⁾ Migrantes nordestinos que se deslocaram para trabalhar na EFMM ou no extrativismo vegetal e mineral, os quais de alguma forma mantinham uma unidade cultural que servia de referência para esse grande grupo e\ou população local.

familiares, o "tradicional" dar vez ao "moderno", a um modo de vida moderno. Contudo, muitos resquícios permanecem como chances que denotam ser possível, no processo de produção do espaço urbano que ocorre de forma perversa, analisar outro tipo de produção que não seja de coisas.

Pensar o Mercado Municipal nos leva a refletir sobre a possibilidade de apropriação "natural" da cidade pela população que o vê e o utiliza não como ponto exclusivo de troca de mercadorias, mas como ponto de encontro diverso do lazer planejado, cujo acesso à maioria é negado, visto que é mediado pela relação de compra e venda, contrário do que ocorre com o espaço enquanto uso para a vida.

No mercado estão dadas as possibilidades que poucos têm de criar entretenimentos como parte de um cotidiano onde, necessariamente, não precisam estar presentes as relações de compra e venda de mercadorias. Neste sentido, o Mercado Municipal é o lugar de uso para além da troca que ai se realizam, é o lugar do encontro diário com pessoas amigas, como se fosse um compromisso firmado entre os membros da sociedade local. Ainda é um lugar onde grupos da população local, principalmente ribeirinhos e caboclos, mesmo os que já se deslocaram para a cidade, além dos antigos migrantes nordestinos demonstram uma identidade cultural sem a exclusão dos "de fora" que aos poucos incorporam no seu cotidiano valores do lugar.

À medida que a cidade cresce e transforma-se, que um novo modo de vida se constitui, vislumbramos poucas chances para o mercado municipal central continuar sendo um lugar da prática social, da resistência e afirmação de identidade cultural ou cultura popular de uma classe da sociedade local de base rural que desenvolveu tipos de sociabilidade e formas de existência a partir do momento que saiu do campo para a cidade, inclusive cidades distantes da sua terra natal, caso dos migrantes nordestinos em Porto Velho.

Aqui cabe uma discussão sobre o que seria a cultura popular ou do povo, ou seja, as próprias manifestações do povo nas festas, nas músicas, nos hábitos alimentares, nos jogos, no folclore em geral, que inclui a sabedoria das coisas, as crenças, as fantasias, estas ligadas mais intimamente à natureza, onde o uso ainda é primordial, assim como plural, a multiplicidade do mundo das pessoas que não estariam determinadas pelo racional que perpassa a vida econômica, o mundo do capital. Para IANNI⁽²⁶⁾, trata-se de um povo em extinção, "está se transformando em proletário rural, assalariado permanente, bóia-fria; está se transformando em lumpen na cidade, ou então operário industrial, operário nos serviços, e assim por diante. Está havendo um desenvolvimento das relações sociais de produção no campo e na cidade que tem provocado a dissolução deste povo dos nossos amores, da nossa ilusão".

⁽²⁶⁾ Octávio Ianni, "Cultura do Povo e Autoritarismo das Elites" in A Cultura do Povo, pg. 137.

Escapando ao romantismo, não estamos admitindo que no mercado municipal foi - e é - possível agruparmos e considerarmos um todo cultural homogêneo grupos de uma sociedade dividida em classes. Seria o caso de periodizarmos o uso local. Até o início da década de 70 a riqueza do lugar estava na multiplicidade de experiências e estilos culturais nordestinos e de populações da região. Até então acreditamos que a exploração e opressão de uma classe sobre outra ainda não estavam claramente estabelecidas, possibilitando que empresários, políticos, comerciantes, governantes dividissem o lugar com todos, dando a impressão que ali as diferenças não existiam, ninguém se sentia estranho.

Os reflexos das transformações ocorridas em Rondônia e em Porto Velho no mercado municipal se dá nos anos 70, época em que cresce a migração, mas desta vez trata-se de levas de famílias provenientes do sul. Nessa nova fase do processo migratório, a maioria dirige-se ao campo, uma parte segue para as novas cidades ao longo da BR-364, outros encaminham-se para os centros urbanos mais antigos, como é o caso de Porto Velho. Trazem consigo hábitos, valores e estilos de vida de uma cultura ligada a seus antepassados de origem européia (italianos e alemães); introduzem novas técnicas, novos ritmos, tipos de alimentação, modos comportamentais que de certa forma são estranhos para os já estabelecidos, "os de dentro".

Dentre algumas práticas da população local em relação ao Mercado Central, e que aos poucos "os de fora" os incorporam no seu cotidiano, citamos o hábito de ai fazer suas refeições, como o café da manhã e almoçar, visto que trata-se de um dos poucos lugares onde ainda podem encontrar alguns pratos típicos. Até uns vinte anos atrás era comum que crianças acompanhassem os pais nos finais de semana ao Mercado. Apesar de ter que acordar às 05:00 h, o sacrifício valia a pena, pois estas se deliciavam com as iguarias que ali eram feitas com arte e consumidas com festa. O gosto do mingau da Dona Chiquinha ainda permanece na memória das pessoas de forma clara, assim como as barracas de remédios, frutas, "da tapioca", da variedade de peixes frescos, carnes de caça, aves, etc. Costumava-se andar pelas ruas calmas e pouco iluminadas na madrugada em direção ao mercado sem preocupação com assaltos ou com o movimento de carros; a cidade parecia totalmente adormecida, mas adentrando o Mercado revelava-se aos olhos uma grande festa com muitas pessoas conversando, gritando a propaganda de sua barraca ou box, outras entrando e saindo com sacas e animais nas costas, além das que comiam amontoados entre amigos, disputando não só as comidas como as conversas, geralmente girando em torno de política ou sobre a cidade.

Através desta imagem, é possível relacionarmos o mercado municipal às grandes feiras no interior de regiões do país, principalmente no nordeste. Feiras rústicas, onde as manifestações culturais têm mais

liberdade, permite a criação, a arte, o diferente, a inovação, atos de de uma população cuja concepção do mundo não está, necessariamente, ligada aos esquemas oficiais ou à cultura industrializada.

As levas de migrantes que chegam a Porto Velho não procedem apenas de outras regiões do país. É grande o número de pessoas que se deslocam da própria região, e mesmo de Rondônia. Na periferia de Porto Velho é cada vez mais comum encontrarmos famílias que viviam da pesca e de pequena produção alimentar ao longo dos rios e nas matas, como é o caso de ribeirinhos e cablocos. Sentem-se perdidos e num mundo muito diferente, segregam-se, tentam reproduzir a sua forma de vida, revivendo constantemente o modo de vida anterior através de atos folclóricos em lugares escolhidos que de alguma forma os fazem sentir "em casa", revigorando e perpetuando um mundo simbólico. Para BOSI⁽²⁷⁾, as manifestações culturais realizadas em lugares escolhidos é uma maneira de oferecer apoio emocional à população que vem do campo e tenta integrar-se no meio urbano, onde o papel de consumidor é mais forte que o de criador, de artista.

Ainda sobre a imagem do Mercado descrita anteriormente a partir de lembranças de infância, este nos remete a pensá-lo como um grande teatro onde os artistas e platéia se confundem, pois todos participam, improvisam, pois nada ali está acabado; todas as madrugadas,

⁽²⁷⁾Ecléa Bosi, Cultura de Massa e Cultura Popular

principalmente nos finais de semana os corredores transformam-se em um grande restaurante, uma grande festa que foge à ordem estabelecida e ao controle das leis e das regras fixadas pela compra e venda de mercadorias.

A cidade de Nápoles do século XIX descrita por BENJAMIN⁽²⁸⁾ como um espetáculo constante, onde o privado e coletivo se confundem, onde não há hora marcada para nada, onde os gestos dos moradores são entendidos dispensando-se as palavras, excluindo o estrangeiro e onde os espaços são porosos, pois transformam-se rapidamente e onde se dava a prática social de fato, com todas as limitações possíveis, serve para nós como uma espécie de parafrase que reflete imagens do novo Mercado Municipal Central de Porto Velho nos tempos em que este ainda não fora construído definitivamente tal como se encontra hoje, ou mesmo passado por um "saneamento"⁽²⁹⁾. No mercado de Porto Velho também havia um código que os forasteiros que chegavam não compreendiam.

⁽²⁸⁾Walter Benjamin, Rua de Mão Única, Obras Escolhidas II.

⁽²⁹⁾Durante a administração municipal anterior, foram realizadas duas reformas na parte interna e externa do mercado. Na parte interna instalaram banheiros, dividiram os boxes com grades, trocaram o piso, instalaram balcões para limpeza de peixes e esgotos, deixando um aspecto de limpo, asseado no mercado. Por fora, pintaram, instalaram novas e mais potentes caixas d'água e melhores acessos à caminhões.

2.1. - A AÇÃO ESTATAL ATRAVÉS DOS GRANDES PROJETOS.

O acelerado desenvolvimento de Rondônia somente se deu a partir da década de 70, quando o crescimento da produção agrícola torna-se significativa para o então Território Federal com a vinda de colonos. Cresce o processo de urbanização, muitas cidades se destacam como centros regionais, como é o caso de Porto Velho atualmente

É difícil pensar na produção de cidades e da constituição do urbano na Amazônia sem destacar o forte papel desempenhado pelo Estado neste processo, especialmente nas últimas duas décadas deste final de século. Estrategicamente, o Estado produz espaços para sua reprodução, seguindo a proposta imposta ao país do caminho da modernidade, a exemplo de outros países integrando-se, assim, ao grande capital internacional.

Nesta perspectiva, coloca-se como necessário refletir sobre o que significa essa "vontade modernizadora"; vontade de tornar o Brasil moderno, o que de um lado é a questão da modernidade, e de outro a busca da modernização. Para BERMAN, a modernidade é algo que ficou para trás, no século XIX; uma experiência que une o ser humano, porém trata-se de uma unidade que desune e desintegra, ou ainda:

"... para tentar identificar os timbres e ritmos peculiares da modernidade do século XIX, a primeira coisa que observamos será a nova paisagem, altamente

desenvolvida, diferenciada e dinâmica, na qual tem lugar a experiência moderna. Trata-se de uma paisagem de engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas zonas industriais; prolíferas cidades que cresceram do dia para a noite, quase sempre com aterradoras consequências para o ser humano; jornais diários, telégrafos, telefones e outros instrumentos de media, que se comunicam em escala cada vez maior; Estados nacionais cada vez mais fortes e conglomerados multinacionais de capital; movimentos sociais de massa, que lutam contra essas modernizações de cima para baixo; um mercado mundial que tudo abarca, em crescente expansão, capaz de um estarrecedor desperdício e devastação, capaz de tudo exceto solidez e estabilidade"⁽³⁰⁾.

No início do presente século, a cidade de Porto Velho apresentava os sinais que caracterizam uma cidade moderna, resultado da transferência de capital norte-americano, através do investimento na construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. Em 1913 as casas e ruas já tinham iluminação pública, clube com orquestras, teatro, dois cinemas e outras diversões; havia esgoto e distribuição de água, assim como lavanderias a vapor, fábrica de gelo, hotéis bem equipados, ateliê fotográfico, tipografias e serviço de telégrafo. Porto Velho representava uma saída para o sucesso da empresa, "nascerá junto com o empreendimento bem sucedido do século XX, sua imagem associando-se estreitamente à do Hospital da Candelária,

⁽³⁰⁾ Marshall BERMAN, Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: A Aventura da Modernidade, pgs. 15\18.

símbolo da ordem sanitária produtiva (...) sede industriosa de uma empresa privada internacional"⁽³¹⁾. Uma imagem contrária à tentativa de criação de uma outra cidade vizinha - Santo Antonio -, lugar anteriormente escolhido no final do século XIX para ser a sede dos construtores, subsidiárias e investidores ingleses e depois americanos. Santo Antonio demonstrava o não moderno, um lugar impróprio para o estabelecimento dos construtores, posto que esta acolhia gente de toda espécie, não havia uma ordem, era suja e, principalmente, à sua frente localiza-se uma corredeira que dificultava, aliás impossibilitava o acostamento de navios.

Não podemos deixar de mencionar outros feitos modernos na região na mesma época, como a linha telegráfica numa extensão de 2.270 km, ligando os Estados do Mato Grosso e Amazonas, construída pelo Mal. Rondon entre 1907 e 1915, substituída pelo rodovia BR-364, cinco décadas depois, cuja construção repetiu o mesmo trajeto desta linha, que só foi possível com a utilização de mão-de-obra formada de ex-presidiários vindos do sudeste do país e desembarcados em Porto Velho. Ali também desembarcavam equipamentos, alimentos e tudo o que fosse necessário aos acampamentos e à própria cidade.

Atualmente, Porto Velho guarda apenas alguns resquícios do mundo moderno do início do século. São ruínas de tempos passados, lembrados por alguns que viveram essa época e guardam muitas imagens na mente, imagens estas que

⁽³¹⁾Francisco Foot Hardman, Trem Fantasma: a modernidade na Selva, pgs. 168\169.

em nada se assemelham à paisagem que vemos na cidade. Hoje, o processo de constituição de um novo modo de vida, de "tradicional" para "moderno", apoiado no processo de urbanização, que se desenvolve hoje na Amazônia, reflete-se na paisagem em função das péssimas condições de sobrevivência de grande parte da população localizada nos limites da mancha urbana, assim como pelas atividades que essa mesma população exerce, a exemplo dos trabalhos nos garimpos de cassiterita e ouro, onde estão sempre expostos às contaminações e todo tipo de doenças, nas fazendas como "peões", e mesmo na construção civil.

Segundo BENJAMIN⁽³²⁾, o espírito da modernidade do século XIX poderia também ser caracterizado através da poesia de Charles Baudelaire. A descrição que o artista fazia da cidade que se transformava surpreendia BENJAMIN, como nesta passagem: *"é impossível não ficar emocionado com o espetáculo dessa população doentia, que engole a poeira das fábricas, que inala partículas de algodão, que deixa penetrar seus tecidos pelo alvaiade, pelo mercúrio e por todos os venenos utilizados para produzir obras-primas(...). Essa população se mata esperando as maravilhas a que o mundo lhe parece dar direito; sente correr sangue purpúreo em suas veias e lança um longo olhar, carregado de tristeza, para a luz do sol e para as sombras dos grandes parques..."*⁽³³⁾.

⁽³²⁾ Flávio R. Kothe(org), "Walter Benjamin".

⁽³³⁾ Idem, pg. 108.

Para o poeta BAUDELAIRE é preciso uma posição de herói para viver a modernidade porque nela não cabe a ociosidade, o devaneio, a "flanerie" do artista que descreve a vida mundana dos que vivem nos subterrâneos da Paris do século XIX que se tornava inabitável com as obras de urbanização de Haussmann, processo que mudaria as feições desta cidade. O poeta ao mesmo tempo que se entusiasmara com o signo do "realmente novo", se enche de tristeza ao perceber que a modernidade também representava a imagem do antiquado. E, justamente as imagens eram as fontes de suas inspirações. *"Os obeliscos da indústria com seus batalhões de fumaça, os pródigos andaimes dos monumentos em reparos, a arquitetura e sua estrutura transparente, o céu cheio de brumas, carregado de cólera e de rancor..."*⁽³⁴⁾.

Circulando pelo bairros localizados na periferia da mancha urbana de Porto Velho, onde se instala grande parte da população que migrou e migra desde a década de 80, percebe-se na paisagem os traços diferenciais de uma sociedade que se reproduz contraditoriamente. De um lado espaços da riqueza, de outro cenas que acreditamos não serem dignas de seres humanos, e em nada são modernas. Nestas áreas os habitantes estão constantemente comendo poeira e andando sob a lama dependendo da estação climática e, conseqüentemente vivem doentes. A malária, as gripes, a hepatite, a leishmaniose, as infecções, e agora a cólera, proliferam-se rápido e facilmente nestes ambientes ausentes

⁽³⁴⁾ Flávio R. Kothe(org), Op. Cit. pg. 111.

de água tratada, esgoto e saneamento, além da falta de assistência médica, mostrando, assim, os limites da modernização.

O Brasil moderno pensado pelos governantes se distancia cada vez mais de um projeto real que pense na humanização da sociedade, no enriquecimento do ser humano. Para Harvey, trata-se de um processo ainda inacabado e de certa forma utópico, cheio de rupturas e fragmentações, mas que se constroi numa busca constante da liberdade e da realização do homem.

A modernidade que se vislumbra para o país, e para a Amazônia, resume-se à viabilização de condições propícias à modernização da economia capitalista. Refere-se às inovações capitalistas, das formas de produção, da circulação que integra essa região ao espaço capitalista global articulado aos interesses do capital industrial e financeiro com a mediação do Estado. *"Assim, os desenvolvimentos e as transformações econômicas em curso na Amazônia fazem com que a região passe a contribuir, em escala crescente, para a acumulação de capital no centro-sul e exterior. Ao mesmo tempo que produz cada vez mais excedentes para os mercados regional, nacional e internacional, também se torna um mercado cada vez mais atrativo para produtos industrializados provenientes do centro-sul do país e do exterior. Sítiantes, caboclos, posseiros, colonos, fazendeiros, índios e outros, em diferentes gradações, são incorporados no mercado que o*

capital industrial faz estender-se e diferenciar-se, continuamente"⁽³⁵⁾.

Para assegurar as condições da modernização capitalista, o Estado não mede esforços: dissolve quaisquer relações vinculadas a um mundo "antigo", ao "tradicional"; destrói valores e referências sociais de grupos\comunidades ainda distantes ou fora do sistema, impulsiona a insegurança, devasta as tradições, exacerba o individualismo, cultiva sonhos na mente das pessoas com o objetivo de introduzi-las ao mundo da mercadoria. Enfim, toda essa violência tem o sentido de manter e aumentar possibilidades de lucros, de prosperidade nos fluxos de dinheiro. Tal fluidez é garantida pelo Estado que, constantemente *"abre novos espaços quando os capitalistas procuram novos mercados, novas fontes de matérias-primas, uma nova força de trabalho e locais novos e mais lucrativos para operações de produção"*⁽³⁶⁾.

Para BUARQUE⁽³⁷⁾, a modernização brasileira só agravou o quadro sócio-econômico e político do país. Trata-se de um "progresso" pago com a miséria da população, com a violência, destruição, espoliação de riquezas, do desprezo e do enfraquecimento das minorias e das desigualdades dentro da sociedade.

⁽³⁵⁾Octávio Ianni, *Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia 1964-1978*, pg.73.

⁽³⁶⁾David Harvey, *A Condição Pós-Moderna*, pg. 103.

⁽³⁷⁾Cristovam Buarque, *O Colapso da Modernidade Brasileira*.

Na Amazônia, e mais precisamente em Rondônia, o Estado Brasileiro nunca oferecera tão rapidamente as condições e a estabilidade para a modernização do capital nacional que enseja uma maior participação na economia mundial, posto que nessa região foram viabilizados todos os elementos necessários para isso, vide os grandes projetos de colonização, de produção de energia, ampliação das redes de circulação, etc. *"Foram diversos, e cada vez mais abrangentes, os planos, programas e projetos adotados pelo poder público federal para iniciar, dinamizar ou orientar o desenvolvimento econômico da região. Diferentes órgãos federais, tais como a SUDAM, BASA, PIN, SUFRAMA, RADAM, PROTERRA, PLAMAZÔNIA, INCRA, FUNAI e tantos outros passaram a iniciar, dinamizar ou orientar as atividades econômicas, públicas e privadas na Amazônia. Assim, o extrativismo, a mineração, a pecuária, a agricultura, a indústria, a agroindústria, o comércio, os serviços, as atividades financeiras, todos os setores da economia beneficiaram-se da atuação do poder público"*(38).

Seria esta a modernidade que estaríamos vivendo com um atraso de pelo menos cem anos? Entre outras coisas, trata-se de colocar setores atrasados ou tradicionais como o campo e regiões da periferia como a região Amazônica, que passaria nesse processo a ter a função de estimular a expansão do capital e viabilizar sua acumulação, produzindo a baixos custos agrícolas, bem como

(38) Octávio Ianni, *A Ditadura do Grande Capital*, pg. 131\2.

fornecendo mão-de-obra barata, gerando, assim, possibilidades para o desenvolvimento industrial. Desta forma, de "esquecida", a Amazônia passa a se destacar como a "fronteira alternativa", segundo BECKER. Para a autora a Amazônia aparece como o "espaço não plenamente integrado no espaço global, pode ser definido como espaço de manobra das forças sociais. Para a nação, a fronteira Amazônica é o espaço de projeção para o futuro, de expectativa, potencialmente geradora de vias alternativas de desenvolvimento capitalista, constituindo, assim, símbolo e fato político de primeira grandeza. Por sua vez, a virtualidade torna a região estratégica para o Estado que se empenha em sua rápida estruturação e controle para integrá-la no espaço global, ao mesmo tempo que, na dimensão ideológica manipula a imagem de espaço alternativo"⁽³⁹⁾.

A rede de circulação, neste caso a BR-364, possibilitou a ligação de Rondônia ao território nacional, tendo por trás o Estado e suas estratégias para ocupação daquele espaço. Por sua vez, o PIN - Programa de Integração Nacional, o POLONOROESTE e o PLANAFLORO (ainda inacabado), são projetos que se juntam à mesma política de dinamizar o desenvolvimento extensivo do capitalismo na Amazônia.

A política do Estado brasileiro foi e continua sendo a elaboração de planos e projetos, os quais possibilita agir, através do planejamento que interfere na produção do espaço. Como resultado, a reprodução do capital

⁽³⁹⁾Berta K. BECKER, - Fronteira Amazônica: Questões Sobre a Gestão do Território, pg. 91.

e do poder político ocorre concomitantemente ao processo de produção espacial. "L' espace produit par l' État doit se dire politique, avec des caracteres propres et des buts spécifiques. Il ré-organise les rapports (sociaux de production) en fonction du support spatial; il rencontre et heurte l' espace économique préexistant: pôles de croissance spontanés, villes historiques, commercialisation de l' espace fractionné et vendu par lots, etc. (...) "L' économique se reconsidere em terms spatiaux: flux (énergie, matieres premières, main-d' oeuvre, produits finis, circuits commerciaux, etc.) et stocks (or et capital, investissements, machines, techniques, établissements fixes de divers emplois, etc.). L' État tend a contrôler flux et stocks, en assurant leur coordination. Au cours de ce processus a triple aspect (croissance, c' est-a-dire accroissement des forces productives, - urbanisation, donc formation d' unités géantes de production et de consommation, - spatialisation)..."(40).

(40) "O espaço produzido pelo Estado deve se dizer político, com características próprias e fins específicos. Ele reorganiza as relações (sociais de produção) em função do suporte espacial; ele reencontra e choça o espaço econômico pré-existente: polos de crescimento espontâneos, cidades históricas, comercialização do espaço fracionado e vendido por lotes, etc. (...) "O econômico se reconsidera em termos espaciais: fluxo (energia, matérias primas, mão-de-obra, produtos acabados, circuitos comerciais, etc.) e estoques (ouro e capital, investimentos, máquinas, técnicas, estabelecimentos fixos de diversos empregos, etc.). O Estado tende a controlar fluxo e estoque, assegurando sua coordenação. No curso deste processo há triplo aspecto (crescimento, quer dizer crescimento das forças produtivas, a urbanização, portanto formação de unidades gigantes de produção e de consumo, - espacialização)..." Henri LEFEBVRE, De L' État. Les Contradictions de L' État

O governo autoritário do Presidente Emílio Garrastazú Médici "preocupado" com o isolamento da Amazônia e a crescente pobreza do Nordeste, cria em 1970 o PIN - Programa de Integração Nacional, através do qual podemos perceber a estratégia do Estado, visto que este possibilitou a implementação de projetos gigantes na região, tais como a construção de várias rodovias, colonização de imensas áreas com recursos financeiros oriundos de incentivos fiscais, beneficiando o capital privado, inclusive liberando-o do pagamento de imposto de renda.

"O PIN compreende, principalmente:

1) A construção das rodovias Transamazônica e da Cuiabá-Santarém (BR-165), para conexão com o Planalto Central e o Centro-Sul, assim como a articulação com o sistema rodoviário interamericano;

2) A implantação do programa de colonização na região da rodovia Transamazônica;

3) O levantamento sistemático, por meio do projeto RADAM de toda a faixa territorial de influência do PIN;

4) O plano de irrigação do Nordeste, destinado ao aproveitamento de vales úmidos e à elevação de produtividade da faixa semi-árida; e

5) A implantação de corredores de exportação, no Nordeste, para criar a infra-estrutura, altamente

especializada de transporte que permita a exploração em larga escala de produtos agrícolas e manufaturados"(41).

Parte essencial e importante desse Programa do Estado brasileiro trata-se do plano de colonização, viabilizado a partir da construção de uma malha viária, ligando a Amazônia ao Nordeste e ao Centro-Oeste. Às margens dessas rodovias, numa faixa de terra de até 10 km de cada lado, instalaram-se núcleos urbanos dotados de infraestrutura, possibilitando a fixação de agricultores.

Para os idealizadores da política de ocupação e desenvolvimento da Amazônia, tendo à reboque o Nordeste, esta seria a solução para muitos problemas nacionais, uma vez que *"o atraso e a pobreza de ambas as regiões, além de social e politicamente inaceitáveis, têm repercussões negativas que chegam a prejudicar fortemente a produção e a economia do Centro-Sul, e por não constituírem um mercado consumidor com efetivo poder de compra, essas duas regiões não participam substancialmente do mercado interno brasileiro, não contribuem para a diluição dos custos da produção industrial e, por sua baixa produtividade, deixam de fornecer matérias-primas necessárias à indústria do Centro-Sul"*(42).

A partir de levantamentos do potencial econômico da Amazônia, principalmente àqueles ligados à pecuária, mineração e extrativismo são criados pelos

(41) Waldir da C. Godolphim, "A Amazônia e seus Problemas"

in Brasil Realidades e Desenvolvimento, pg. 136.

(42) Waldir da C. Godolphim, Op. Cit. pg. 133.

governos militares, pólos de crescimento e de radiação, áreas prioritárias e zonas de fronteiras, dentre as quais Porto Velho passa a ser considerada como centro de apoio entre os limites dos Estados do Amazonas e Acre.

Na década de 70 o Governo Federal passa a atuar diretamente em Rondônia. Primeiro, executando ele mesmo o processo de povoamento dos "vazios". Segundo, intensificando a apropriação privada de terras, ou seja, o Estado age sobre esses "vazios" em função da necessidade de reprodução do capital, a partir da intervenção no espaço.

Em terceiro, a migração passa a ser fortemente induzida e orientada, e é acrescida de pequenos e médios agricultores do centro-sul, provocando alterações na economia do então Território, justificando, assim, o **"novo eldorado"**.

A ocupação do Território Federal de Rondônia fundamentalmente, a partir de 1974, quando a população aumentou de 1974 à 1982, 400% em função do fluxo de colonos em busca de terra, só pode ser entendido no contexto da intervenção do Estado que produz um espaço que se constitui como elemento básico para o desenvolvimento do tema de nossa pesquisa.

Para IANNI, a colonização da Amazônia foi de um lado a saída para o Estado resolver conflitos sociais que ocorriam na década de 60 entre posseiros e latifundiários no sul do Pará, ao mesmo tempo que enviava excedentes populacionais pauperizados do Nordeste para aquela região.

Por outro lado, nos anos 70\80 aliviou problemas no Sul do país, encaminhando e assentando pequenos produtores - minifundistas - estimulando, inclusive, empresas privadas colonizadoras a dirigir a ocupação, principalmente, de Rondônia, Acre e Pará, que para os militares no poder representava um espaço vazio, entregue aos índios, animais selvagens, seringueiros, caçadores e extrativistas. Dai, os vários discursos sobre "integração nacional", "segurança nacional" e "desenvolvimento da fronteira", onde não havia lugar para populações que antes encontravam-se ali. "No processo de acumulação primitiva do capital, perdem os índios, posseiros antigos, seringueiros, sitiante e ribeirinhos" (43).

A afirmação do poder estatal, que ocorre quando da implementação de projetos monumentais, a redistribuição da população do país, a mobilidade de recursos e a expansão do mercado interno, são algumas determinantes da rápida ocupação no noroeste da Amazônia.

O Programa POLONOROESTE - Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil, criado em 1981, que de certa forma substitui o PIN (Programa de Integração Nacional) foi outro grande projeto do Estado, fundamental no processo de produção do espaço na Amazônia, especialmente em Rondônia na década de 80. Financiado parte pelo Governo Federal e parte pelo Banco Mundial, este programa procurou privilegiar além da pavimentação total da BR-364 e abertura

(43) Octávio Ianni, A Colonização e a Contra-reforma Agrária na Amazônia, pg. 25.

de outras não menos importantes, facilitando o movimento de mercadorias, alimentando o processo de colonização e o desenvolvimento da agroindústria, viabilizando forças que incrementariam o surgimento de inúmeras cidades em poucos anos.

Como parte do programa POLONOROESTE, a consolidação da rodovia BR-364, que liga Cuiabá-MT à Porto Velho-RO, e a apropriação de terras ao longo e às margens desta, interiorizando o processo, são meios que o Estado utiliza para a criação de novos projetos de colonização, através de assentamentos. Novas formas de distribuição de lotes rurais são implantadas, visando a diminuição do tamanho das terras em mãos dos colonos, dificultando a proliferação de proprietários que se capitalizavam rapidamente, impedindo os que chegavam sem parar de realizarem-se enquanto "produtores". À consequência desse processo, ocorre um povoamento incessante da região.

A mobilidade da força de trabalho, apoiada no processo de urbanização como estratégia do Estado de ocupação de Rondônia foi (e é) o caminho que sustenta a articulação de antigos e novos núcleos urbanos entre si com o resto do país, através, como vimos, da construção de um infra-estrutura de circulação, ligando áreas distantes, e com isso permitindo a realização do fluxo de mercadorias e homens.

O processo de produção do espaço na fronteira econômica, é fundamentalmente aquele da produção de um

espaço "tendencialmente urbano", onde emergem os Núcleos Urbanos de Apoio Rural (NUARs), vilas, distritos, assim como intensifica o crescimento de cidades em pouco tempo, como é o caso de Porto Velho.

O baixo grau de urbanização da região até poucos anos atrás não satisfazia as necessidades da indústria nacional que pretendia expandir-se para todo o território brasileiro, como condição de reprodução. O Estado objetivando uma adaptação ou acompanhamento da economia mundial, intervém na produção do espaço, no sentido de responder aos movimentos do capital que se internacionaliza incessantemente.

O Estado tem assumido o papel de desencadear transformações na organização espacial. No caso da Amazônia, não é suficiente para o capital e para o próprio Estado criar apenas aglomerados com a instalação de pequena população. É preciso além disso, repensar novos papéis para núcleos urbanos que já existiam, como é o caso de Porto Velho, cujo modo de vida é alterado, a partir da implantação de um polo regional, tornando essa cidade centro de serviços, lugar onde a mão-de-obra móvel se redistribui, abrindo possibilidades para a constituição de uma sociedade urbana.

Nos perguntamos como se concretizou espacialmente os planos\projetos objetivando a ocupação dos "vazios" e a criação da infra-estrutura para garantir a articulação de Rondônia ao resto do país? Destacamos,

inicialmente, a criação de inúmeros novos núcleos urbanos, muitos transformados em novos municípios e distritos, além do crescimento de inúmeros municípios que já existiam, alguns colocados como polos importantes, tais como Ji-Paraná, Vilhena, Ariquemes, além de Guajará-Mirim e Porto Velho, os mais antigos.

Porto Velho é fundamental no processo, posto que esta tornou-se a base onde localizam-se os órgãos ligados ao planejamento no nível estadual, assim como da representação das entidades financiadoras, das grandes construtoras contratadas para atuar em todo o Estado. Enfim, é o centro das decisões políticas, econômicas e financeiras na área de abrangência dos projetos governamentais na região.

O governo do Estado, tendo a Secretaria de Planejamento-SEPLAN, órgão responsável por todas as atividades do programa POLONOROESTE em Rondônia, necessitava cada vez mais de técnicos melhor qualificados, de consultorias especializadas em planejamento; precisava modernizar-se e adaptar-se às exigências das entidades financiadoras do programa (BIRD e governo federal), requerendo condições mínimas em termos de infra-estrutura para seus funcionários, os quais, são técnicos (na maioria, economistas, engenheiros agrônomos e engenheiros civis), empenhados em acompanhar o desenvolvimento de projetos em andamento no interior, agrupados em áreas específicas, como saúde, educação, agricultura, meio ambiente, assistência

social, assistência técnica, desenvolvimento florestal, etc. Esses funcionários, contratados pelo governo estadual e federal, residem em condomínios fechados mais centrais ou em conjuntos residenciais distantes do centro da cidade, muitos construídos nos últimos seis anos. Por sua vez, os consultores do programa, acompanhadores do BIRD e técnicos da ex-SUDECO (Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste), intermediários entre o Governo Federal e o Governo do Estado de Rondônia, sediados em Brasília, residem em hotéis, uma vez que a estadia dos mesmos é sempre curta. Além disso, as grandes empreiteiras necessitam também produzir condições para se estabelecer no lugar, assim como os bancos, as firmas de serviços, os escritórios, etc. Concretamente, essa é a forma de como o POLONOROESTE e outros programas do Estado intervêm na produção espacial de Porto Velho.

Existe uma distância que separa o discurso do Estado e a ação deste na região. Entre os objetivos propostos (a: provocar maior integração nacional; b: promover adequadamente a ocupação demográfica da região, absorvendo populações economicamente marginalizadas de outras regiões, proporcionando, inclusive empregos; c: o aumento na produção agrícola da região e na renda da população; d: reduzir as disparidades de desenvolvimento, a níveis inter e intra-regionais; e e: assegurar o crescimento da produção em harmonia com a preservação do sistema ecológico e comunidades indígenas), e o que realmente tem

sido realizado, concluimos que muitos planos não saíram do papel.

De fato houve um crescimento da produção da produção agrícola, mas Rondônia é apontado como um dos lugares que bateu recorde em desmatamento florestal e acelerou o processo de dizimação de nações indígenas, visto que o assentamento de colonos ocorre até dentro de suas terras, previamente autorizado pelo governo local; houve uma integração nacional, mas desta vez via mercado, ligando a região diretamente à metrópole nacional, São Paulo, desaparecendo o papel da metrópole regional - Belém. É verdade que a ocupação dos "vazios" aconteceu, e ainda está em processo, contudo, grande parte da população que migrou, os considerados "marginalizados", realmente encontra-se em condições de mera sobrevivência até hoje, quando na verdade a migração para esta área traria condições de um futuro mais promissor para sulistas e pessoas de outras partes do país; a renda da população pode até ter aumentado, mas não como resultado da produção agrícola como um todo porque, atualmente, passado a fase da não resistência do pequeno produtor no campo, ou seja, em total abandono, somente as agroindústrias crescem em detrimento dos demais.

A grande função do Estado foi viabilizar projetos e infra-estrutura que assegurasse a permanência do migrante-colono no campo. Concedeu-lhe a terra, empréstimos, possibilidades de escoamento da produção, assistência técnica, comprando sua produção, dotando os NUARS - Núcleos

Urbanos de Apoio Rural de escola, posto de saúde, armazéns, etc., sustentando, assim, a imagem ideológica de fronteira agrícola, como espaço onde todos têm acesso a recursos e meios para produzir. "O Estado, no Brasil, tem historicamente tentado ocupar plenamente o território nacional por intermédio do redimensionamento dos fluxos migratórios, da colonização dirigida ou subsidiada, através da implantação de novos eixos de comunicação, e da construção de novos núcleos urbanos"⁽⁴⁴⁾.

A colonização de novas áreas na Amazônia indeterminadamente sob a responsabilidade do governo local, tinha como metas principais: "a) assentar 22.000 famílias; b) demarcar 3 milhões de hectares de terras; c) construir 10.500 km de estradas vicinais para atender os colonos; d) propiciar serviços de assistência técnica e extensão rural, crédito, pesquisa agrícola, armazenagem e comercialização para 30.000 produtores; e) construir 250 escolas e 250 ambulatórios; e f) dotar os NUARs de água potável, energia elétrica, etc."⁽⁴⁵⁾.

Essa forma de urbanização idealizada pelo Estado, através da implementação destes NUARs é o meio de atrair contingentes populacionais para a região, objetivando um crescimento a partir dos núcleos urbanos, os quais se constituem tendo como ponto de partida a construção de uma escola de primeiro grau, um posto de saúde, um centro

⁽⁴⁴⁾ Benício SHIMIDT e Ricardo FARRET, A Questão Urbana, pg. 15.

⁽⁴⁵⁾ Conforme dados do Programa POLONOROESTE\SEPLAN\RO, documento de 1982.

técnico-administrativo, um posto policial, estação de rádio e antena parabólica para retransmissão de TV, um armazém para grãos, delegacia do INCRA, IBAMA, SUCAM e da EMATER, escritórios políticos\sedes de partidos, além de um complexo poliesportivo. Toda essa infra-estrutura transformou-se em pouco tempo - a maioria deles - em sedes de novos distritos ou municípios.

Especialmente com a criação e implementação do Programa POLONOROESTE, as modificações introduzidas pelo processo de ocupação recente de Rondônia, ao mesmo tempo em que deu uma grande dinâmica ao processo de crescimento trouxe, contraditoriamente, novos problemas e o agravamento de outros já existentes, exigindo do governo ações para minimizá-los, principalmente, àqueles ligados à "preservação ecológica", uma vez que o financiador do projeto, o BIRD, passou a ser pressionado por organizações não governamentais preservacionistas, a reparar danos ambientais, resultado da política de assentamento de colonos migrantes na Amazônia.

Todavia, a política de assentamento de migrantes nos lotes rurais no interior de Rondônia, visando assentá-los em "definitivo", como aparecia nos projetos como sendo esta a meta maior, não ocorreu. Em curto período essas mesmas famílias, impossibilitadas de produzir um mínimo para sobreviver se dirigem para as cidades mais próximas.

Associando a imposição do discurso ecológico, de defesa do meio ambiente, neste caso em defesa das florestas e populações indígenas de Rondônia, juntamente com

a necessidade de obter mais recursos financeiros para dar continuidade aos projetos em andamento, o governo estadual inicia a transição de um programa para outro, posto que os contratos com o BIRD em relação ao POLONOROESTE findaram.

A transição, também denominada "a transição ecológica", do POLONOROESTE, criado em 27.05.1981, para o PLANAFLORO se dá a partir de 1988 quando é traçado um programa básico (perfil) para este último, por uma equipe composta de técnicos da SEPLAN\Rondônia, da SEPLAN\Presidência da República e representantes do Banco Mundial. *"O governo de Rondônia com este objetivo iniciou os trabalhos do Plano Agropecuário e Florestal - PLANAFLORO, com um planejamento a longo prazo (15 anos), para o desenvolvimento do Estado como um todo, em resposta às necessidades de ajuste da produção agropecuária às condições da floresta tropical úmida"*(46).

O discurso do "novo" programa que dá continuidade ao anterior, segue com a concepção de planejamento preocupado com a manutenção dos recursos naturais e com o manejo destes recursos adaptado às condições amazônicas. Na verdade, trata-se de uma idéia que *"está sendo gerada de fora para dentro e visa o processo de reprodução do capital baseado nos rumos do desenvolvimento imposto pelo BIRD, defendendo e ampliando a ordem econômica liberal, facilitando os investimentos estrangeiros"*(47).

(46) Plano Agropecuário e Florestal do Estado de Rondônia, SEPLAN\RO, 1988, pg. 6.

(47) Ana Fani A. Carlos, "O Meio Ambiente Urbano e o Discurso Ecológico", (mimeo), pg. 7.

Verificamos que essa "preocupação" por parte dos planejadores encontra-se na maioria dos documentos elaborados por diversos órgãos públicos, tanto no nível federal quanto estadual. No caso do PLANAFLORO, os objetivos se orientam a:

"1) Defender, a longo prazo, a manutenção dos recursos da flora e fauna na Amazônia, como estratégia de ocupação sócio-econômica, mas essencialmente com o compromisso de legar um meio ambiental saudável às gerações futuras: 2) Adotar um visão de longo prazo, coerente com a diversidade biológica do meio ambiente, para experimentar e difundir novos modelos de exploração agropecuária e florestal, auto-sustentável, consistentes com as potencialidades dos recursos naturais e economicamente viáveis; e 3) Adequar o sistema produtivo a uma política de conservação ambiental pelo melhor aproveitamento dos recursos naturais, conservando os ambientes produtivos, implementando medidas para revisão dos processos de desmatamento e degradação existentes, com vistas a obter melhoria na qualidade de vida da população" (48).

O fracasso do POLONOROESTE, conforme análise de técnicos planejadores do PLANAFLORO (na verdade os componentes das equipes são quase os mesmos indivíduos), se deu devido a ocupação desordenada do Estado, em função dos intensos fluxos migratórios durante os anos 70 e 80, períodos em que os assentamentos ocorreram, inclusive, em

(48) Secretaria Estadual de Planejamento, "Cartilha do PLANAFLORO", 1988, pg. 7.

terras da União e de particulares, necessitando da intervenção do governo federal. Evitando os erros que ocorreram em épocas anteriores, não apenas em relação à distribuição de terras, os técnicos deste projeto optaram por uma "ferramenta básica": a planificação da região que evitará desastres ocorridos anteriormente. Trata-se de um "zoneamento sócio-econômico-ecológico", o qual define seis zonas potencialmente produtivas, conforme as realidades das mesmas levantadas previamente. As zonas definidas são: uma para intensificar a exploração agropecuária (zona 1), uma para pequenos produtores em coletividade (zona 2), uma para populações ribeirinhas (zona 3), uma para o extrativismo (zona 4), uma para manejo florestal (zona 5) e uma para conservação e preservação permanente, incluindo áreas indígenas (zona 6).

Questionamos a preocupação do "novo" programa com a preservação ambiental, com uma vida saudável para as gerações futuras e com a qualidade de vida da população, em reverter os problemas de danos ao ambiente natural. Na realidade, a preocupação com a defesa do meio ambiente, a degradação ecológica é imposta, visando unicamente o financiamento de projetos megalomaniacos.

À respeito desse zoneamento agro-ecológico, a pedra fundamental do PLANAFLORO, e a título de exemplo, verificamos que nesta divisão de Rondônia em zonas, a extensão de terras em função da expansão da agropecuária é quase seis vezes mais que a destinação para a zona

ribeirinha, ou seja, 6.195.000. (seis milhões cento e noventa e cinco milhões de hectares) para a primeira e 589.000 (quinhentos e oitenta e nove mil hectares) para a segunda. Sabemos hoje que dentre os grupos que mais migram para bairros que não oferecem condições de vida, visto que essas áreas não dispõem de infra-estrutura (como rede de esgoto, rede de água tratada), sem escolas, sem ruas asfaltadas, sem ônibus e extremamente violentas, localizados nos limites da mancha urbana de Porto Velho, são de pessoas que viviam ao longo dos vários rios existentes na região, bem como de caboclos que viviam do extrativismo, e com certeza estamos nos referindo às populações que por sempre viverem da floresta e dos recursos naturais da Amazônia, viviam em profunda harmonia com a natureza, sua fonte de vida.

Em 1991 o governo envia, finalmente, a carta-consulta ao Banco Mundial para que sejam assinados contratos de financiamento do projeto, iniciando com isso uma etapa de visita de missões de acompanhamento, formadas por técnicos do BIRD, do Ministério da Integração Regional, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o objetivo de discutir com o governo do Estado ações e planos a serem implementados, embora alguns setores da sociedade, grupos ligados às Organizações Não Governamentais-ONG's, estivessem mobilizando-se em prol de dificultar, e mesmo cancelar a assinatura de contratos com

os financiadores do programa. Em 1992 um grande impasse acontece em relação a liberação dos recursos financeiros para tal projeto: as entidades civis preservacionistas pressionam o governo estadual e federal, posto que as mesmas não foram consultadas e chamadas a participarem da formulação dos documentos de criação e andamento do programa, o que os levou a denunciar a organismos ambientalistas mundiais sobre grandes somas que seriam destinadas à manutenção da máquina burocrática, ao invés de ser dirigido a planos de modernizar de fato o país.

O programa POLONOROESTE, o PIN, assim como o PLANAFLORO (substituindo o primeiro), apresentam os mesmos objetivos, isto é, a possibilidade de viabilizar o desenvolvimento de forças produtivas e a expansão do capital, almejando o espaço amazônico para este fim.

Até janeiro de 1993 a primeira parcela do financiamento ainda não havia sido liberada pelo banco, apesar do contrato entre o governo brasileiro e aquela instituição financeira já ter sido assinado em setembro de 1992, conforme noticiado em jornais da época.

"PLANAFLORO VAI SER ASSINADO POR PIANA: o governador Osvaldo Piana assina amanhã em Washington o contrato com o Banco Mundial referente ao PLANAFLORO. O plano está orçado em 1 trilhão e 400 bilhões de cruzeiros e será a redenção econômica de Rondônia. Nas cláusulas contratuais, o PLANAFLORO tem a finalidade de desenvolver atividades nas áreas de saúde, educação, agricultura e

preservação. A assinatura será feita pelo Ministro da Economia *Marcílio Marques Moreira* e representantes do *BIRD* e *FMI*"⁽⁴⁹⁾. Isso significa que mais uma vez somas vultosas entrarão no Estado de Rondônia que parece estar sobrevivendo desses recursos há pelo menos dez anos.

Na mídia de Porto Velho os governantes enfatizam sistematicamente que a crise por que vem passando Rondônia está com os seus dias contados. A sociedade local vibra com a possibilidade de novos investimentos, crê na volta do crescimento a partir da liberação dos recursos que financiarão o projeto. "A indústria agora vai vir, principalmente agora com o auxílio do *PLANAFLORO*, o qual vai beneficiar tudo isso. São 200 milhões de dólares para serem aplicados na agricultura, eletricidade e no saneamento das cidades. É pela televisão e pelos rádios que nós sabemos disso: o *PLANAFLORO* conseguiu um novo empréstimo nos Estados Unidos firmado com o governador neste final de ano. Dessa vez não vai haver robalheira, eles vão aplicar todo esse dinheiro aqui. Antes, esse dinheiro só servia para os grandes empresários que vinham de fora, enriqueciam e voltavam para seus lugares de origem. Agora o plano está bem feito e vai dar tudo certo"⁽⁵⁰⁾.

Em Rondônia e na Amazônia como um todo estão alargadas as vias para a expansão e reprodução do capital, e as cidades proporcionam condições - ou são a própria

⁽⁴⁹⁾Jornal O Estadão, Porto Velho, 19.09.92.

⁽⁵⁰⁾Depoimento do Sr. Francisco das Chagas C. Gonzaga,

75 anos.

condição - para sua reprodução, pois é onde as forças produtivas, e matérias primas, proporcionam um desenvolvimento, baseado na exportação, cujos resultados se direcionam às cidades, possibilitando, assim, a constituição mais acelerada do urbano. "A cidade e a realidade urbana seria nesta hipótese, o lugar por excelência e o conjunto dos lugares onde se desenrolam os ciclos da reprodução, mais amplos e mais complexos do que os da produção, neles inscritos. Em especial, a reprodução das relações capitalistas..."⁽⁵¹⁾.

Mineradoras, agropecuárias e agroindústrias ligadas ao grande capital investidor na região, há vários anos vêm provocando tensões sociais, expropriando colonos, liberando força de trabalho e a conseqüente não absorção da mesma, necessitando com isso organizar um mercado de trabalho para atendê-la, bem como às novas cidades. "Depois de proibida a lavra manual e individual nos garimpos de cassiterita que deram emprego em Rondônia nos anos 60, estes foram substituídos por empresas mineradoras; garimpeiros são recebidos a tiros e mortos quando tentam entrar nas minas, cuja enorme riqueza, ao que saiba, nada tem aportado em termos de bem-estar e prosperidade para os que vivem em Rondônia"⁽⁵²⁾.

Muitas soluções são implementadas temporariamente, as quais servem para estreitar laços entre o Estado e o capital, através de empreiteiras, por exemplo,

⁽⁵¹⁾ Henri LEFEBVRE, Op. Cit. pg. 163.

⁽⁵²⁾ Argemiro PROCÓPIO, - Op. Cit. pg. 95.

contratadas para atuar em obras gigantescas como usinas hidrelétricas, construção de estradas, conjuntos habitacionais nas cidades, sistemas de saneamento básico, construção de escolas, hospitais, portos, estações rodoviárias, universidades e outros equipamentos, os quais absorvem um pouco da mão-de-obra disponível. *"A intervenção estatal aparece, assim, como um corretivo capaz de criar as condições materiais para a supremacia capitalista desejada, sem levar em conta as peculiaridades de casos particulares"*(53).

Os governos pós-64 apostavam numa economia privada e num mercado amplo com o desenvolvimento de forças produtivas e, conseqüentemente, maior produtividade, o que levaria o Brasil - denominado como nova potência mundial - a competir com outros países ricos. Para tanto, investiram pesadamente em planos e projetos, dentre os quais destaca-se o I e II PND - Plano Nacional de Desenvolvimento. O primeiro do governo Médici, e o segundo no governo de Geisel. Ambos congraçaram o desenvolvimento urbano, através de investimentos públicos em infra-estrutura, beneficiando o capital privado, sobremaneira a indústria, visto que o atraso no processo de industrialização da nação foi compensada pela intervenção estatal, através do planejamento, financiando esse processo.

Agências financiadoras estatais, tais como o Banco do Brasil, o ex-Banco Nacional da Habitação e o

(53) Benício SHIMIDT e Ricardo FARRET, Op. Cit. pg.28.

Conselho de Desenvolvimento Industrial, investiram em setores produtivos industriais, aplicando recursos em grande quantidade, enquanto os segmentos para a reprodução da força de trabalho - habitação, transportes, saneamento - ficaram em segundo plano.

Assim, fica um pouco claro o papel desempenhado pelo Estado no processo de produção do espaço urbano, especialmente, no que diz respeito a infra-estrutura de áreas metropolitanas, privilegiadas com recursos financeiros estatais, embora o restante do país tenha recebido somas pequenas a serem aplicadas na construção de conjuntos habitacionais, urbanização, em portos, rodoviárias e aeroportos nas cidades, visando a expansão "necessária" do capital.

Essa política de investimentos na expansão econômica do sistema produtivo em setores básicos (siderurgia, eletricidade, petroquímica e outros), exclui outros envolvidos com os meios de consumo coletivo, impedindo a efetivação da cidadania. Nesse sentido, a fraca aplicação de recursos no espaço urbano, principalmente na chamada periferia faz com que a crise de muitas cidades seja uma constante, uma imagem permanente, como é o caso de Porto Velho hoje. Nesse sentido, *"o Estado usa a cidade de forma contraditória: de um lado, a ênfase na cidade como lugar da produção. Escassos recursos para investimentos urbanos são aplicados de modo a facilitar o acesso de bens, matérias-primas e mão-de-obra, caracterizando, assim, as*

áreas urbanas como máquinas produtivas. De outro, reduzindo os investimentos na reprodução da força de trabalho a níveis muito aquém do mínimo necessário, o Estado virtualmente abandona a cidade à sua própria sorte, deixando-a na incerteza do jogo do mercado" (54).

Pelo exposto, podemos afirmar que o processo de produção do espaço na fronteira, constitui-se a partir da articulação entre o Estado e o capital privado, através da elaboração dos grandes projetos, com a construção de infraestrutura e dos assentamentos, e tem na mobilidade da força de trabalho um agente fundamental para a realização da produção da mercadoria e da cidade. *"On peut soutenir que la production a ses lieux, les entreprises, et la consommation les siens: la ville. Celle-ci se définit clairement quand on l'a réduit à une somme de lieux (les commerces, les habitations, les ménages) avec une fonction, celle de reproduire la force de travail. Le mode de production (capitaliste) se structure ainsi de façon lumineuse. D'un côté, la production, les rapports de production, les lieux de la production, de l'autre, la consommation et les lieux de la consommation, plus ou moins contrôlés par les instances économiques (le grand capital) et politiques (les appareils d'État, y compris les appareils idéologiques)"* (55).

(54) Benício V. Schmidt, Op. Cit., pg. 10.

(55) "Pode-se sustentar que a produção tem seus lugares, as empresas, e o consumo os seus: a cidade. Esta se define claramente quando a reduzimos em soma de lugares (os comércios, as habitações, as casas) com uma função, a de reproduzir a força de trabalho. O modo de produção (capitalista) se estrutura, assim, de modo luminoso. De um lado, a produção, as relações de produção, os

lugares da produção, de outro, consumo e os lugares do consumo, mais ou menos controlados por instâncias econômicas (o grande capital) e políticas (os aparelhos de Estado, compreendidos os aparelhos ideológicos)".
Henri LEFEBVRE, Op. Cit. pgs. 268\9.

III - PORTO VELHO: O NOVO E O VELHO NA
PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO.

"Se Amizael cantou-te como infante,
Se o Bolívar cantou teu tempo antigo,
Se Cândido e outros cantaram-te como
amante,
Deixa que eu fale apenas como amigo.

És Porto Velho, muito diferente
Daqueles dias que já vão distantes,
Quando morava aqui, bem pouca gente
E não tinhas, em ti, tantos migrantes!

A Vila Confusão virou cinema,
A Ponte do Suspiro nem mais chora,
O Bar Central fechou, mudou de esquema,
E seus fregueses já foram embora."

(estrofes do poema "Porto Velho", de
Bolívar Marcelino)

3.1. - Sobre o Objeto de Estudo

Provavelmente teremos que discorrer um pouco aqui sobre a origem da cidade de Porto Velho, bem como seu crescimento e desenvolvimento entre as décadas de 70 e 90, para compreendermos as transformações que ocorreram, principalmente neste período de vinte anos. Entretanto, voltaremos um pouco no tempo, ou seja, até o início do século.

Na virada do século, parte da região norte ainda se inseria nos quadros de um Brasil aonde se processava a acumulação "primitiva" do capital. Nas trocas com o mercado externo, sua principal economia de exportação era a borracha, produto que proporcionou uma intensa ocupação da Amazônia na época.

Enquanto núcleo urbano Porto Velho surgiu em 1907 a partir da necessidade da construção de um porto, daí o seu nome, o qual servia para o desembarque de mercadorias de todos os tipos e para o escoamento da borracha trazida da Bolívia e regiões próximas, através da E.F.M.M. (Estrada de Ferro Madeira Mamoré), daí seguindo pelos rios Madeira e Amazonas ao oceano atlântico até os Estados Unidos e Europa. À respeito do surgimento de Porto Velho, nos relata Silva "*...como os contratantes da ferrovia, a Madeira Mamoré Railway Co. Ltd., de origem inglesa, consideravam Santo Antonio muito doentio, além de não dispor de atracação condizente com as exigências da companhia construtora*

(americana), por ser muito cheio de pedras, tendo os navios que ficar muito distantes do povoado para o desembarque de suprimento e víveres, em 1907 ficou definido que a EFMM teria início em terras do Estado do Amazonas. A melhor área para começo da ferrovia seria 7 km abaixo de Santo Antonio, portanto. Em volta do local construíram-se residências, armazéns, porto, etc. Era o surgimento de Porto Velho, favorecida por uma invejável posição geográfica."(56). Ou seja, um ponto na última curva do rio Madeira antes do trecho encaichoerado, o que muito dificultou - e dificulta até hoje -, o transporte de mercadorias, equipamentos, etc., provenientes da Europa e Estados Unidos, dirigidos à Vila de Santo Antonio, primeiro lugarejo que surgiu na região, e também primeira base da construtora, localizada exatamente em frente às fortes corredeiras, obrigando os barcos a descarregarem em local mais fácil de aportar. No final, optaram por construir mais 7 km de estrada de ferro em área mais segura para o desembarque de cargas a serem utilizados na construção da EFMM.

Períodos ou ciclos de exploração de recursos naturais são as marcas do processo de urbanização de Rondônia ao longo de todo esse século. Tivemos um primeiro ciclo da borracha durante as três primeiras décadas, depois um segundo ciclo da borracha nos anos 40 e 50, o ciclo da cassiterita no período 60-70 e, finalmente, estamos

(56) Amizael G. da SILVA, No Rastro dos Pioneiros: Um Pouco da História Rondoniana, pg. 52.

vivenciando a exploração simultânea, apesar de diferentes modos, de ouro e madeira desde os anos 70.

No que diz respeito à terra (exploração que não podemos considerar conjuntamente às atividades extrativistas), é importante observamos que a partir da década de 80 a especulação no campo e a formação de latifúndios aumentou concomitante ao exôdo rural, favorecendo, assim, os grandes proprietários que vêm no migrante um "amansador de terras" para suas agropecuárias que se espalham por todo o Estado. "*Vastas regiões de terras devolutas estaduais, apesar das limitações constitucionais, passam de um momento para outro a constituir enormes latifúndios em mãos de pessoas ou grupos nacionais e estrangeiros que especulam com as terras ou apoiados pela política agrícola de exportação ateam fogo na floresta para produzir soja e o boi*" (57).

Conforme dados da Federação das Indústrias de Rondônia (julho\91), a pecuária é a atividade do setor primário que mais cresceu nos últimos anos, mesmo sendo insuficiente para o abastecimento local. O rebanho bovino, que em 1975 era de 55.000 (cinquenta e cinco mil) cabeças passou em 1988 para 1.100.000 (hum milhão e cem mil); a área de pastagem cresceu no mesmo período de 65.000 ha (sessenta e cinco mil hectares) para 2.000.000 ha (dois milhões de hectares). Trata-se de números que relevam a agroindústria no Estado nos últimos anos.

(57) Argemiro PROCÓPIO, Amazônia: Ecologia e Degradação Social, pg. 131.

Nesta perspectiva, a cidade não se auto-explica ou se auto-determina; não é independente. É necessário que entendamos a sociedade brasileira e as conjunturas históricas que a constitui de um modo ou outro, ditando regras e leis da reprodução do espaço.

A cidade não é um organismo, muito menos um organismo independente. A sociedade, ou, as sociedades historicamente constituídas, produzem-nas através de suas atividades. Também não interessa as espécies de profissionais, de habitantes, etc., pois todos têm o seu papel e seu lugar estabelecido nela. "*A cidade contém populações excendentárias, satélites da grande indústria, serviços de toda espécie (dos melhores aos piores), os aparelhos administrativos e políticos, os burocratas e os dirigentes, a burguesia e os seus séquitos. Por consequência, cidade e sociedade marcham lado a lado e confundem-se, visto que a cidade acolhe no seu seio, como cidade-capital, o próprio poder capitalista, o Estado...*". (58).

Porto Velho foi e é condição fundamental para o desenvolvimento de forças produtivas no âmbito do Estado Nacional, possibilitando acúmulo de capital e sua reprodução, não só através da produção de espaços, mas também quando um modo de vida é substituído por outro, ou melhor, na constituição de outra sociedade: a urbana.

(58) Henri LEFEBVRE, Op. Cit. pg. 142.

Porto Velho é essencialmente uma cidade de comércio e de serviços. Embora a grande indústria não tenha se instalado, com exceção da indústria exploradora de cassiterita que aos poucos se estabeleceu em função da riqueza em matérias primas e mão-de-obra abundante e barata.

Até o final da década de 50 existiam pelo menos dez cidades no então Território Federal, processo que continuará de forma acelerada nas próximas décadas, consolidando-se em curto período de tempo como espaço articulado à urbanização do espaço mundial de que nos fala LEFEBVRE: *"a completa urbanização da sociedade, anunciada e até começada antes do capitalismo, prossegue portanto e ganha aceleração sob o domínio da grande indústria, da burguesia e do capital. É um processo revolucionário, visto que transforma a superfície do globo e a sociedade..."* (59).

No início deste século, com exceção de índios, a população da região que hoje representa o Estado de Rondônia se constituía de seringueiros, seringalistas, migrantes do nordeste ainda no final do século passado. Com a construção da EFMM os trabalhadores de serviços pesados da obra vieram de várias partes do mundo, inclusive da Rússia, os técnicos procediam dos Estados Unidos e Inglaterra, assim como médicos e enfermeiras, além de muitos brasileiros provenientes do sul - comerciantes na maioria -. O estabelecimento dessa população exigia uma economia urbana e

(59) Henri LEFEBVRE, O Pensamento Marxista e a Cidade, pg. 136.

um mercado, além de infra-estruturas que pudesse atender as suas necessidades.

De um lado tínhamos os trabalhadores, dentre os quais os migrantes, e de outro a burguesia, cuja posição social lhe proporcionava obtenção de títulos de terras da União e outros bens, além de muitas regalias. As duas classes se reproduziam no mesmo espaço, contraditoriamente.

Porto Velho nasce e desenvolve-se no bojo do modo de produção capitalista. Sua função mais significamente no início deste século foi possibilitar o crescimento de um comércio que atendesse as necessidades da população local, que instalava-se em número cada vez maior. Mercadorias que originavam-se tanto do exterior como de uma indústria que nascia no sudeste do país corriam livremente nesta região. Roupas, calçados, utensílios domésticos, móveis, materiais para construção, gêneros alimentícios, etc., movimentavam o comércio local, impulsionando o crescimento da cidade.

Ao longo da estrada de ferro nasceram outras cidades-estações como Jacy-Paraná em 1909, Abunã em 1911 e Guajará-Mirim em 1912. Eram pequenos povoados onde desenvolvia-se um pequeno comércio e uma parca agricultura de subsistência. Entre 1915-20 foi construído o Mercado Central nesta cidade a fim de abrigar produtos vindos do interior, bem como todo tipo de mercadoria, uma vez que ainda não existiam lojas ou casas comerciais em grande número.

Trata-se de um quadro que teve seu final nos anos 50, período em que já predominava no país um padrão de acumulação capitalista calcado na substituição de importações, no crescente desenvolvimento da indústria, que assume seguidamente a economia nacional concentrada no sudeste.

A integração de regiões mais distantes se fazia cada vez mais necessária no processo de expansão do capital nacional. Incorporar os "espaços vazios" e "isolados" e dar-lhes novas atribuições, como a de centros urbanos necessários ao crescimento da indústria, era uma meta assumida e a ser alcançada pelo Estado brasileiro planejador, o qual impõe um modelo urbano-industrial ao país.

No tocante a Rondônia, até o final do segundo governo de Getúlio Vargas, várias cidades surgiam, e as já existentes cresciam num ritmo pouco acelerado, caso de Porto Velho.

As pequenas e médias indústrias existentes empregando um número reduzido de pessoas, são as gráficas, de vestuário e calçados, de beneficiamento de cereais, de móveis e outras mais artesanais, embora a indústria da construção civil, ultimamente, tenha crescido sobremaneira. No entanto, ainda podemos denominar esta cidade como o lugar das atividades do comércio e dos serviços, essencialmente urbanos.

A ausência da grande indústria não exclui e já não é mais necessária ao processo de urbanização de um lugar específico. Esta é uma realidade na Amazônia, e em especial em Rondônia hoje. Os meios de comunicação, sejam estas estradas, televisão, rádios, jornais ou revistas, possibilitam a expansão do capital e sua reprodução. Com este processo, cria-se também a reprodução de idéias, valores e um modo de vida. São as cidades-periferias do capital industrial concentrado no centro-sul do país.

Em 1981 é inaugurada pelo então governador Cel. Jorge Teixeira a BR-364 totalmente pavimentada ao longo dos seus 1.400 km de extensão, ligando Rondônia aos grandes centros urbanos do país. Com a estrada tornou-se possível a maior fluidez do capital, gerando importantes transformações sócio-econômicas, principalmente causadas pelos contingentes migratórios vindos do sul, e não menos pela difusão do *mass media*, trazendo consigo a publicidade, manipulando, assim, o mercado. "*BR-364, ex-Brasília-Acre, retirou o Território Federal de Rondônia do secular isolamento, integrando-o ao desenvolvimento nacional, surgindo, assim, a possibilidade da grande transformação na ocupação do seu espaço.*" (60)

A construção dessa estrada foi a pedra fundamental que, rapidamente, reforçou nos anos 80 a denominação de Rondônia para o país como o "**novo eldorado**", "o mais próspero Estado da União", "o lugar das oportunidades", etc. As transformações em exíguo espaço de

(60) Amizael G. da SILVA, Op. Cit. pg. 182.

tempo chamou nossa atenção para entender e tentar explicar o processo que produz o "espaço novo".

Em vinte anos, ou seja, entre os anos 1970-90, Porto Velho quintuplicou o crescimento de sua área urbana, e tem hoje (1991) uma população estimada em torno de 400.000 habitantes (61) .

(61) Conforme dados do IBGE, Delegacia de Porto Velho, julho de 1991.

3.2 - As Especificidades na Produção do Espaço Urbano de Porto Velho.

Uma das especificidades que marca o processo de produção do espaço urbano de Porto Velho refere-se ao curto período de tempo transcorrido entre a constituição e transformação desse espaço que se produz num movimento contraditório entre o novo e o velho.

Entendemos o novo aqui como o hoje, o atual que nós vivenciamos, o moderno, um Brasil proposto por alguns, baseados num projeto de modernidade de forma específica que, às vezes, se realiza ou não no nosso país, e quando isto ocorre, logo entra em declínio, envelhece, torna-se ultrapassado, pois calca-se na idéia do efêmero, do transitório. Trata-se da idéia de "progresso" que significa crescimento econômico, aumento da produtividade amparada pela racionalidade, pelo favorecimento do processo de acumulação desenfreada de capital com perspectiva imediatista. Novo e velho se articulam, superpõem-se produzindo o espaço e um entendimento sobre ele, penetrando no cotidiano e determinando suas características.

O novo é um signo do mundo moderno que empobrece a memória, tornando a sociedade vítima de amnésia e capturada por uma programada vida cotidiana, normatizada num mundo sujeito à ação dos fluxos dos objetos descartáveis produzidos em série. *"É o novo a serviço do volume de vendas, o novo da mercadoria, da moda, cuja única função é*

multiplicar o consumo (...) É um afrodisíaco para estimular as vendas, e cada vez que esse elixir é aplicado o novo de ontem envelhece, transformando-se em sucata temporal".⁽⁶²⁾

A idéia de velho que estamos pensando para entender o processo de produção do espaço urbano de Porto Velho, está relacionado às ruínas, às marcas, aos traços anteriores à década de 70, aos sinais do passado, os quais ligamos com uma vida pacata, "natural", tranquila, com direito ao diferente, ao heterogêneo, contrário ao novo, cujo estado inacabado se confunde com o que está decaindo, sem ter tido um sentido de vida.

Entre os anos 70 e 90, ou seja, em vinte anos as significativas e rápidas transformações ocorridas na paisagem urbana de Porto Velho são a medida certa que nos revela o dinamismo de um movimento intenso que traz no seu bojo o processo de reprodução do capital. Todavia, trata-se de uma periodização não homogênea, onde há momentos de pico, ou seja, de 1985-90.

Analisando a carta da evolução da mancha urbana de Porto Velho no período 1970-90 (**carta 6**), verificamos que a área do sitio urbano quintuplicou. O período que destacamos anteriormente como momentos de maior crescimento (1985-90), coincide com dois fatores importantes na produção do espaço desta cidade: primeiro, o auge do desenvolvimento do programa POLONOROESTE (1985-88), enquanto o outro (1984-90) trata-se do pleno funcionamento

⁽⁶²⁾Sérgio P. Rouanet, "Porque o Moderno Envelhece tão Rápido", pg. 111.

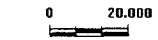
Porto Velho: evolução da mancha urbana

Legenda

- 1970
- 1977
- 1980
- 1985
- 1990

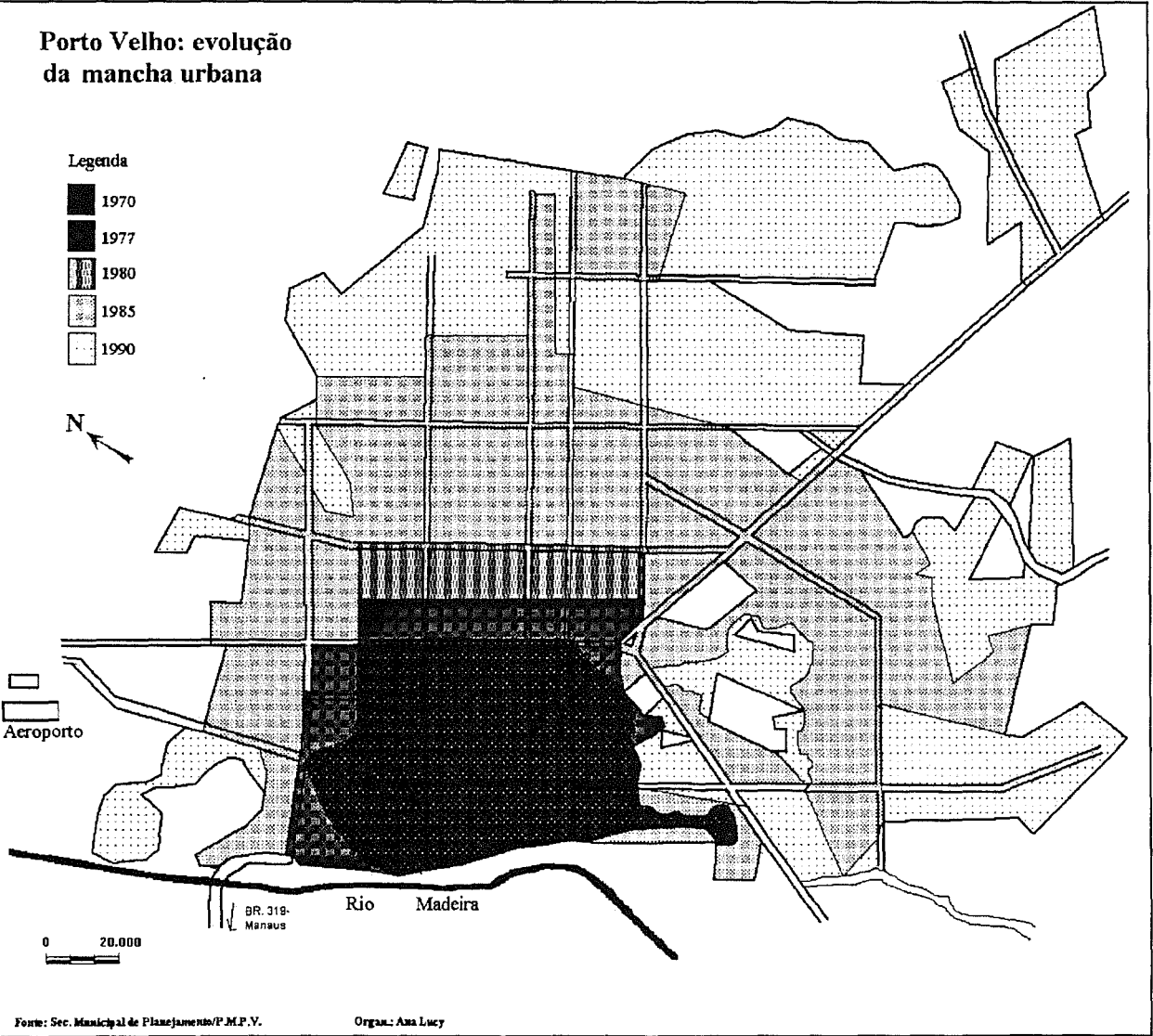


Aeroporto



Fonte: Sec. Municipal de Planejamento/P.M.P.V.

Orgão: Ana Lucy



dos garimpos de ouro localizados ao longo do rio Madeira, principalmente em trechos próximos à cidade.

A mediação clara do Estado no processo de produção do espaço urbano de Porto Velho é realizada, como dissemos, através de políticas que se concretizam em grandes projetos, como o PIN, a construção da BR-364, o POLONOROESTE, o PLANAFLORO e outros, como parte desta especificidade que marca este processo.

Os anos em que Porto Velho mais expandiu sua mancha urbana e quando mais cresceu em termos populacionais, dá-se no momento da criação e implementação do Projeto POLONOROESTE em 1981 estendendo-se até o início dos anos 90, cujo período de pico foi 85-88, quando foi substituído pelo PLANAFLORO, coincide com os anos em que Porto Velho mais expandiu sua mancha urbana e quando mais cresceu em termos populacionais.

Somas vultosas foram liberadas no período 81\88 pelo Governo Federal oriundos - a maior parte - do BIRD, financiador de grandes programas, inclusive "a fundo perdido". Como nunca antes acontecido, grande parte destes recursos financeiros foram canalizados, de modo desigual para a cidade que apresentava problemas de ausência de infra-estrutura em muitos bairros da capital.

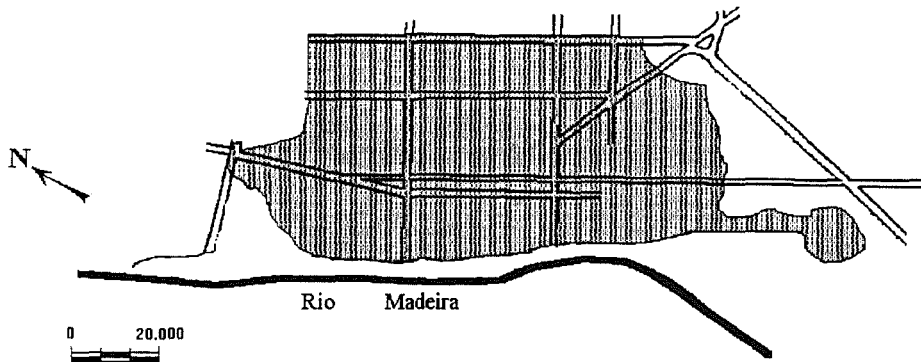
A partir de 1988 as políticas direcionadas ao desenvolvimento do programa POLONOROESTE na região sofreram mudanças dado as pressões de grupos ecológicos no nível mundial, e conseqüentemente, os contratos de financiamento

do mesmo passaram a ser suspensos. Aos poucos os reflexos da diminuição dos recursos oriundos do programa aparecem no processo de produção espacial: escritórios de grandes construtoras são fechados, muitos funcionários públicos transferem-se para outros Estados, setores do comércio e de serviços sofrem abalos, cresce o número de imóveis fechados, etc. Após o fracasso das atividades relacionadas ao POLONOROESTE, de certa forma, os garimpos de ouro e tudo o que se referia às suas atividades passam a sustentar parte da população e do crescimento da mancha urbana até 1990 quando entra em decadência.

O crescimento da mancha urbana entre 1970-80 (cartas 1, 2 e 3) pouco se alterou se comparado ao período 85-88. Entre 1970-77, desenvolvia-se a pleno vigor as políticas de ocupação e desenvolvimento da Amazônia vislumbradas pelo governos militares. A articulação da região ao resto do país era ponto fundamental para o Estado brasileiro, o que se processava rapidamente. Até 1980, consolidavam-se planos para Rondônia com o funcionamento das rodovias BR-364 em direção aos Estado do Mato Grosso e Acre, bem como da BR-319 em direção ao Estado do Amazonas.

A pavimentação e abertura normal destas estradas foi um marco na história de Rondônia e no crescimento de Porto Velho. Em 1981 o Território Federal de Rondônia dá lugar ao mais novo Estado da União, e sua capital torna-se um centro regional importante no noroeste da Amazônia. Passa a ser entroncamento obrigatório entre o

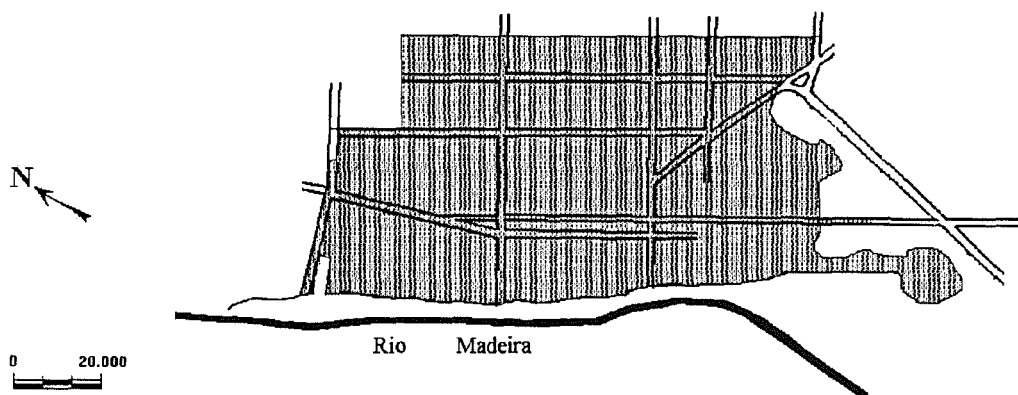
Porto Velho: mancha urbana 1970



Fonte: Sec. Municipal de Planejamento/P.M.P.V.

Orgão: Ana Lucy

Porto Velho: mancha urbana 1977



Fuente: Sec. Municipal de Planejamento/P.M.P.V.

Organ.: Ana Lucy

centro-sul e outros Estados do norte do país; é incessante a mobilização de capital e trabalho. Pessoas e mercadorias passam a transitar em ritmo frenético, substituindo o ritmo lento de crescimento da fronteira, e articulando a região ao espaço de expansão do capital.

O grande centro regional até os anos 70 - Belém - era a única ligação que mantinha Porto Velho com uma metrópole. Até poucos anos atrás a mesma fornecia a maioria das mercadorias que por sua vez procediam do centro-sul, escoadas pela rede de transportes fluviais. No entanto, com o crescimento populacional, tornava-se inviável o atendimento da demanda de reposição de mercadorias no mercado que se expandia, visto que o número de embarcações era pequeno, com isto, aos poucos esse meio de transporte perdeu sua importância. Por outro lado, a possibilidade de tráfego normal pela BR-364 abria caminho para o transporte mais rápido de todo tipo de mercadoria, inclusive alimentos perecíveis através de caminhões frigoríficos.

A navegação fluvial na região Amazônica após a abertura e pavimentação de algumas estradas que cortavam a região, ligando-a aos grandes centros industriais do país, praticamente sumiu. Grandes navios que transportavam passageiros na rota Porto Velho-Belém-Porto Velho, deixaram de fazê-lo, e os poucos barcos que ainda trafegam entre Manaus e Belém se limitaram em atender moradores ribeirinhos ao longo dos principais rios e ao "turismo ecológico" que vem crescendo.

Sobre as ações do Estado no que diz respeito aos transportes, analisa CARDOSO: *"ao lado da política de colonização, dos incentivos fiscais e dos possíveis projetos industriais, especialmente da exploração mineral, o outro grande instrumento de que o governo dispôs na Amazônia foi a política rodoviária"*(63).

Integrar de vez a região e Porto Velho ao mercado nacional e, por intermédio deste, ao mercado internacional carecia uma política de modernização que o Estado, aliado a grandes empresas, entendia ser o melhor e mais interessante, possibilitando o desenvolvimento de forças produtivas e condições de acumulação de capital. A *"superexploração do trabalho, permite a acumulação rápida de capitais sem a utilização intensiva de equipamentos e tecnologia avançados. É este lado da medalha, que do ângulo social se expressa pela desigualdade crescente, que se deixa entrever na forma que o Estado assume: autoritarismo para a massa, protecionismo para as empresas"* (64). Este é o quadro construído sob os auspícios da grande empresa e que marca de forma contundente a paisagem urbana.

De forma geral, a evolução da mancha urbana de Porto Velho em vinte anos salta aos nossos olhos visto que é grande a diferença entre a área total ocupada entre 1970-90. Ao analisarmos separadamente tal crescimento, através das cartas 1, 2, 3, 4, 5, verificamos que na década

(63) Fernando H. CARDOSO, *Amazônia: Expansão do Capitalismo*, pg.167.

(64) Fernando H. CARDOSO, *Op. Cit.* pg. 9.

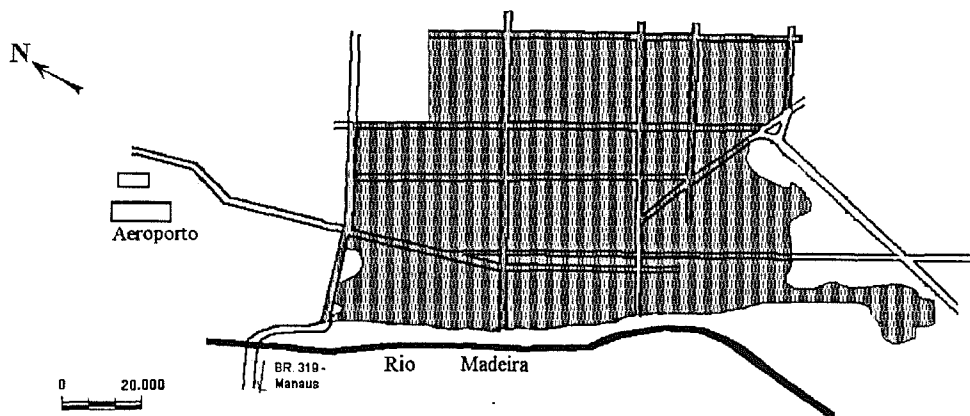
de 80 (**cartas 3 e 4**), os graus de ampliação do sitio urbano é significativamente maior que a década de 70. A título de ilustração, mostramos abaixo (fotografia número 4) vista aérea da centralidade de Porto Velho em meados dos anos 70, época que ainda se pode notar a ausência da verticalização e a presença da arborização.



Fotografia nr. 4: Vista de Porto Velho em meados dos anos 70.

A carta da mancha urbana de 1990 (**carta 5**) torna possível, comparado aos anos anteriores, verificarmos o quanto Porto Velho se expandiu, principalmente no sentido leste e sudeste margeando a BR-364, tanto em direção à Cuiabá quanto no sentido à Rio Branco. Referimo-nos às áreas

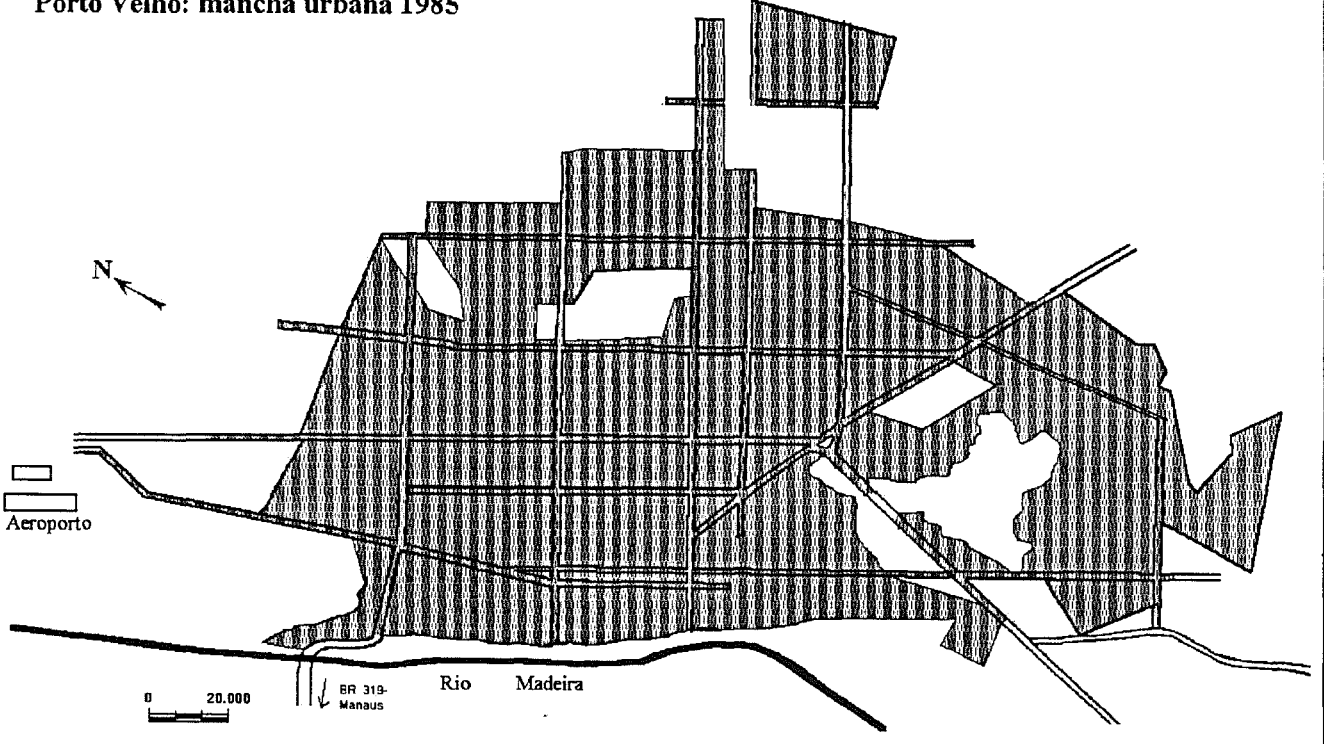
Porto Velho: mancha urbana 1980



Fonte: Sec. Municipal de Planejamento/P.M.P.V.

Organ.: Ann Lucy

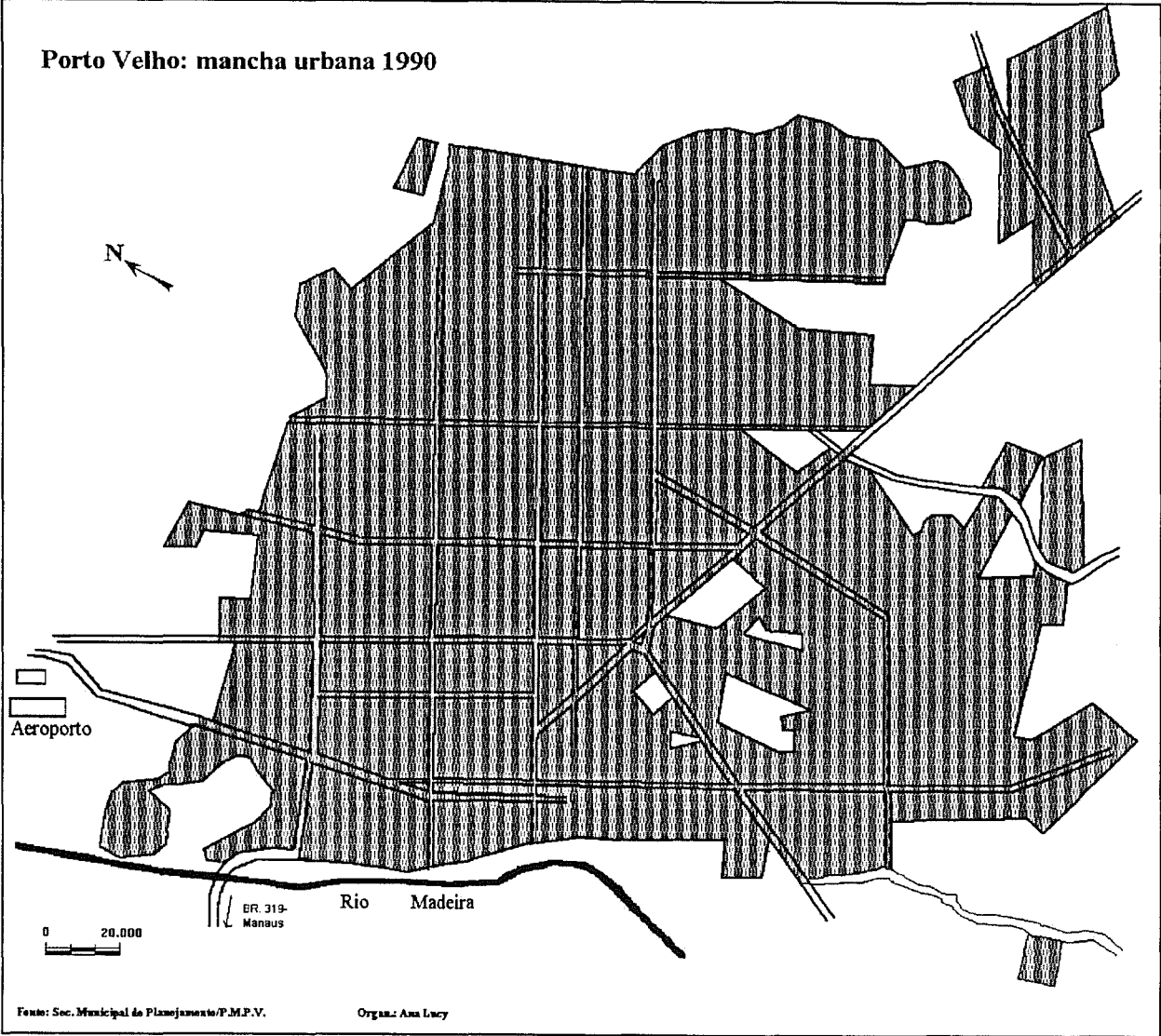
Porto Velho: mancha urbana 1985



Fonte: Sec. Municipal de Planejamento/F.M.P.V.

Orgão: Ana Lucy

Porto Velho: mancha urbana 1990



Fonte: Sec. Municipal de Planejamento/F.M.P.V.

Organ.: Ana Lucy

onde diversos loteamentos da Prefeitura e ocupações têm se localizado nos últimos anos, bem como onde surgiram bairros com casas de luxo direcionadas a classe de alto poder aquisitivo, a exemplo do bairro da Lagoa. Seguindo a BR-364 no sentido Rio Branco, diversos bairros nasceram recentemente, alguns seguindo para além de uma das "barreiras" da mancha (área do exército que se localiza ao sul). Outro destaque refere-se a existência de extensos terrenos alagadiços, anteriormente vazios, e agora totalmente ocupados por uma população que migrou de áreas ribeirinhas da região, posto que, como o acesso à terra dá-se através do mercado de terras, essa população pobre só pode ocupar as terras mais desvalorizadas da cidade. Trata-se de uma área onde haviam igarapés utilizados pela população, que em períodos anteriores serviam-se destas águas no dia a dia para beber, cozinhar, tomar banhos, na recreação e para lavar roupas⁽⁶⁵⁾.

É, principalmente, no decorrer dos anos 80 que se expressa com clareza a crescente expansão da mancha urbana nas direções já citadas, visto que a oeste e ao norte temos o rio Madeira e a área da aeronáutica, respectivamente como barreiras ao crescimento. Nesta década percebemos mais acentuadamente as diferenças que se percebe na paisagem como decorrência do processo de produção do espaço de Porto Velho.

⁽⁶⁵⁾ Esta última atividade era tão importante que um destes igarapés denominava-se "igarapé das lavadeiras".

Entre 1980 e 1985 é perceptível a diferença que houve no espaço da cidade de Porto Velho. As alterações sofridas na mancha urbana referem-se aos muitos loteamentos implantados, onde foram construídos vários conjuntos residenciais voltados às classes de médio e alto poder aquisitivo (embora muitas famílias que compõem estas classes de renda também tenham se localizado nas áreas mais antigas).

Os conjuntos luxuosos situam-se próximos a BR-364, e o restante mais afastados da mesma, direcionados mais aos grupos de médio e alto poder aquisitivo. Tratam-se de grandes quadriláteros localizados entre grandes avenidas e a própria rodovia, dentre as quais destacam-se a avenida Rio Madeira, avenida Mamoré, avenida Guaporé, avenida Amazonas e avenida Rio de Janeiro. Ali proliferam-se os "jardins", reproduzidos tal qual os de grandes centros urbanos como é o caso de: jardim Miraflores, Acapú, Vitória Régia, Residencial Portal Europa, jardim Primavera, Ipanema, Alphaville, Residencial Recanto da Lagoa, jardim Jamari, Park Ceará, Morada Leste e outros localizados nos bairros Nova Porto Velho, Lagoa, Lagoinha, Flodoaldo Pontes Pinto, Três Marias, Cuniã, Rio Madeira e Tiradentes. São bairros que se situam na parte mais alta e plana da cidade, áreas praticamente não afetadas pelo cruzamento de igarapés, bem dotadas de serviços básicos, como esgotos, energia elétrica, telefone, água tratada e ruas pavimentadas.

Os residenciais que compõem esses bairros seguem um padrão de boa qualidade das casas e apartamentos, cuja arquitetura\estilo acompanha os moldes daqueles implantados na região centro-sul do país (ver fotografias números 5 e 6). No mínimo têm 06 cômodos, além da garagem e um amplo terreno, no caso das casas.



Fotografia nr. 5: residências do Jardim Acapú, localizado no bairro Flodoaldo Pontes Pinto.



Fotografia nr. 6: residências do Jardim miraflores, localizado no bairro Tiradentes.

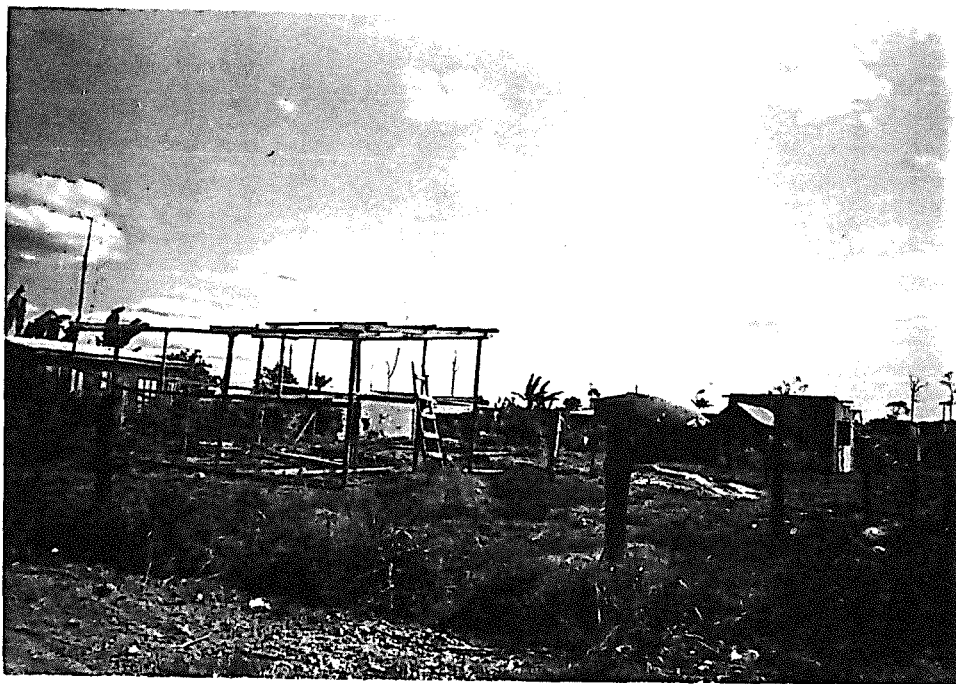
Ainda em relação as alterações espaciais ocorridas nos anos 80, verificamos que às classes de baixo poder aquisitivo sobram os conjuntos residenciais que se caracterizam por casas ou embriões de casas em terrenos minúsculos, sem infra-estruturas básicas, onde os terrenos são mais baratos (ver fotografia número 7). Estes bairros localizam-se em áreas distantes dos mais valorizados e próximos ao limite da mancha urbana da cidade, principalmente, a sudeste\sul (margeando a área do exército) e a leste.



Fotografia nr. 7: embriões de casas em terrenos minúsculos, localizados em bairros próximos aos limites da mancha urbana.

Finalmente, notamos como parte desse processo contraditório, enormes disparidades na produção espacial, áreas que aparecem como sendo "marginais", produto de uma hierarquia sócio-espacial, uma vez que certas classes ocupam áreas privilegiadas e à maioria, aos trabalhadores assalariados, resta a ocupação das áreas no limite da mancha urbana, ou as áreas alagadas. Trata-se de bairros onde constata-se a ausência de serviços básicos, as ruas são apenas abertas por máquinas da prefeitura, sem asfalto ou calçadas que se tornam as principais vias por onde circulam ônibus, carroças, bicicletas e outros meios de transporte. Na época de estiagem (seca de maio à outubro), a poeira cobre as casas e tudo o que há pela frente, e

durante as chuvas a partir de outubro, transformam-se em extensos atoleiros ou lagos, pois os igarapés que cortam estes bairros transbordam. Nos quintais das casas, que são construídas do dia para a noite, é comum encontrarmos sinais de que ali haviam árvores centenárias, visto que esses bairros seguem rasgando a mata, ou nascem em meio às pastagens\campos, outrora fazendas ou sítios de antigos moradores da cidade (como pode ser observado nas fotografias números 8, 9). Dentre alguns bairros, destacamos: a sudeste da cidade o Caladinho, Eldorado, Nova Floresta e Areia Branca. A sudeste o Ulisses Guimarães, Marcos Freire, Mariana, São Francisco. A leste os bairros (Cascalheira, Tancredo Neves, Planalto, Teixeira, JK I e II).



Fotografia nr. 8: bairro Marcos Freire: barracos sendo construídos do dia para a noite por migrantes.



Fotografia nr. 9: bairro Ulisses Guimarães (loteamento): ruas mal abertas pela prefeitura, ausência de saneamento.

Nos limites e para além dos limites da mancha urbana de Porto Velho proliferam-se extensas áreas tomadas por habitações precárias. O acesso à terra pela população de baixo poder aquisitivo dá-se através da ocupação em loteamentos clandestinos. Por todo lado ocupações, improvisações de todas as formas possíveis, produção ilegal de serviços, visando um mínimo de condição de sobrevivência, alternativas de solução para alguns direitos que são básicos ao indivíduo, como morar por exemplo.

A maioria dos novos bairros localizados na periferia da mancha urbana de Porto Velho, anteriormente terras rurais, transformam-se em urbanas à medida que se processa a valorização fundiária, possibilitada, fundamentalmente, através de investimentos públicos, a

exemplo da própria abertura e pavimentação da BR-364 e de algumas vias de acesso\entrada na cidade, com a instalação de algumas empresas na entrada\saída da cidade, no caso das áreas a sudeste, bem como com a construção de conjuntos habitacionais e loteamentos privados a leste.

Parte de extensas áreas às margens das novas rodovias pertencem ao Estado, muitas ocupadas por alguns bairros citados, bem como ao longo de antigas estradas (estrada dos Periquitos, 13 de setembro, de Santo Antonio e Areia Branca), onde haviam muitas propriedades rurais privadas. Conforme a demanda por habitações, extensos bairros residenciais crescem, através dos loteamentos, conjuntos habitacionais, ocupações precárias, que se alternam entre áreas vazias com características rurais, dificultando a distinção entre cidade e campo.

Os proprietários destas terras são antigos moradores de Porto Velho, os quais adquiriram-nas em décadas passadas. Em muitas destas áreas ainda desenvolve-se pequena agricultura e criação doméstica (aves, suínos e equinos para o abastecimento da família e comercialização do pouco excedente desta produção). Outras, transformaram-se em recantos de lazer particular para os fins de semana, ou ainda as duas coisas, os chamados "sítios", caracterizados por uma casa principal com todo o conforto possível (a do proprietário), uma casa pequena para os empregados, um rico pomar, campo de futebol, quadras de voley. piscina ou igarapés bem cuidados, e até lagos para criação de peixes.

A tendência é que essas áreas tornem-se cada vez mais valorizadas com a possibilidade de se incorporarem à cidade. Representam negócios altamente rentáveis para seus proprietários. Ultimamente, muitos têm vendido estas terras para a Prefeitura (indenizações), para imobiliárias e aos demais com interesses empresariais. Outros, realizam seus próprios empreendimentos, quando a área valoriza-se demais.

Das novas áreas incorporadas, as de melhor localização - as mais valorizadas -, destinam-se às camadas sociais com maior capacidade de entrar no mercado de habitações e de outros empreendimentos imobiliários. Quanto às menos valorizadas, em função de sua localização, das condições de infra-estrutura ou naturais, estas servem aos segmentos de classes de baixo poder aquisitivo.

Nos últimos anos da década de 80 a produção do espaço urbano de Porto Velho tem se caracterizado, primordialmente, pela incessante expansão de áreas ocupadas por população de baixa renda, migrantes mais recentes. Para estes novos bairros se dirige e vive parcela cada vez maior da população que se deslocou compulsoriamente vindos do interior do Estado, de outros Estados e das zonas ribeirinhas da região. São dezenas de famílias de ex-pequenos agricultores que esperam terras para produzir nos projetos de colonização, garimpeiros, caboclos, ribeirinhos e aventureiros em busca de trabalho e casa para morar. Uns foram incentivados por parentes, amigos e pela mídia a se deslocarem para Porto Velho, outros foram atraídos pelos

garimpos, e há ainda os que, para não morrer nas margens dos rios e dentro da floresta, seguem para a cidade. Todos, sem opção, buscam apenas a sobrevivência, e esta, no caso de Porto Velho, encontra-se com dificuldade na periferia.

Contingentes migratórios que saem dos projetos de assentamentos implementados pelo Estado, localizados no interior de Rondônia, principalmente os que acompanham o traçado da BR-364 e rodovias vicinais, assim como os que continuam a chegar de outras partes do país, e mesmo da região, transformam-se na força de trabalho disponível -e barata -, para atender as necessidades do capital que se concentra em algumas cidades, como é o caso de Porto Velho, fundamentalmente.

Através da tabela abaixo, podemos notar que em meados da década de 80, registrou-se o maior índice de crescimento populacional de Porto Velho, sendo que de 1985 a 1990 acentou-se o processo, concomitantemente ao processo de crescimento da cidade.

Tabela 1
POPULAÇÃO DE PORTO VELHO - 1981\91

ANO	TOTAL	URBANA	RURAL
1981	148.119	115.281	32.838
1982	164.579	129.522	35.057
1983	183.634	146.008	37.626
1984	205.691	165.091	40.600
1985	231.224	187.181	44.043
1986	260.781	212.753	48.028
1987	294.995	242.354	52.641
1988	334.601	276.620	57.981
1989	380.448	316.285	64.163
1990	433.519	362.201	71.318
1991	480.000	420.000	60.000

Fonte: SEPLAN\RO - Janeiro\90
Org. : Ana Lucy O. Freire

Da tabela exposta acima, em termos gerais, notamos que triplicou o número da população do município entre 1981-91. O crescimento da população urbana dá-se em função das inúmeras atividades do programa POLONOROESTE, bem como do funcionamento de inúmeros garimpos de ouro, os quais atraiu grande contingente populacional para a área urbana. A partir de 1985 o incremento não ficou abaixo de 30.000 a cada ano, enquanto a área rural, apesar de ter tido um aumento entre 1985-90, principalmente com a aquisição de terras no município por garimpeiros e empresários ligados ao garimpo, formando pequenos sítios\fazendas, empregando, assim, pequena mão-de-obra (caseiros, peões, sitiantes).

No intenso processo de crescimento da cidade de Porto Velho, o comércio descentralizou-se, inicia-se o processo de verticalização em áreas privilegiadas (como pode ser visto nas fotografias números 10 e 11), proliferaram-se os conjuntos habitacionais, os condomínios fechados denominados "os jardins", assim como loteamentos e ocupações nos limites da mancha urbana. Com o crescimento da cidade, aprofundam-se as desigualdades impressas na paisagem como produto do acesso diferenciado à terra urbana.



Fotografia nr. 10: verticalização em processo acentuado entre os anos 1987-89 nos bairros centrais (aqui bairro da Arigolândia e Pedrinhas).



Fotografia nr. 11: verticalização em bairros centrais (aqui prédios residenciais luxuosos nos bairro da Olaria).

O "novo" é a nova paisagem que vemos ao andar pela periferia da mancha urbana de Porto Velho. É antes de mais nada "pobre", no sentido da total ausência de uma vida digna, de extrema precariedade, e por isso violenta e triste aos olhos de passantes não habituados com tais imagens. Bairros como o "JK I", "JK II", "Ulisses Guimarães", "Marcos Freire" e tantos outros construídos a partir de meados da década de 80, essencialmente, a partir de 1985 dominam a paisagem urbana da periferia da mancha.

Dentre os muitos aspectos que chamam nossa atenção, destaca-se em primeiro lugar o movimento de pessoas que abrem ruas, tiram árvores, limpam os lotes, improvisam casas, cavam poços e fossas sanitárias muito próximos um do outro, correndo o risco de *"contaminação do lençol freático pelas fossas negras, tão comum na maioria das áreas urbanas pobres; é a responsável principal pela existência de ondas de desidratação que assolam as cidades brasileiras..."*⁽⁶⁶⁾. O vai e vem nos velhos ônibus lotados, circulando por ruas recém e mal abertas é intenso. É o principal meio de transporte, além de bicicletas e carroças que ajudam sobremaneira no transporte de materiais de construção que circulam sem parar. Não menos marcante, próximos a estas áreas verificamos conjuntos habitacionais (estilo ex-BNH), financiadas pela CEF, cujas construções não respeitam as mínimas exigências nem necessidades básicas de uma família, ou seja, são casas de reduzidos 03 ou 04

⁽⁶⁶⁾ Benício SHIMIDT e Ricardo FARRET, Op. Cit. pg.52.

cômodos sem ventilação suficiente, cobertas com telhas impróprias para a região de clima quente e úmido, com materiais de qualidade sempre muito inferior, se comparados aos usados nas construções direcionadas às pessoas de médio e alto poder aquisitivo .

Para muitos moradores destes bairros citados, os maiores problemas não são exatamente estes. Há outros mais graves, os quais listamos abaixo por ordem dos mais citados pelas famílias visitadas e entrevistadas em julho de 1991 (10 famílias em cada um dos bairros citados anteriormente).

- 1 - Falta de infra-estrutura (água, luz, saneamento, transportes, saúde, escola, moradia)
- 2 - Desemprego
- 3 - Insegurança\violência
- 4 - Custo de vida alto
- 5 - Doenças (malária)
- 6 - Convivência
- 7 - Clima
- 8 - Saudades da terra natal
- 9 - Familiares

Muitos dos anseios dessa população não são atendidos, e os problemas sociais têm crescido sobremaneira em Porto Velho, o que não a distingue da grande maioria das cidades brasileiras.

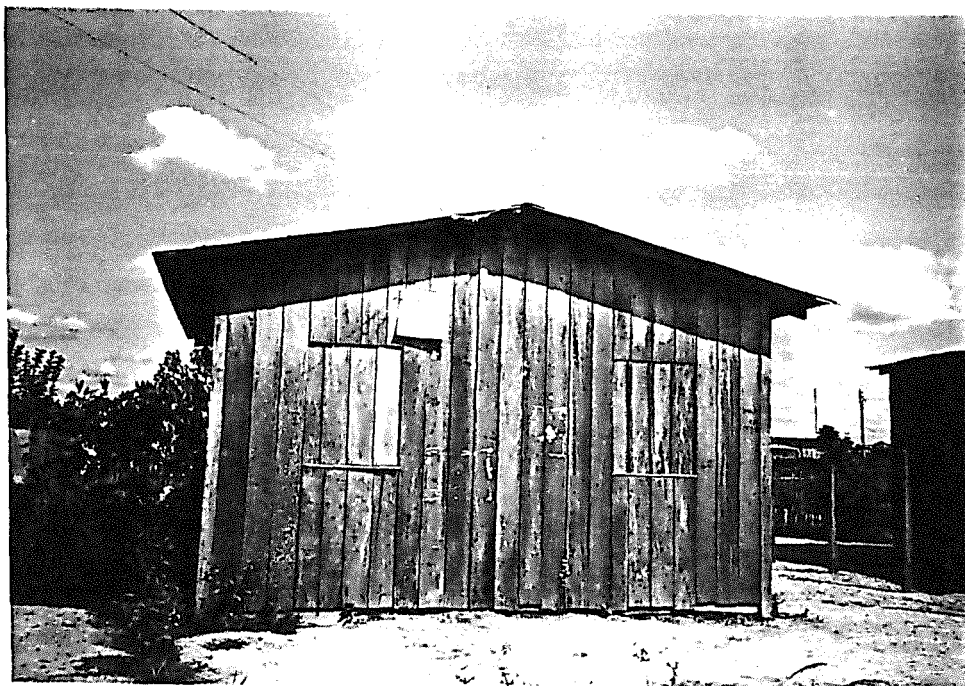
Como Porto Velho é produto da intervenção direta do Estado, através de seus projetos de assentamento\colonização, essa situação demonstra claramente o descaso e a falência do Estado e de suas políticas.

Hoje, em Porto Velho é comum encontrarmos bairros inteiros fantasmas, casas fechadas, à venda e muitas

abandonadas (ver tabela 2 abaixo) não só nos bairros que abrigam camadas de médio poder aquisitivo, como também os de baixo poder aquisitivo (ver fotografias 12 e 13 abaixo).



Fotografia nr. 12: residências fechadas, localizadas nos "jardins" dirigidos à classe média.



Fotografia nr. 13: casa no bairro Marcos Freire à venda.

Tabela 2
PORTO VELHO - DOMICÍLIOS

TOTAL	86.237
Urbano	68.328
Particulares	68.212
Ocupados	53.968
Não Ocupados	14.244
Uso Ocasional.....	424
Fechados	645
Vagos	13.175
Coletivos	116

Fonte: IBGE\PV-1991
Org.: Ana Lucy O. Freire

A diferença entre os não ocupados e vagos, é que estes últimos nem chegaram a ser ocupados anteriormente. Trata-se, principalmente, de casas em conjuntos habitacionais financiadas pelo setor privado. Para os técnicos do planejamento municipal esse fenômeno ocorreu com a diminuição das atividades ligadas aos garimpos de ouro a

partir de 1989, assim como porque muitos funcionários públicos, principalmente do nível federal, pediram transferência para outros Estados, o que não implicou na queda em termos de números populacionais na cidade.

Dos domicílios levantados pelo censo demográfico de 1991 pelo IBGE (86.237), somam mais ou menos 33% (trinta e três por cento) ou praticamente um terço do total entre os não ocupados, juntamente com os de uso ocasional, fechados e vagos. Para a Prefeitura de Porto Velho, esse processo foi evidenciado a partir de 1989, crescendo nos anos seguintes (1990, 91 e 92).

O Estado planejador no nível municipal ordena, arruma, e reorienta o processo de produção da cidade, estabelece os limites de crescimento da cidade, adota mecanismos que expressam sua racionalidade, mas que aparece no discurso político como meio de elevar o padrão e a qualidade de vida da população. No entanto, trata-se de um planejamento que se contradiz, uma teoria que se distancia da prática porque esta aprisiona o homem em lugares específicos. Trata-se de um planejamento que não impede um processo que é natural: uma desordem que se constitui numa ordem, a ordem imposta pela necessidade de reprodução das relações sociais de produção.

O Plano Diretor de Porto Velho criado em dezembro de 1990, tem por objetivo principal estratégico " *promover o crescimento da cidade na área já urbanizada, dotada de serviços, infra-estrutura e equipamentos, de forma*

a otimizar o aproveitamento da capacidade instalada, com a conseqüente redução dos seus custos, mediante a manutenção, como limite de expansão do perímetro urbano legal em vigor, promovendo o adensamento, incentivando a ocupação de lotes vazios e a intensificação do uso do solo."(67)

Verificamos que tanto o adensamento como o incentivo à ocupação de áreas vazias dentro do perímetro urbano estabelecido não tem ocorrido. Ao contrário, a expansão para além de tais limites cresce incessantemente. Bairros como o Marcos Freire, Ulisses Guimarães, Mariana e outros, surgiram entre 1982\86, portanto antecedem o Plano Diretor. Como entender que os mesmos estejam fora da delimitação estabelecida para a cidade, e pior ainda: como explicar que a mancha urbana continua a crescer para além do permitido por lei, ou seja, novos bairros e loteamentos populares em total abandono continuam expandindo-se?

É difícil impedir o crescimento natural da mancha urbana, e como trata-se de um Estado contraditório, parece ser parte da "ordem" não oferecer um mínimo de condições de vida para grande parte da população.

Ao questionarmos a administração municipal, em relação ao abandono em que se encontram alguns bairros situados fora do chamado perímetro urbano, ouvimos argumentos os mais diversos, tipo: *"a Prefeitura não pode também fechar os olhos para determinadas populações, nem o Estado(...). Ficamos num impasse: de um lado não podemos*

⁽⁶⁷⁾Plano Diretor de Porto Velho, 1990, pg. 137.

deixar os limites do perímetro urbano expandir, e de outro não dá para abandonar esses bairros, embora não possamos dispensar os mesmo benefícios que dispensamos às áreas que estão dentro dos limites(...). Às vezes, levamos serviços a determinado bairro que está localizado no limite e acabamos estendendo os mesmos serviços a outros fora do perímetro(...). A Prefeitura faz esses serviços fora da lei porque nada é permitido para além do estabelecido no Plano Diretor, mas não permitiremos fazer mais loteamentos particulares(...). Muitas vezes esses bairros fora do limite que na verdade são invasões, entram ou não no Plano Diretor." (68).

Bairros já citados anteriormente, localizados fora do perímetro urbano de Porto Velho, são beneficiados com serviços quando do interesse de políticos que desejam ser eleitos ou reeleitos, bem como por aqueles que os financiam, geralmente empresários ligados ao ramo imobiliário, os quais especulam com extensas áreas para futuros empreendimentos. Os períodos em que há uma melhoria nestas áreas coincide com eleições, a exemplo da escolha recente do novo prefeito e de novos vereadores. Durante 1992, o prefeito em final de mandato e querendo eleger seu sucessor, inaugurou (sem acabar) várias obras em alguns "bairros populares", contrariando a opinião de alguns grupos que o denominaram "o prefeito das elites". Praças públicas, caixas d'água tratada, ruas asfaltadas, escolas e postos de

(68) Vinicius Albuquerque da Silva, arquiteto, SEMPLA\
PMPV, dez\92.

saúde foram entregues à população às pressas, o que possibilitou aumentar o prestígio do administrador municipal. Na mídia o prefeito dizia: *"a cidade e o município, como capital do Estado, precisa de alguém que dê continuidade ao que estou começando e não terei tempo para concluir, evitando, assim, que volte a ocorrer situações idênticas as de quando eu cheguei ao Palácio Tancredo Neves, perdendo tempo e tendo que gastar muito dinheiro para humanizar bairros que foram formados por invasões estimuladas por candidatos que simplesmente abandonaram famílias inteiras sem qualquer infra-estrutura"* (69).

Para muitos políticos, como é o caso do prefeito (administração que findou em 1992), o sentido de humanizar referia-se a oferecer algumas melhorias em áreas com extrema precariedade de serviços, dotando poucos bairros nos limites da cidade de condições mínimas de sobrevivência. Bairros como o JK I, JK II, Tancredo Neves, tiveram pelo menos uma via principal "asfaltada" (na verdade foi jogado asfalto sem o prévio saneamento, esgotos, calçadas, etc.), implantaram postos de saúde e escolas de primeiro grau; no bairro Marcos Freire, instalaram uma caixa d'água tratada e um posto médico (que não funcionava); no Mariana e Ulisses Guimarães, reservaram áreas para praças públicas, mas não as construíram (até janeiro de 1993 nada existia nessas áreas), construíram postos policiais funcionando precariamente.

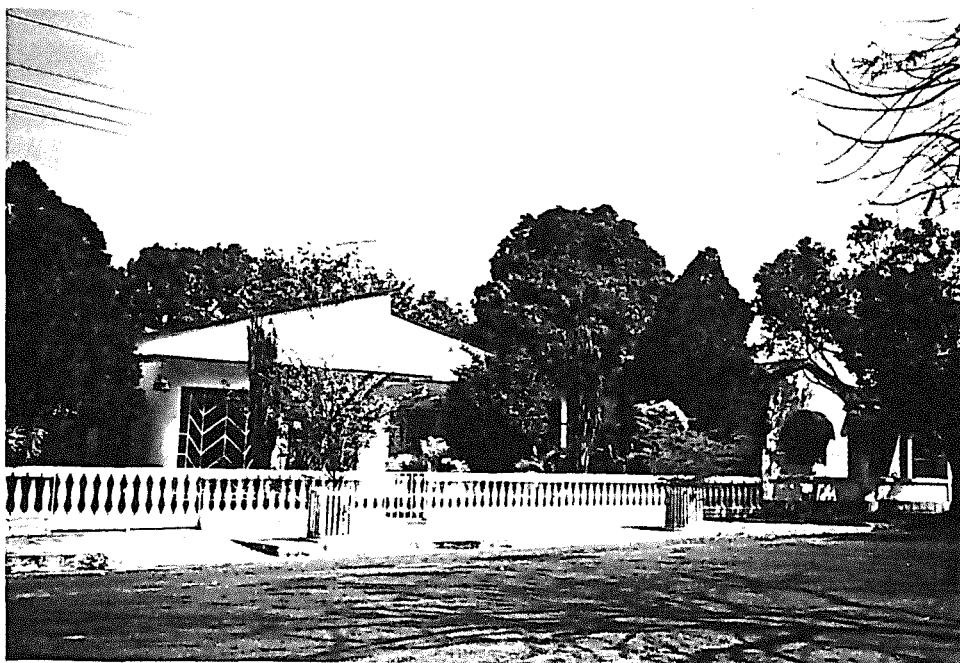
(69) *Jornal O Alto Madeira*, Porto Velho, 17.03.92.

Diferente do crescimento e transformação em Porto Velho nos anos 80, diríamos que até meados da década de 70 não era tão perceptível este processo. A paisagem pouco havia se modificado em relação às fases posteriores, embora contingentes migratórios já estivessem assentados ali. Do ponto de vista da forma, a cidade não demonstrava nenhuma complexidade. Para alguns tratava-se de uma pequena, tranquila e antiquada cidade de interior. Eram poucos os bairros, ruas, avenidas, praças; o comércio era minúsculo e as lojas conhecidas, assim como os residentes; poucos carros e trânsito sem confusão. Para muitos, hoje a cidade encontra-se "caótica", mas chegou o progresso: "tem televisão, tem telefone, tem comida à vontade nos supermercados, tem mais eletrodomésticos, mais padarias, lojas (...) Agora toda a cidade é asfaltada, antes era cheia de altos e baixos, hoje é mais plana, mas ainda tem muitos buracos, mais carros, tem mais praças, já tem os prédios de apartamentos, bastante iluminação, temos os bairros novos (...) Há bastante progresso, modernizou-se muito, é uma cidade moderna, temos muitas inovações..."⁽⁷⁰⁾.

Dos anos 70 ainda restam "pedaços" da cidade onde reinam "cenários de paz", conforme opinião de muitos de seus habitantes. Trata-se de antigos bairros localizados em torno do centro onde ainda é possível uma certa tranquilidade e conforto no viver, pois todos os serviços

⁽⁷⁰⁾ Depoimento do Sr. Eron Penha de Menezes, 78 anos.

básicos e infra-estruturas aí se localizam.(ver fotografias números 14 e 15).



Fotografia nr. 14: esses são os "cenários de paz": bairros centrais mais antigos e mais afastados do centro dirigidos às classes de alto poder aquisitivo.



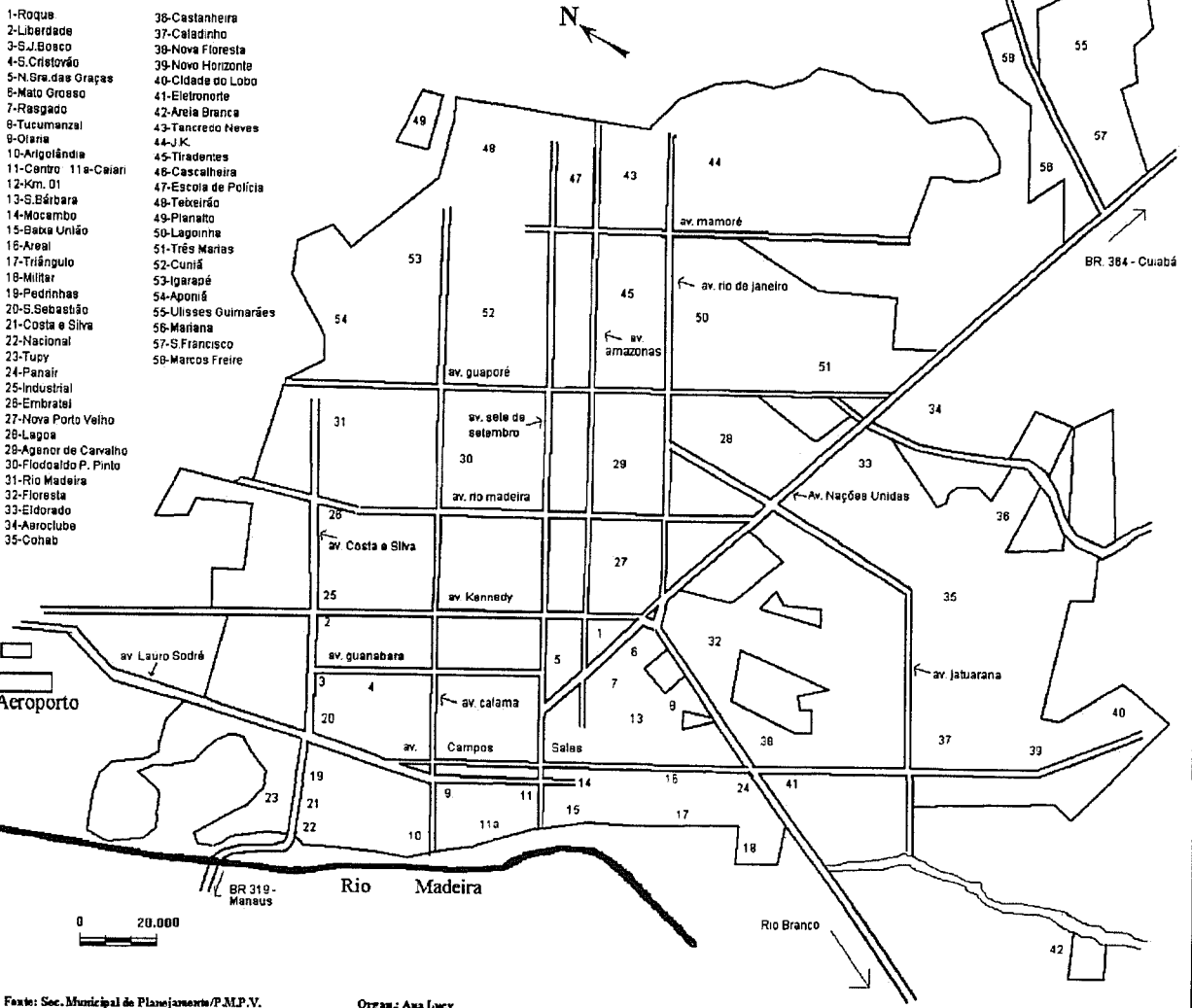
Fotografia nr. 15: idem.

O Centro, bem como os bairros Caiari, Arigolândia, Areial, Triângulo, Olaria, Pedrinhas, Nossa Senhora das Graças e outros aglomerados no que hoje é a área central da cidade, são bairros cuja localização na cidade não iam para além da Avenida Kennedy (hoje avenida Cel. Jorge Teixeira) até vinte anos atrás (ver **carta 7** - localização dos bairros). São áreas dotadas de infraestrutura básica - água, energia, telefone, ruas pavimentadas e com esgotos; áreas de lazer, escolas, hospitais e outros serviços. Nos bairros mais centrais muitas casas e pequenos prédios que datam de décadas passadas (30, 40 e 50) ainda conservam um certo glamour e significam orgulho e heranças de outros tempos para antigos moradores (fotografia número 16). Várias destas construções que antes tinham residências nos fundos e comércio na frente, transformaram-se virando somente comércio. Muitos ainda pertencem aos mesmos proprietários que apenas os utilizam como lojas, passando a residir em bairros novos e distante do centro.

Porto Velho: bairros 1990

- 1-Roque
- 2-Liberdade
- 3-S.J.Bosco
- 4-S.Cristóvão
- 5-N.Sra.das Graças
- 6-Mato Grosso
- 7-Rasgado
- 8-Tucumzal
- 9-Oiana
- 10-Arigolândia
- 11-Centro
- 11a-Caiari
- 12-Km. 01
- 13-S.Bárbara
- 14-Mocambo
- 15-Baixa União
- 16-Areal
- 17-Triângulo
- 18-Militar
- 19-Pedrinhas
- 20-S.Sebastião
- 21-Costa e Silva
- 22-Nacional
- 23-Tupy
- 24-Panair
- 25-Industrial
- 26-Embratel
- 27-Nova Porto Velho
- 28-Lagoa
- 29-Agenor de Carvalho
- 30-Floidoaldo P. Pinto
- 31-Rio Madeira
- 32-Floresta
- 33-Eldorado
- 34-Aeroclube
- 35-Cohab

- 36-Castanheira
- 37-Caladinho
- 38-Nova Floresta
- 39-Novo Horizonte
- 40-Cidade do Lobo
- 41-Eletronorte
- 42-Areia Branca
- 43-Tancreco Neves
- 44-J.K.
- 45-Tiradentes
- 46-Cascalheira
- 47-Escola de Polícia
- 48-Tebeirão
- 49-Planalto
- 50-Lagoinha
- 51-Três Marias
- 52-Cunilá
- 53-Igarapé
- 54-Apomá
- 55-Ulisses Guimarães
- 56-Mariana
- 57-S.Francisco
- 58-Marcos Freire



Fonte: Sec. Municipal de Planejamento/P.M.P.V.

Orgão: Ana Lucy



Fotografia nr. 16: casas comerciais\residenciais construídas nas décadas de 40 e 50, localizadas no centro.

Ainda em relação ao centro residencial\comercial de Porto Velho, mesmo resguardando muitas áreas tal qual eram em décadas passadas, teve grande parte modificada com o advento da "febre do ouro" em meados de 80, ou seja, substituíram as fachadas antigas por "algo mais moderno". Quarteirões inteiros foram tomados pelo movimentado, barulhento e violento comércio do ouro; qualquer lugar medindo 2 metros quadrados é suficiente para abrigar uma movimentada "loja" de compra e venda do ouro. Dentro das mesmas um pequeno balcão e um balança, além de um cofre e um ou dois funcionário anunciando, às vezes em voz alta, a cotação do dia nas bolsas de valores não só do país como do exterior. A diferenciação entre o que se tornou novo e o velho que já existia é grande, e a paisagem aos olhos

dos passantes é no mínimo muito confusa. "Somente em Porto Velho em 1990 existiam aproximadamente cem casas que se ocupavam com o comércio do ouro. Na maioria delas está escrito, da forma mais ostensiva possível compra-se ouro. São pequenas lojas mal arrumadas e apertadas contrastando com lojas mais antigas da cidade. Não fossem os quilos de ouro em seus cofres, poder-se-ia dizer que tais lojas mais parecem é bazar de favela..." (71).

Hoje, a produção e, conseqüentemente, as negociações com o ouro caíram muito. Parte dos garimpeiros partem em busca de outros garimpos, mas muitos ficam - os que tem família junto -, e são absorvidos pela construção civil, transformam-se em camelôs, biscateiros, prestadores de serviços (tipo limpador de quintais). Algumas "lojas" continuam funcionando, desta vez - e mais forte - não somente como entreposto do ouro, mas também de drogas (cocaina).

O crescimento da extração mineral, tanto de cassiterita quanto de ouro, contribuiu muito no processo de produção do espaço urbano de Porto Velho. A exploração mineral criou condições propícias ao desenvolvimento urbano, cujas atividades dos setores secundários e de serviços, principalmente ^{os} ~~ao~~ ligados aos transportes, administração, pesquisas técnicas, etc., localizaram-se na cidade. Em Porto Velho a criação de infra-estrutru~~r~~ura para viabilizar a

(71) Argemiro PROCÓPIO, "Garimpo de Ouro em Rondônia" in Amazônia" Ecologia e Degradação Social, pg. 94.

produção de cassiterita e outros minerais, multiplicou empregos essencialmente urbanos.

Na década de 70, e mesmo anos antes instalaram-se algumas mineradoras de cassiterita (empresas multinacionais como o grupo Brascan\Paranapanema e outros), cujas sedes dos escritórios regionais localizam-se nesta cidade, mantendo, além disso, infra estrutura gigantesca nas áreas próximas a extração deste minério. Na década de 80 temos a exploração do ouro nas imediações da mancha urbana - caso do rio Madeira e outros garimpos ao longos de vários rios do Estado.

No que pese às firmas mineradoras de cassiterita e a participação destas no processo de produção do urbano e as transformações em Porto Velho, é importante frisar que muitos profissionais\técnicos que vieram trabalhar em tais empresas requeriam infra estrutura adequada e nos moldes da vida que tinham no centro sul do país. Conjunto habitacionais e vilas foram construídos; surgiram novos bairros e "jardins" em áreas valorizadas, incorporadas à cidade. Em pouco tempo famílias inteiras deslocaram-se de grandes centros urbanos do país, cujos padrões exigiam escolas mais modernas para os filhos, supermercados e centros comerciais dotados de mercadorias do sul, espaços de lazer - cinemas, clubes, parques, restaurantes, etc. Quanto aos operários, estes viviam em vilas construídas nas proximidades da área de exploração,

deslocando-se para a cidade somente nos finais de semana, quando necessário.

Diverso da cassiterita, a exploração do ouro nos garimpos às margens do rio Madeira, localizados em frente à cidade, atraiu centenas de indivíduos de diversas classes. Encontramos de pequenos produtores, "peões", meeiros, arrendatários, colonos até médicos, engenheiros, advogados, que saem dos grandes centros com esperanças de ficar rico do dia para a noite. *"Os garimpeiros em Rondônia, no rio Madeira, diferente do quadro no Mato Grosso, são em sua maioria recém chegados, com menos de dois anos no Estado. Encontramos sobretudo gente do sul, sudeste e centro-oeste. Em ordem de importância, procedem principalmente do Paraná, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Goiás. A origem dos mesmos é enormemente urbana, e o nível de escolaridade é muito variável, inclusive encontramos pessoas com perfil típico das classes médias brasileiras, alguns possuindo diploma de curso superior..."* (72).

Essa população ligada aos garimpos de ouro não teve o mesmo destino se comparados às pessoas que vieram trabalhar na exploração da cassiterita, visto que algumas empresas ofereciam casas na área de serviço, e caso seus trabalhadores não fizessem questão de ter uma residência na cidade, não teriam despesas com moradia. Em relação à ocupação do solo urbano, os mesmos ocupam bairros dependendo

(72) Argemiro PROCÓPIO, Op. Cit., pgs. 92\3.

da posição em que estão no garimpo (garimpeiro, operador de máquinas pesadas, mergulhador, cozinheiro, segurança ou dragueiro), confirmando uma profunda divisão do trabalho, que se reflete nas formas de ocupação do espaço. Residem (no caso dos casados acompanhados de família e que exerce uma atividade média no garimpo) em bairros na periferia da mancha urbana e nos conjuntos habitacionais de classe média ou investem na construção de luxuosas residências e mansões em espaços super valorizados da cidade, no caso de serem "dragueiros", ou melhor, proprietários de dragas. *"Certos barões do ouro ou barões da droga, ainda que discretos, alguns chamados garimpeiros podem ser vistos em Porto Velho. Vários deles moram em mansões bem localizadas cercadas de altos muros. Dotadas de sistema eletrônico contra roubo e assaltos, dão a impressão de fortalezas inexpugnáveis. A quantidade dessa classe de gente aumenta na Amazônia toda. Seu poder e perigo é maior do que se imagina..."* (73).

Neste processo, a relação novo\velho salta aos nossos olhos, visto que o mesmo implica em mudanças significativas no cotidiano das pessoas nesta cidade que se produz, pois a cidade *"a cidade aparece como um produto apropriado diferencialmente por cada indivíduo"* (74).

A produção do espaço urbano em Porto Velho continua respeitando uma hierarquia social que se expressa numa hierarquia espacial. *"O modo pelo qual o indivíduo*

(73) Argemiro PROCÓPIO, *Ibidem*, pg. 96.

(74) Ana Fani A. CARLOS, *A (Re)produção do Espaço Urbano: o caso de Cotia*, Tese de Doutouramento, FFLCH, mimeo.

terá acesso à terra na cidade enquanto condição de moradia, vai depender do modo pelo qual a sociedade estiver hierarquizada em classes sociais e do conflito entre parcelas da população. Assim, o tipo, local, tamanho e forma de moradia vão depender e expressar o modo como cada indivíduo se insere dentro do processo de produção material geral da sociedade" (75).

A concentração de levadas de migrantes na cidade, é direcionada para determinado modo de viver baseado em novas necessidades que são criadas dia após dia, levando os indivíduos a desejar e consumir bens e informações que chegam sem parar em Porto Velho, por estradas ou outros meios de comunicação, fundamentalmente, através da televisão, que atingem tanto os que já estavam estabelecidos antes da década de 70, quanto os provenientes do campo - pequenos agricultores\colonos - e os cablocos vindos do "beiradões" (nascidos e criados nas margens dos rios).

A implantação e o desenvolvimento dos meios de comunicação, fundamentalmente a televisão, contribuiu na produção do espaço urbano de Porto Velho, possibilitando a articulação de Porto Velho ao conjunto nacional.

Os meios de comunicação produziram transformações radicais no cotidiano da sociedade local. A chegada da televisão, atingiu especialmente os "pioneiros" ou antigos moradores ali estabelecidos há pelo menos quatro décadas, habituados com a ausência da TV.

⁽⁷⁵⁾Ana Fani A. CARLOS, A Cidade, Coleção Repensando a Geografia, pg. 54.

Porto Velho articula-se ao denominado "mundo da mercadoria" com a generalização da troca, do desenvolvimento das forças produtivas e da difusão dos meios de comunicação, ligando-a às grandes metrópoles ou à grande metrópole, São Paulo, polo da articulação do mercado nacional. O que havia de um modo de vida tradicional ficou apenas na memória de antigos moradores, que aos poucos vê a paisagem transformando-se, e com ela sua relação com a cidade os vizinhos. O velho mercado central, por exemplo, dá lugar aos grandes supermercados, o comércio centralizado fragmenta-se em áreas especializadas, shopping-centers e lojas de departamento. *"O que mais eu noto de diferença aqui é o movimento: muita gente nas ruas, trânsito de carros, esperar o sinal abrir, desviar das pessoas e dos camelôs, parar para cruzar a rua(...)O comércio de antes era fraco, pouca coisa para comprar, mas hoje pra onde a gente se vira tem lojas, casas que vendem de tudo(...)Desenvolveu bem e trouxe coisas ruins também, mas as coisas boas são melhor, tem um conforto, um móvel novo e outras coisas de primeira qualidade, coisas que aparecem nas propagandas, nos anúncios..."* (76).

Todos essas áreas são produzidas visando as necessidades de produção e do consumo. Deve haver "tranquilidade" nestes locais, aumentando, assim, a possibilidade de compra e venda, o que contribui

(76) Depoimento do Sr. Agostinho Lima, 70 anos.

sobremaneira no processo de constituição de uma sociedade urbana; do urbano enquanto ideologia.

Sobre o consumo, escreve SANTOS que ele "instala sua fé por meio de objetos, aqueles que em nossos cotidiano nos cercam nas ruas, no lugar do trabalho, no lar e na escola, quer pela presença imediata, quer pela promessa ou esperança de obtê-los. Numa sociedade tornada competitiva pelos valores que erigiu como dogmas, o consumo é o verdadeiro ópio, cujos templos modernos são os supermercados e os shopping-centers, aliás construídos à feição das catedrais. O poder do consumo é contagiante, e sua capacidade de alienação é tão forte que a exclusão atribui às pessoas a condição de alienados. Dai a sua força e o seu papel perversamente motor na sociedade atual" (77).

Assim, a "harmonia" é quebrada completamente quando o Estado com seu poder reorienta os fluxos de investimentos de capitais, através de incentivos fiscais, ou seja, o projeto era modernizar a região, e para isso o primeiro passo foi a implantação de uma política desenvolvimentista e a integração da Amazônia ao espaço nacional, possibilitando condições para que o capital atuasse ali. Ao Estado e ao grande capital cabia dinamizar os centros urbanos na Amazônia e outras áreas, dando a muitas destas cidades dinâmica própria, e articulando-as ao centro produtor e concentrador do país, ampliando e estimulando um mercado consumidor passível de entrar no

(77) Milton de A. SANTOS, O Espaço do Cidadão, pg. 34.

circuito da reprodução do capital. Enfim, era preciso criar e desenvolver forças na região, tirando-a do "marasmo" e do "esquecimento", adotando, dentre outras coisas, um modo de vida "moderno" em substituição ao "tradicional" e ultrapassado, removendo os obstáculos. Nas palavras de SINGER, *"é preciso reestruturar relações de produção face às imposições do desenvolvimento das forças produtivas no sistema capitalista, criar novas atividades ligadas à indústria e de serviços, constituir bases urbanas ou transformá-las."* (78).

3.3 - O Migrante no Espaço Novo

O processo de produção do espaço urbano de Porto Velho deve ser analisado dentro do contexto do processo de reprodução do espaço urbano brasileiro, sem todavia negar-se o fato de que essa cidade guarda uma especificidade (analisada anteriormente) que diz respeito ao lugar e ao tempo, que se configura através do ritmo acelerado com que se ergueram novos bairros.

O processo de ocupação de Rondônia, que se dá com intensidade no período 1970-90 em função da atração de contingentes populacionais compostos de pequenos produtores que, empolgados com as possibilidades em possuir terras ou obter emprego em grandes obras, deslocaram-se do sul e de

(78) Paul SINGER, *Economia Política da Urbanização*,
pg. 71.

outras regiões do país, fixam-se nos projetos de assentamentos\colonizações. A década de 80 se caracterizou como o período da mobilidade na região, deslocamentos espaciais desses trabalhadores rurais que, aos poucos, tornam-se assalariados, formando, assim, um promissor mercado de trabalho.

Todavia, o auge da migração para Rondônia aconteceu em 1986, quando o Estado recebeu 165.899 migrantes. A partir de 1988 os números começaram a cair (ver tabela 3). No entanto, a mobilidade e a formação de um mercado de trabalho na região cresce. Conforme dados do CEPAMI e da SEPLAN\RO, deste total, muitas famílias, retornam em direção aos Estados do Paraná, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo.

Tabela 3
EVOLUÇÃO DO FLUXO MIGRATÓRIO PARA RONDÔNIA

Ano	Número de migrantes	%
1979	36.791	4
1980	49.205	5
1981	60.218	6
1982	58.052	6
1983	92.723	9
1984	153.327	15
1985	151.621	14
1986	165.899	16
1987	102.845	10
1988	52.109	5
1989	76.034	7
1990	46.876	3
TOTAL	1.045.700	100

Fonte: Secretaria de Ação ComunitáriaPV - 1991
Org. : Ana Lucy Oliveira Freire

Esta população que engrossa o número de habitantes de Porto Velho é composta em grande parte de

safras de desempregados ou subempregados, resultando em farto reservatório de mão-de-obra barata, ou seja, são ex-colonos que tiveram seus caminhos traçados várias vezes. A magnitude destes fluxos migratórios, diz CARDOSO *"expressam, no fundo, a redistribuição de massa de trabalho demandada segundo interesses econômicos e políticos em jogo - governos federal e estaduais, empresas industriais e de serviços, empresas agropecuárias e mineradoras, autônomas urbanas e rurais, latifúndio extrativo e pecuário e sítios - na organização regional e nacional"*(79).

Rondônia que nos anos 70 e 80 fora visto por muitos como uma alternativa para os migrantes, ou ainda como "válvula de escape" para problemas sociais que aconteciam no centro-sul do país, a "nova fronteira agrícola" tornou-se em pouco tempo um novo Paraná (fronteira agrícola dos anos 50). Para Sawyer, a fronteira agrícola na Amazônia fechou o acesso à terra, e sem este fundamental meio de produção, bem como *"sem as outras condições necessárias, simplesmente tiraria o migrante do jogo e deixaria ele a seus próprios meios"*(80), e isso significa o efetivo processo de proletarianização do pequeno produtor.

Um dos fatores que motivam o pequeno produtor em Rondônia buscar outros meios de sobreviver em outros lugares, principalmente nas cidades, é consequência do endividamento contraído junto aos bancos e instituições do

(79) Fernando H. Cardoso, Op. Cit., pg. 69.

(80) Donald Sawyer, "Novos Rumos da Migração para a Amazônia", Revista Travessia, nr. 3, pg.8.

governo que financiam sua produção. Não conseguindo saldar tais compromissos, vende sua terra, mas dificilmente adquire outra. A única saída é vender sua força de trabalho. *"Os ex-colonos assim liberados caminham para outras frentes de abertura ou se engajam no mercado de trabalho urbano e rural como mão-de-obra assalariada, permanecendo na fronteira ou emigrando para outros pontos do território brasileiro"*(81).

O fator terra (elevação do preço ou imprópria para produção), a doença (malária), a ausência de infraestrutura, como estradas em condições de tráfego, transportes, educação para os filhos, ajuda técnica, baixos preços pagos aos produtos e falta de financiamentos, dentre outros insucessos, são os maiores problemas que levam muitos migrantes a retornarem para os lugares de onde vieram, ou se embrenharem nas periferias urbanas. Na cidade há a esperança do acesso à saúde, educação, moradia, meios de comunicação e consumo, e fundamentalmente, pensam em obter empregos. *"A política urbana cria os dispositivos espaciais para atração de população pelas perspectivas de ocupação e de escolaridade para os filhos, para a circulação da força de trabalho, bem como para sua ressocialização e diversificação. O núcleo urbano é o locus de transformação do campesinato, através da incorporação dos valores da sociedade moderna e do aprendizado de ofícios"*, diz BECKER(82).

(81) Lia Osório Machado, *Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território*, pg. 111.

(82) Berta Becker, *Op. Cit.*, pg. 95.

Concentrados na periferia da mancha urbana constituída por novos bairros, encontramos dezenas de trabalhadores, que embora empregados no campo habitam na cidade, como é caso dos "peões" de fazendas ou de agropecuárias. Ou ainda são: garimpeiros, caboclos (ribeirinhos), aos quais cabem às atividades de serventes, domésticas, garis, feirantes, camelôs, carregadores, seguranças, ajudantes de pedreiro e carpinteiro, e outras atividades pouco valorizadas. (ver tabela 4 a seguir)

Tabela 4
OCUPAÇÃO ATUAL DOS MIGRANTES

Ocupação	Masculino %	Feminino %
Do lar	-	29,39
Lavrador	3,42	-
Doméstica	-	28,51
Braçal	11,39	-
Ambulante	14,59	7,46
Pedreiro	12,10	-
Seringueiro	-	-
Motorista	8,18	-
Mecânico	2,78	-
Professor(a)	-	7,46
Garimpeiro(a)	5,69	2,19
Secretária(o)	1,71	4,07
Balconista	2,85	3,19
Garçon	1,00	0,54
Costureira(o)	4,63	4,82
Arrumadeira	-	6,41
Soldador	2,78	-
Aux. Enfermagem	2,14	3,63
Vigilante	4,91	-
Cozinheira(o)	1,71	3,19
Carpinteiro	8,12	-
Encanador	4,98	-
Pintor	3,26	-
Outros	4,00	-
TOTAL	100,00	100,00

Fonte: SINE\PV - 1991
CEPAMI\PV - 1991
Org. : Ana Lucy O. Freire

Na Tabela 4 acima, as atividades (quanto ao uso da mão-de-obra masculina) de braçal, ambulante e pedreiro apresentam número expressivo, pois somados representam mais ou menos 38% do número total de empregados, seguidas de garimpeiro, além de motorista, carpinteiro. Estas últimas são as mais requisitadas pelo setor da construção civil, um setor que se desenvolve em função das necessidades impostas por uma cidade em construção. Quanto ao quadro femenino, é significantes o número (quase 60%) de mulheres que fazem serviços domésticos, posto que a maioria delas não tem nenhuma escolaridade.

Ainda é importante frisar que, em função da diminuição das atividades nos garimpos (tanto de ouro quanto de cassiterita), a situação se altera, isto é, a ocupação de garimpeiro que era em maior número até 1989, foi superada por pedreiros e ambulantes, conforme informações colhidas junto ao SINE - Sistema Nacional de Empregos.

Algumas situações chamam nossa atenção na área de estudo no que diz respeito à moradia. Em primeiro lugar, verificamos que os trabalhadores empregados no campo por trabalharem distante da cidade, deslocam-se apenas nos fins de semana, quando possível, para visitar a família e entregar-lhe o salário semanal que a mantém na cidade.

No que diz respeito aos garimpeiros solteiros, este circulam por todo o Estado buscando "novas fontes", não mantendo endereço fixo, e quando os tem, preferem os hotéis e pensões no centro da cidade ou ainda

alugam quartos por poucos meses nas inúmeras "estâncias"⁽⁸³⁾ localizadas por todos os cantos. Por essa situação de instabilidade quanto ao morar, torna-se difícil afirmar se os mesmos permanecem mais frequentemente em bairros antigos ou nos novos na periferia da mancha urbana.

Os contrastes na paisagem são marcantes, revelando a articulação entre a morfologia social e espacial. O migrante faz parte da parcela da população que por sua ocupação de baixa remuneração e uma situação quase sempre instável, tende a morar nas áreas mais desvalorizadas, de forma expressiva em barracos (71%). Do total, apenas 27,31% conseguem acesso à casa própria e 1,37% alugam imóveis (ver tabela 5).

Tabela 5
MIGRANTES: TIPOS DE HABITAÇÃO

MORADIA	%
Casa própria com terreno	27,31
Barraco com terreno	47,55
Barraco cedido	13,55
Barraco alugado	10,22
Casa\quartos alugados	1,37
TOTAL	100,00

Fonte: CEPAMI\PV - 91
(510 famílias levantadas)

Org. : Ana Lucy O. Freire

Nesse sentido, proliferam-se na cidade os barracos, sejam eles próprios, cedidos ou alugados. Os migrantes mais recentes que tem um terreno conforme ganham dinheiro, abrem mão de ter outras coisas para investi-lo na

⁽⁸³⁾ Na região denominação de enormes casas com quartos nas laterais com entradas individuais.

construção da casa em alvenaria, que muitas vezes demora anos para se tornar habitável, posto que os recursos direcionados para a obra são raros, estando a sobrevivência da família em primeiro lugar. A preocupação constante para o migrante é a probabilidade da falta de emprego ou formas de ganhar algum dinheiro. Muitos chegam sem nenhum capital, alojam-se em barracos cedidos por parentes e amigos, os quais já se encontram ali e possuem mais de um. Procuram trabalho e esperam adquirir áreas em loteamentos ou "ocupam".

Observando a paisagem, percebemos de forma nítida a diversidade e as diferenças que surgem a partir do processo de produção desigual do espaço, o migrante passa por um processo de empobrecimento e desenraizamento, perda de referências e valores à medida que o movimento migratório se acelera para estas novas áreas da cidade.

Para a maioria que se deslocou de outros pontos do país ou da própria região, a cidade ainda parecia ser o lugar de possibilidades de ascensão na vida. Na Tabela 6 (sobre os motivos por que vieram para Porto Velho), podemos perceber que 45% dos entrevistados sentiam-se atraídos a tentar ganhar dinheiro em pouco tempo e, assim, melhorar de vida, já que a situação ficava cada vez mais difícil no campo de onde provém uma parte dos migrantes por diversos fatores relacionados ao abandono.

Tabela 6**MIGRANTES: MOTIVOS POR QUE VIERAM PARA PORTO VELHO**

M O T I V O	Nr.	%
A procura de melhores condições de vida	227	45,60
Por causa da propaganda de parentes e os meios de comunicação	137	26,92
Pela facilidade de ganhar dinheiro (garimpo)	30	6,90
Em busca de terra	26	5,10
Na cidade existem mais recursos (escola, hospitais, emprego)	31	7,24
Aventurar	16	3,14
Outro motivos	26	5,10
T O T A L	509	100,00

Fonte: CEPAMI\Porto Velho, outubro de 90

Org. : Ana Lucy O. Freire

As condições de moradia nesses novos bairros nos limites da mancha urbana são insalubres (nenhum conforto térmico, de reduzido tamanho), distantes de serviços essenciais como hospitais, mercados ou supermercados e feiras, obrigando as pessoas a comprarem gêneros alimentícios mais caros nas mercearias e "vendas" localizadas próximas às suas casas; água tratada e esgotos "só Deus sabe quando haverá", diz um morador. Alguns grupos de moradores, após incessantes reivindicações junto a políticos (que aproveitam-se da situação) conseguem a implantação de uma escola de primeiro grau, um posto de saúde e policial, mas que funcionam precariamente ou simplesmente encontram-se fechados, contribuindo apenas para um maior desenvolvimento e expansão da indústria da construção civil. Ruas pavimentadas, esgotos, transportes,

muito remoto para esta população que convive com incessante violência, outro grande problema, além dos relativos às condições de habitabilidade.

Como acontece nos grandes centros urbanos a questão da violência (a mais visível) em Porto Velho é seríssima e aparece como preocupação constante nas entrevistas. Os garimpos de ouro, lugares por onde as drogas e o banditismo transitam juntos com mais facilidade, são apontados como principais "culpados" de tal situação. Não raro, durante conversas com alguns migrantes entrevistados em bairros da periferia, ouvíamos comentários de pais de família reclamando do rápido envolvimento de seus filhos no tráfico, tornando-se traficantes, viciados e bandidos perigosos, quando na realidade isso nunca acontecera antes por lugares que os mesmos andaram e moraram. O grande medo, e que se repete todos os dias, é ver esses adolescentes mortos por quadrilhas que se multiplicam na cidade, deixando a população apavorada. *"Em Porto Velho a vida se tornou muito difícil, é um lugar desastroso, é um lugar violento, principalmente aqui nesses bairros longe de tudo, quando no mato há sossego...eu quero viver em paz, sem medo, sem preocupação, sem perturbação, e aqui isso não existe, se transformou na capital do terror..."*⁽⁸⁴⁾.

A violência alcançou níveis alarmantes em Porto Velho. A cidade, nos últimos anos, foi tomada de assalto pelas inúmeras gangues de adolescentes, formadas por

⁽⁸⁴⁾ Depoimento da Sra. Maria da Conceição, mineira, 55 anos, residente do bairro Marcos Freire desde 1989.

grupos de 20 a 50 garotos que se armam como podem (geralmente armas artesanais feitas por eles mesmos). Assaltam, violetam, enfrentam-se nas ruas e, principalmente, ameaçam a população que reside em áreas mais precárias de segurança pública. Na mídia e para os governantes locais, estes meninos são os "herdeiros dos blefados", isto é, filhos de famílias que migraram em busca de melhores condições de sobrevivência nos anos 80 e que faliram junto com os projetos do Estado e as minas de ouro.

Mesmo assim, para muitos o sonho do "eldorado" não acabou. No discurso do migrante aparece de modo constante a ilusão de que em Porto Velho as alternativas ou possibilidades de enriquecimento nos garimpos de ouro e cassiterita, além de outras atividades, seriam fáceis. Como vimos a mobilidade da força de trabalho é grande na região (mais ou menos 55% são da própria região norte, conforme tabela 8), muitos entrevistados afirmam ter perdido o ânimo de enfrentar nova migração, e por isso resolvem fixar residência ali mesmo.

Os que migraram entre as décadas de 40 e 60 certamente não passaram por tantas dificuldades e provações, referente às possibilidades de obter meios para alojar-se com a família e emprego. O processo foi mais lento, ao contrário do que ocorre hoje: não há tempo para criar raízes no novo espaço, pois a mobilidade dessa força de trabalho é intensa e necessária para atender o mercado, não permitindo

sequer uma organização visando reivindicações no mínimo para sobreviver.

Sulistas, nordestinos, nortistas e até bolivianos tentam estabelecer uma convivência no mesmo lugar. Trazem consigo desenraizamento, desconfiança, descrédito, frustração, etc., porém ainda resta-lhes esperanças. São todos estranhos uns aos outros, lutam para ver suas novas necessidades atendidas na cidade, e nesse processo se constitui um outro modo de vida.

Dezenas de famílias relativamente jovens, conforme dados da Pastoral dos Migrantes que têm entre 20 e 50 anos (conforme tabela abaixo), alimentam a esperança de realizar projetos pensados aos saírem de seus lugares de origem, ou melhor, de onde saíram a última vez, visto que a migração se processa por etapas.

Tabela 7
MIGRANTES: Idades

IDADE	%
Menos de 20 anos	6,18
De 20 a 35 anos	39,70
De 35 a 50 anos	28,50
De 50 a 60 anos	10,62
Mais de 60 anos	9,00
TOTAL	100,00

Fonte: Secretaria de Trabalho e Promoção Social do Estado de Rondônia e CEPAMI\PV - 1991
Org. : Ana Lucy O. Freire

É importante salientar que facilmente encontramos nos bairros novos da periferia migrantes procedentes do Mato Grosso mas de origem amazonense, outros

de origem do Paraná mas procedente do Acre, e assim sucessivamente. O migrante que se encontra em Porto Velho vem de todo lugar, mas principalmente da região norte (72,15% do total), onde as possibilidades de emprego são maiores. Isto pode ser visto nas tabelas 8 e 9.

Tabela 8
PORTO VELHO: DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS MIGRANTES SEGUNDO A SUA ORIGEM

ESTADO	NR.	%
Amazonas	91	17,88
Ceará	74	14,54
Maranhão	67	13,16
Acre	54	10,61
Paraná	42	8,25
Rondônia(interior)	28	5,50
Pará	24	4,72
Minas Gerais	21	4,13
Bahia	15	2,95
Pernambuco	12	2,36
Goiás	11	2,16
Mato Grosso	10	1,96
Paraíba	10	1,96
Espírito Santo	09	1,77
Piauí	09	1,77
São Paulo	08	1,57
Rio G. do Sul	05	0,98
Rio G. do Norte	05	0,98
Mato G. do Sul	04	0,78
Alagoas	02	0,39
Brasília-DF	02	0,39
Santa Catarina	01	0,20
Rio de Janeiro	01	0,20
Roraima	01	0,20
Bolívia	03	0,59
TOTAL	509	100

Fonte: SETRAPS\RO e CEPAMI\PV - 1990

Org. : SETRAPS\RO (Sec. de Estado do Trabalho e Promoção Social).

Tabela 9
MIGRANTES: DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS SEGUNDO A PROCEDÊNCIA

ESTADO DE PROCEDÊNCIA	Nr.	%
Rondônia	118	25,20
Amazonas	95	18,66
Maranhão	55	10,80
Acre	46	9,04
Pará	43	8,45
Ceará	40	7,86
Paraná	24	2,71
Mato Grosso	14	2,75
São Paulo	11	2,16
Minas Gerais	10	1,96
Pernambuco	08	1,57
Brasília-DF	06	1,18
Bahia	06	1,18
Goiás	06	1,18
Piauí	06	1,18
Paraíba	03	0,59
Mato Grosso do Sul	03	0,59
Rio Grande do Sul	03	0,59
Roraima	03	0,59
Alagoas	02	0,39
Rio de Janeiro	02	0,39
Rio Grande do Norte	02	0,39
Espírito Santo	01	0,20
Bolívia	02	0,39
T O T A L	509	100,00

Fonte: CEPAMI\Porto Velho, outubro de 1990
 Org. : CEPAMI

O Estado de Rondônia (interior), destaca-se com maior número de migrantes com destino (25,20%) à Porto Velho, seguido do Estado do Amazonas, Maranhão, Acre e Pará. Constatamos, assim, que grande parte dos migrantes têm "perambulado" ultimamente dentro da própria região norte, uma vez que o dinheiro é insuficiente para ir mais distante (os grandes centros urbanos do país, por exemplo).

IV - REVOLUÇÃO NO MODO DE VIDA E NA CIDADE

"Porto Velho - estás mudada!
Nestes tempos de agora.
Já não se vê mais o gado
Desfilando em disparada,
Pelas ruas empoeiradas.

Debruço-me no teu passado
E vejo na retina dos olhos:
A Favela,
A Rua da Palha,
A Ladeira do João Barril,
O velho coqueiro solitário
Da Baixa da União
E me perco em memórias
E recordações..."

(estrofes do poema "Porto
Velho", de Bolivar
Marcelino).

Já vimos que a "explosão" da cidade de Porto Velho, assim como tantas outras cidades de Rondônia, tem seu auge na década de 80 em função das políticas de ocupação espacial dirigida pelo Estado voltadas para a área, assim como pelo funcionamento de diversos garimpos de ouro, atraindo contingentes populacionais de todo o país. Até então a cidade apresentava um ritmo de crescimento demasiado "lento" e pouco significativo para o processo de reprodução do capital.

Tabela 10

POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO E ESTADO DE RONDÔNIA

Localidade	1970	1980	1990
Rondônia	111.064	491.069	2.137.637
Porto Velho	40.882	101.162	362.201

Fonte: FIBGE\Porto Velho - 1991
 SEPLAN\Porto Velho - 1991
 Org. : Ana Lucy O. Freire

No período 1980-90, em termos populacionais, os números praticamente quintuplicaram em todo o Estado. Em Porto Velho triplicou, o que foi acompanhado pelo aumento da mancha urbana.

Esse processo de crescimento acentuado num período de vinte anos produziu profundas mudanças na cidade e, conseqüentemente na vida das pessoas, e com isso produziu uma nova relação do cidadão com a cidade. Há, fundamentalmente, uma mudança no ritmo de vida que nos coloca diante de um "antes" e de um "depois" desse processo que permeia discursos, entrevistas, depoimentos, conversas na cidade de Porto Velho, e que nos obriga a refletir sobre

o que seria esse "antes" e "depois". O "antes" caracteriza-se, principalmente para os moradores antigos da cidade, pelas transformações no sentido do tempo: havia um outro tempo na vida na vida das pessoas, cujos valores referenciavam-se a momentos em que as relações não eram predominantemente marcadas pela compra e venda de mercadorias.

Como a constituição de um modo de vida se vincula à produção de um determinado espaço num momento preciso do processo histórico, percebemos que o processo de constituição do espaço urbano de Porto Velho tem momentos e especificidades diferentes, que se consubstanciam na vida local como sendo o "antes" e o "depois", o "tradicional" e o "novo", o "lento" e o "rápido". Periodizando esses tempos específicos, a princípio dividimos o período aqui analisado, tendo por marco o ano de 1970 para entender o que significa para a população o "antes" e o "depois".

Pensando no processo de reprodução como aquele que engloba o "novo" e o "velho", não estamos analisando o "antes" e o "depois" como momentos excludentes para o entendimento de Porto Velho. Ao contrário, tentamos buscar as articulações que marcam esses momentos, e que em sua riqueza explicam o estágio da produção espacial. As mudanças num curto período de tempo, são muito rápidas, a impressão que se tem é que o "modo de vida tradicional" fora rapidamente destruído dando lugar a um outro que pode ser chamado de "moderno", ou "atual" e que se determina a partir

da constituição em Porto Velho de relações de produção estritamente capitalistas. Diz GRANOU a esse respeito: *"dissolver o antigo modo de vida e reconstitui-lo na base das relações capitalistas, impor aquilo a que se chamará o reino da mercadoria, tal é em definitivo a condição do alargamento a toda a sociedade das relações de produção capitalistas, a condição para um novo lançamento (provisoriamente) durável da acumulação do capital. Tal ia ser a causa do desenvolvimento das forças produtivas e da profusão de bens de consumo dos últimos decênios, e finalmente daquilo a que os ideólogos burgueses chamam a sociedade de consumo"*(86).

Como a cidade de Porto Velho é recente, sua história se vincula, fundamentalmente ao movimento migratório, onde se destacam dois períodos que vem a caracterizar o "antes" e o "depois". Migrantes que chegaram em Porto Velho nas décadas de 40, 50 e 60, os chamados "antigos" ou "pioneiros", que produziam, conjuntamente, áreas de lazer, de sociabilidade, de moradia e de trabalho ao mesmo tempo.

Porto Velho até os anos 70 ainda apresentava características de cidade pequena, "interiorana". A formação dos bairros (juntos uns aos outros), obedeceu uma ordem sócio-espacial de chegada dos que migraram em tempos passados, ou seja, quanto mais afastados do rio Madeira

(86) André GRANOU, Capitalismo e Modo de Vida, pg. 48.

(onde nasceu a cidade) e abrigando população mais pobre, eram considerados mais novos.

O Centro, o Caiari, o Triângulo (do início do século), assim como o Arigolândia (da década de 40), são os mais antigos e localizam-se às margens do rio Madeira. Esses eram conhecidos como "o bairro dos turcos", "o bairro dos ferroviários", "o bairro dos barbadianos" e "o bairro dos arigós", respectivamente. Abrigavam, na sua maioria, comerciantes e operários mais especializados da EFMM-Estrada de Ferro Madeira Mamoré, muitos dos quais eram migrantes estrangeiros.

Até a década de 40, mais precisamente até a criação do então Território Federal do Guaporé em 1943, a cidade vivia em função das atividades da EFMM. Portanto, o tipo de trabalho exercido pela maioria dos habitantes ligava-se à ferrovia. Somente nos anos 50 e 60 cresceu as atividades no setor público com a criação de vários órgãos governamentais no nível federal, principalmente. No final da década de 60 e início dos anos 70, grande parte da população urbana local era composta de funcionários públicos, seguido de trabalhadores do comércio e das mineradoras.

Em relação aos bairros que surgiram após a década de 40, como o Areal, o Baixa da União, Liberdade, São Cristovão, Olaria, Mocambo, Pedrinhas e outros um pouco mais distantes do rio Madeira, nestes viviam funcionários públicos, trabalhadores das minerações de cassiterita,

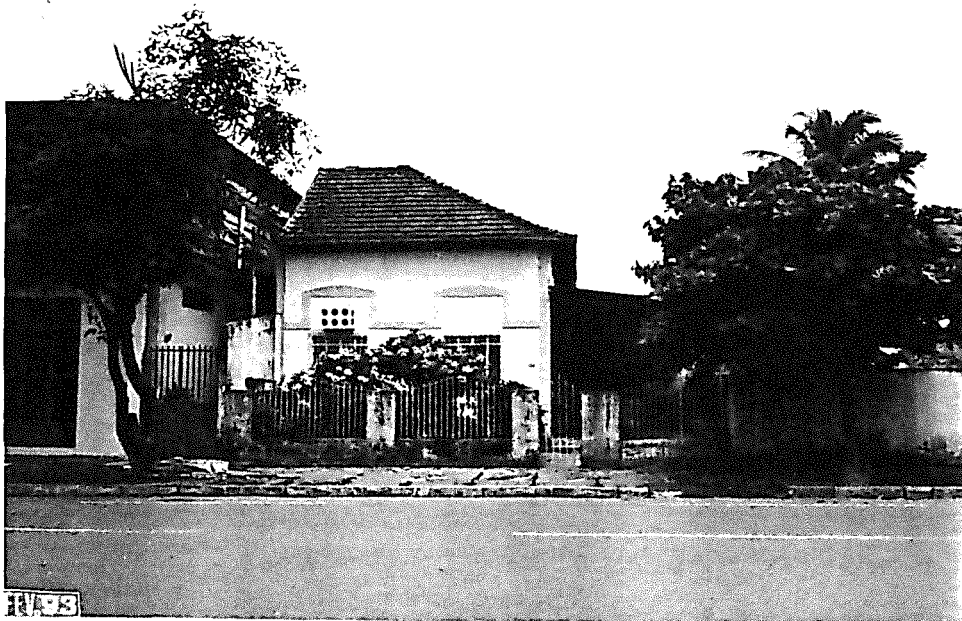
pequenos comerciantes e operários atraídos pelas possibilidades no novo território.

Quanto à moradia, certamente que já se notava uma hierarquia, posto que as pessoas se hierarquizam socialmente. O Centro e o bairro do Caiari diferenciavam-se dos demais pelas construções e menos pelo cargo exercido ou profissão do morador. Nestes bairros a EFMM construiu vilas inteiras para seus funcionários. Todas em alvenaria, amplas, ajardinadas, cobertas com telhas francesas, dotadas de chaminés, etc. As ruas bem calçadas, arborizadas e saneadas, que persistem até hoje, embora já tenham perdido muito suas características do passado.

Dentro destas vilas as casas dos técnicos e funcionários de alto escalão, no que se refere à arquitetura pouco se distinguiam dos demais, isto é, para os vigilantes, maquinistas, mecânicos e demais operários, estas eram um pouco menor (ver fotografias 17 e 18) que às destinadas aos engenheiros, chefes e os mais especializados.



Fotografia nr. 17: casas de vilas no bairro Caiari, construídas para abrigar funcionários da EFMM.



Fotografia nr. 18: Idem, casa menor para operário menos especializado.

Quanto ao Centro, os comerciantes libaneses e alguns seringalistas que mantinham comércio na cidade, construíam suas residências conjugadas ao comércio (ver fotografia número 19 abaixo). Não se tratavam de construções monumentais, mas de alguma forma, para a época, distinguiam-se na cidade pelas formas arquitetônicas.



Fotografia nr. 19: Casa Atallah (de libaneses), uma dentre várias localizadas no Centro.

A partir dos anos 60, com a chegada das mineradoras, com implantação de órgãos do governo federal, ampliação do comércio e dos serviços, surgiram outros bairros residências formados por casas e pequenos prédios (de 2 e 3 andares), além dos sobrados, que se diferenciavam em termos de construção, porque os estilos acompanhavam os do centro-sul. Contudo, até meados dos anos 70 ainda eram

pouco percebidos no processo de constituição de Porto Velho uma fragmentação e hierarquização dos lugares na cidade.

Ainda guardando características de uma pequena cidade, a relação entre os moradores de Porto Velho expressava tal fato, pois a proximidade criava relações de vizinhança, ainda perpassava a amizade, o respeito, a ajuda, o cuidado, a sociabilidade. As pessoas se conheciam nas ruas, nas praças, se encontravam nos dias de festas, no mercado central e outros lugares que guardavam seus referenciais na cidade, onde os nomes eram menos importantes.

Segundo pode ser constatado nos depoimentos, as pessoas se relacionavam com a cidade de modo direto, através das referências, como: "a rua do mercado", "a rua dos correios", "a rua da cathedral", "a rua do igarapé tal", "a rua do cine brasil", "a casa do Sr. Mariano" (o supermercado Mariano), "comprar pão no Resky" (na padaria do Sr. Resky). As pessoas identificavam os lugares, e estes as pessoas.

Hoje, os referenciais mudaram, são outros. A perda de identidade fez com que os moradores antigos já não se identifiquem mais com a cidade. Muitos se sentem perdidos e sem entender o que está acontecendo, porque a cidade se transforma, e com isso se reproduz um novo espaço, a partir de um dinamismo marcado por um processo de reprodução vinculado ao grande capital. Para os moradores *"a cidade mudou muito. Aqui nós eramos todos conhecidos um do outro.*

Os políticos conversavam com todos os cidadãos; não havia violência, todos os que migraram já era com emprego fixo ou já arranjava logo. Essa migração era pequena, vinham todos do Nordeste; eram pessoas corajosas, comerciantes por natureza. Os recentes, de hoje, não têm condições de se instalar no comércio, a não ser nos bairros mais distantes, na periferia. Esses novos já se relacionam com mais facilidade hoje, porque antes os antigos só se relacionavam com o pessoal daqui mesmo; os de fora eu nem conheço. A cidade agora por ser grande não tem mais os pontos de encontro de antes. As novas gerações vão se habituar a isso que está acontecendo, e a vida vai ser diferente da que tivemos aqui; já vai ser a luta pela vida, naquele tempo não..." (87).

Do depoimento acima mencionado, chamamos atenção para algumas idéias que esclarecem sobre Porto Velho e seu processo de transformação.

Em primeiro lugar, dado que a cidade era pequena, as relações entre as pessoas eram mais fáceis, no sentido de que todos encontravam-se em pontos conhecidos, os referenciais. A rua da palha, a ladeira do João Barril, os bares da Baixa União, o mercado central, o bar Central, a Vila Confusão, O Buraco do Aníbal, a praça Marechal Rondon, o Cine Brasil, o igarapé Grande, o igarapé das Pedrinhas e outros, são citados como pontos de encontro pelos moradores antigos.

(87) Depoimento do Sr. Alcedo Sobral da Silva Marrocos, 73 anos, morador de Porto Velho desde 1942.

"...Porto Velho até a década de 30 era só aquele centrozinho da praça Jonathas Pedroza até a beira do rio Madeira, a av. 7 de setembro não existia ainda. Porto Velho veio a crescer mesmo de um certo tempo pra cá (...) De 1950 pra cá é que tudo se transformou, e nos últimos anos foi tudo com muita força, começaram a produzir tudo. Esses bairros Ulisses Guimarães, Marcos Freire, JK, Mariana e outros nunca tive a curiosidade de ir lá conhecer, porque não gosto de andar de ônibus, tem trânsito, roubo, dá medo na gente. Daqueles lugares antigos, eu lembro do bairro Arigolândia (que vem de arigó, ave do nordeste), o Caiari onde moravam os ferroviários da EFMM, o Olaria (onde haviam muitas olarias de tijolos), o Triângulo e o Alto do Bode (onde moravam os negros barbadianos que chegaram desde o século passado para construir a estrada de ferro. Lembro bem da única casa de dois andares que era ao lado da prelazia, era a melhor quando cheguei aqui, o mercado central ao lado do palácio..."⁽⁸⁸⁾.

Como diz o poeta:

*"O Buraco" do Aníbal, já tamparam!
Pobre Chico, já foi para o buraco,
O Hotel Brasil também já derrubaram
E no beco, o "mijo" ficou fraco.*

*Baixa da União virou Tribunal,
E de velho, morreu o coqueiro,
A Favela e o Parque Municipal
Agora é centro, virou formigueiro."*

Em segundo, como não havia televisão (instalou-se definitivamente em 1976 (mas algumas pessoas

⁽⁸⁸⁾ Depoimento do Sr. Raimundo Veríssimo do Amaral, 77 anos.

conseguiram ver a copa do mundo de 1970), as relações de vizinhança eram mais importantes, porque as pessoas sentavam-se nas calçadas, ficavam nas portas e janelas conversando com quem passava, visitavam parentes e amigos, iam às praças e festas (sobretudo religiosas e comemorativas da cidade e folclóricas), brincavam nas ruas, etc.

Outra questão, refere-se à inexistência da violência e a exarcebação desta mais recentemente. Cremos que, como a cidade era pequena e todos se conheciam, o movimento no trânsito era pequeno, todos tinham seu emprego, o que garantia a manutenção da família, a educação dos filhos. Raramente aconteciam fatos violentos. Com o intenso ritmo de crescimento populacional a partir do anos 70 e, principalmente nos anos 80, trazendo levas de migrantes, o número de desempregados aumentou. Além disso, existe ainda o fato de que a atração que exerceu e exerce os garimpos de ouro, onde a concorrência para extrair esse mineral é grande, ocasiona constantemente na cidade conflitos, muitas vezes, violentos.

Diz um morador antigo: *"Porto Velho mudou muito, mudou tudo: a civilização, gente, serviço, tem ladrão por todos os lado, muita gente sem fazer nada. Antes não havia nada disso(...) A gente dormia com a casa aberta, e hoje é tudo trancado, com grades de ferro em todos os lugares, cadeados, porque os ladrões estão por ai roubando a gente(...) Está como em São Paulo, Salvador e outros cantos do Brasil, onde as pessoas colocam o dinheiro dentro das*

meias, do sapato, e na hora de tirar tem que ter muito cuidado..."(89).

Em quarto lugar, como a mancha urbana de Porto Velho cresceu rapidamente, tornou-se difícil, concorrida e violenta a luta para conseguir um lugar para morar. Como consequência, os bairros de Porto Velho hoje somam às dezenas e com eles os grandes desafios.

A quinta idéia diz respeito a novas formas de relação com a natureza que acompanha o processo de produção do espaço da cidade. A cidade se reproduz destruindo a floresta, os rios, os igarapés, visto que muitos desses novos bairros localizam-se nas nascentes dos vários rios e rios e igarapés, poluindo-os; é mais barato e prático tirar toda a mata, limpar o terreno para poder constuir em cima. Muitos destes lugares povoam a memória dos moradores antigos enquanto referenciais que os identificava com a natureza e com o lugar. Para estes, a expansão da mancha urbana arrasa com tudo. *"Eu me lembro de tempos atrás que era muito frio, fazia friagem constante que vinha da Bolívia, durante vários dias tínhamos que usar muitas roupas de frio, e hoje em dia até o clima mudou (...) Embaixo de onde é o Bradesco e desses outros prédios na av. 7 de setembro, havia uma galeria de águas, que era um grande igarapé com água muito limpa que abastecia todo mundo. Ali a gente encontrava todo mundo, brincávamos, bebíamos..."*(90).

(89) Depoimento do Sr. Agostinho Lima, 70 anos.

(90) Idem

Para os "pioneiros" não há mais esses pontos de encontro de outrora, com excessão das igrejas. Poucos vão ao mercado central, muitos mudaram para longe do centro. Hoje, o encontro acontece nos bancos no dia do pagamento, nos supermercados, nos shopping-centers, nas lojas, nos clubes particulares.

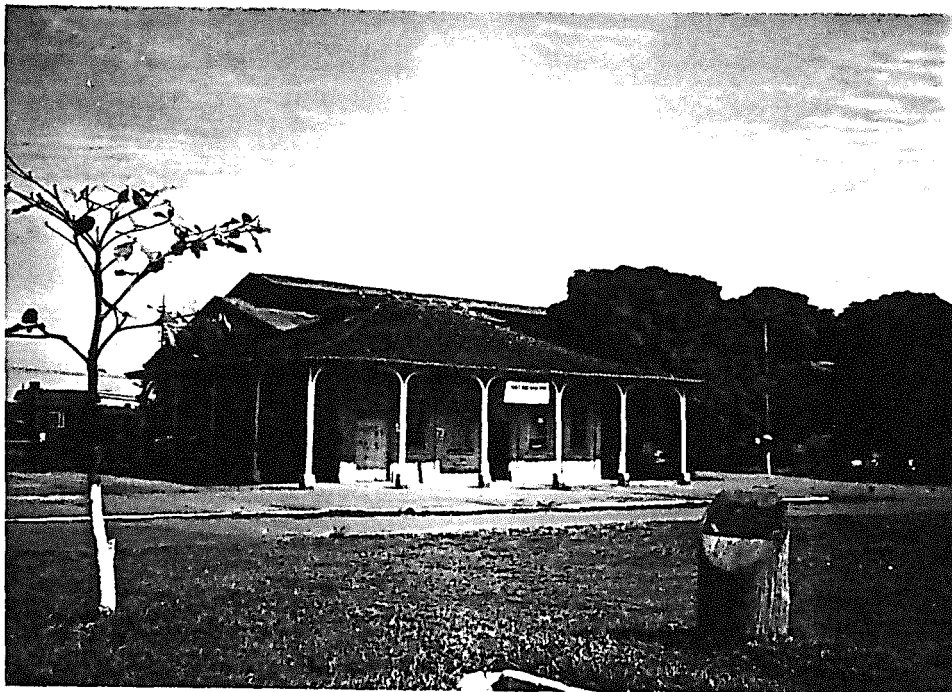
De todos os referenciais que muitos moradores ainda mantém na memória, relacionados com uma cidade "boa", "pacata" e tranquila, a Estrada de Ferro Madeira Mamoré é o mais marcante. Esta representou durante muito tempo a própria existência da cidade, aliás justificou o surgimento de Porto Velho. Foi desativada pelo 5o BEC (Quinto Batalhão de Engenharia e Construção do Ministério do Exército), responsável pela construção de parte da rodovia BR-364, sob a alegação da mesma apresentar altos custos articulando apenas poucos municípios entre Porto Velho e Guajará-Mirim, transportando poucos passageiros e poucas cargas de mercadorias. Assim, *"pelo decreto número 58501, de 25 de maio de 1966, o Presidente Castello Branco havia transferido a responsabilidade do tráfego da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, da Rede Ferroviária Federal S.A., para a Diretoria de Vias e Transportes, do Ministério da Guerra. E pelo referido decreto, cumpria ao 5o. Batalhão de Engenharia e Construção (5o. BEC), sediado em Porto Velho, substituir a EFMM por uma rodovia. O que agora, nesse ano de 1971, estava começando a ser feito"*⁽⁹¹⁾.

⁽⁹¹⁾Manoel R. Ferreira, A Ferrovia do Diabo, pg. 375\6.

Em julho de 1972 as velhas locomotivas pararam de fazer o percurso entre Porto Velho e Guajará Mirim, na fronteira com a Bolívia. Hoje, a EFMM funciona apenas como atração turística com a exposição de velhas máquinas nos pátios de manobra, junto aos velhos armazéns (ver fotografias 20 e 21), e apenas uma destas máquinas funciona perfazendo um trecho de 15 km entre Porto Velho e as corredeiras de Santo Antonio (percurso turístico).



Fotografia nr. 20: lugar das instalações da EFMM: pátio de manobra, armazéns; lugar onde nasceu Porto Velho.



Fotografia nr. 21: antiga estação da EFM em Porto Velho.

Finalmente, para os que conviveram com as atividades da EFMM durante muitos anos, é difícil aceitar a sua quase total desativação e sua substituição pelas rodovias, "é um desgosto a EFMM ter acabado, porque se funcionasse até hoje como antes, isso aqui seria outra coisa, seria melhor (...) Tem a rodovia, mas não tem a importância como a estrada de ferro, o trem onde já viajei muito (...) Viajar de ônibus é horrível porque a gente fica num espaço muito apertado, sem conforto, não dá para passear dentro deles, conversar, não tem mais aquelas estações com bastante gente conhecida, muita alegria na chegada do trem, animação. De ônibus somos maltratados..."⁽⁹²⁾.

Esse e outros depoimentos de antigos moradores estão carregados de lamentações e tristezas por um tempo que não volta mais. Os mesmos percebem que o modo de

⁽⁹²⁾ Depoimento do Sr. Martinho dos Santos, 81 anos.

vida e a cidade já não são mais os mesmos; que a tranquilidade terminou. Há um germe de produção de um cotidiano marcado por outro ritmo de produção e reprodução que muda a noção de tempo neste processo de constituição do espaço urbano em Porto Velho.

Muitos se adaptam a essa nova cidade que se constitui. Alguns inserem-se em algumas cadeias do processo de reprodução das relações sociais. Em função do processo de produção do espaço ser profundamente desigual, outros participam de forma diferenciada. Entre antigos migrantes e novos migrantes, todos são trabalhadores mas nem todos podem morar e consumir da mesma forma.

Se antes comerciantes, caboclos, pequenos produtores, operários, seringueiros, políticos, mulheres e crianças misturavam-se em lugares como o mercado central para conversar, se encontrar, discutir os problemas, e não necessariamente para consumir, hoje estas formas de sociabilidade desapareceram ou se transformaram juntamente com o espaço em constituição, embora muitos resquícios tenham sobrado.

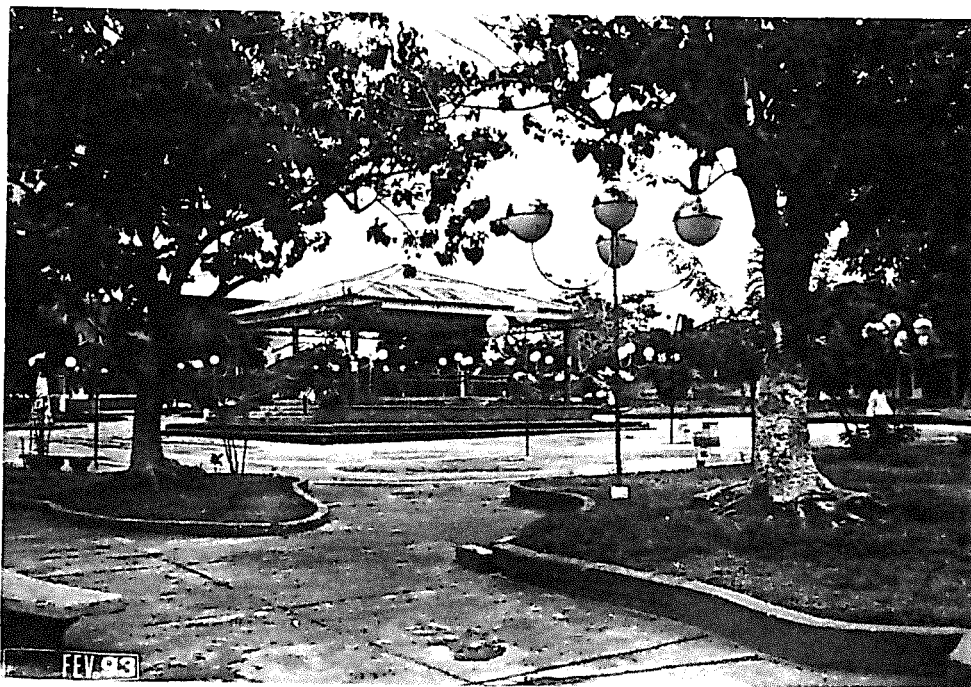
Do exposto, podemos afirmar que o processo de produção espacial expressa o fato de que a sociedade fragmenta-se e com ela a cidade. Em Porto Velho muitos espaços cotidianamente frequentados pela população local, mesmo construídos para usos específicos, possibilitavam a apropriação para outros fins. É o caso do lazer - não planejado -, por exemplo. Hoje, muitas dessas áreas foram

substituídos por estádios de futebol, praças ornamentadas, ginásios poliesportivos, restaurantes especializados, casas noturnas, clubes campestres, cinemas, lojas, parques de esporte, etc., destinados a satisfazer necessidades criadas nesse "novo tempo", que captura as formas de lazer transformando-as em mercadorias.

Porto Velho, enquanto produção recente deve espelhar nas suas construções os valores de uma sociedade emergente. Esses valores que aparecem sob o signo da modernidade, consubstancia-se em formas arquitetônicas novas, nas praças públicas, nos campos de futebol e nos ginásios esportivos, marcando novas formas de relacionamento com a cidade e com o outro.

A concepção de moderno aplicado, por exemplo às praças renovadas, bem como às novas praças, para os arquitetos da prefeitura está ligado a preocupação destes com linhas, formas, modelos e desenhos arquitetônicos. Para estes, *"as novas praças precisam estar incluídas entre as mais modernas do país, oferecendo, para deleite da comunidade portovelhense, conforto, segurança e equipamentos nunca construídos ou oferecidos na cidade, a exemplo das cascatas iluminadas, espelhos de água, relógios digitais marcando hora e temperatura, poços artesianos, canteiros suspensos, proteção especial para as árvores e gramados, jardins requintados, calçadas, além de uma iluminação com*

luminárias bem modernas"⁽⁹³⁾. (ver fotos números 22 e 23 e 24).

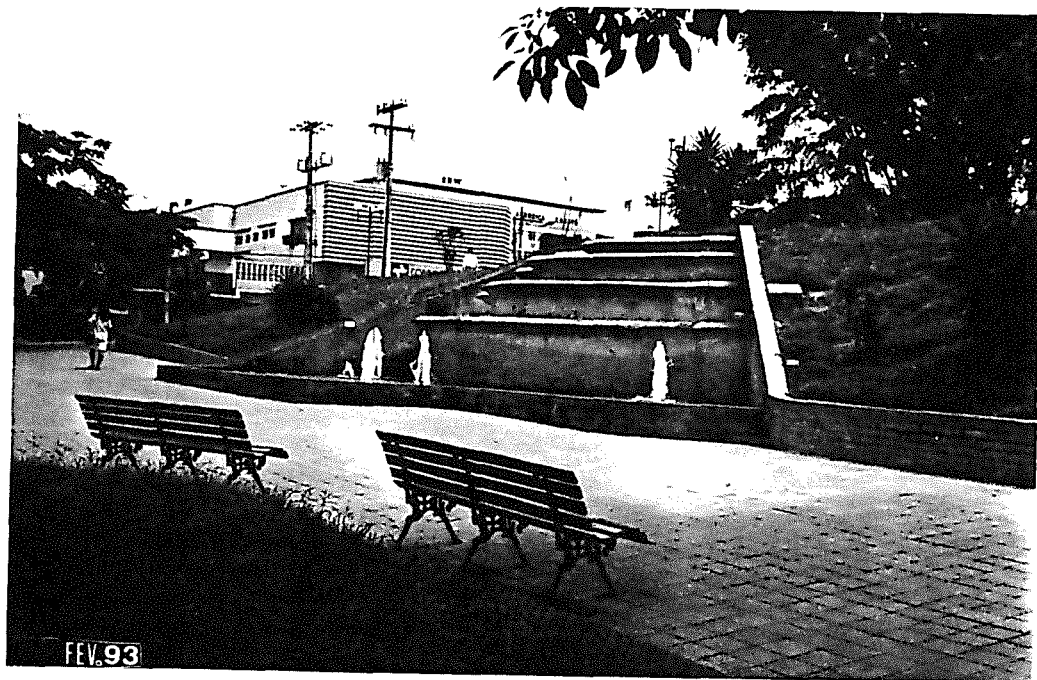


Fotografia nr. 22: Praça Aluizio Ferreira: um coreto mais moderno e muitas luminárias.

⁽⁹³⁾ Depoimento do Sr. Jorge Conte, arquiteto.



Fotografia nr. 23: Idem, os sinais "da modernidade".



Fotografia nr. 24: Praça Marechal Deodoro: calçadas, cascatas de água, jardins cercados, a ausência de usuários.

Essa é a idéia de renovação para os planejadores, isto é, a normatização de áreas inteiras, o

que contribui para eliminar os referenciais da cidade para os antigos moradores.

O visual das praças Marechal Deodoro e Aluizio Ferreira (as mais antigas), foi substituído por linhas arquitetônicas mais modernas e arrojadas que ajudam muito na valorização dos bairros próximos, enquanto que as áreas públicas planejadas para bairros localizados na periferia da mancha urbana, não saíram do papel, o que, para a população aparece como forma de elitização do espaço pela prefeitura.

O discurso utilizado pelos técnicos para justificar um processo de modernização das praças públicas, refere-se ao fato de que as mesmas estavam vazias ou subutilizadas por falta de atrativos e segurança para que a população retornasse a usufruir destas enquanto áreas de lazer.

Após a instalação da televisão na cidade, a tendência das pessoas foi permanecer em suas residências, principalmente a partir do final do dia ou após o horário comercial, o que não acontecia antes. Mesmo os que moram próximos às praças já não as frequentam mais com a assiduidade de tempos atrás. Hoje, observamos que as praças, principalmente as mais centrais, atendem a um público específico, especialmente nos finais de semana: os esportistas que se utilizam como pistas de cooper e equipamentos de ginástica, às mães e babás com crianças em determinados horários do dia e alguns idosos.

A renovação das praças Aluizio Ferreira e Marechal Deodoro atraiu durante alguns dias, após a reinauguração, um significativo número de pessoas interessadas em conhecer as novas instalações, mas logo refluiram.

Parece-nos que determinado público "voltou às praças", exclusivamente para fazer uso de alguns equipamentos instalados recentemente, e não para usufruir como áreas de sociabilidade. O valor das praças hoje é dado pelos elementos modernos ali implantados, os quais são mais aproveitados pelos que residem próximo ou tem facilidades de locomoção.

À medida que as pessoas viajavam para passar suas férias em outros lugares do país, principalmente no centro-sul ou enviando seus filhos para estudarem fora, aos poucos iam introduzindo as novidades nos lares, fundamentalmente no que diz respeito aos eletrodomésticos. Mas a maioria só passou a consumir novos bens dispostos no mercado e adotar novos estilos e hábitos a partir da implantação de meios de comunicação de massa e com a abertura de estradas que viabilizaram a chegada de um número crescente de mercadorias.

Num período de tempo muito curto a população consegue absorver valores vindos do centro-sul. Torna-se comum a aquisição do carro do ano, a troca de eletrodomésticos e móveis da casa, os hábitos, as roupas, a própria residência em estilo "antiquado" é substituída

conforme padrões estampados em revistas de moda, de arquitetura, urbanismo e construções usando novos materiais. A televisão é fundamental para a constituição de um novo modo de vida, educando a população para o consumo. Conforme diz Sodré, *"essa complexa produção de signos vem sendo responsável por uma verdadeira psicopedagogia de massas, encarregada de inculcar nos indivíduos as significações necessárias a torná-los sujeitos-consumidores ou executores urbanos perfeitamente ajustados. Educar para o consumo e para o ajustamento à ordem organizacional é a meta dos mass-media, que terminam funcionando como correias transmissoras dos valores de mercado dos países ricos e desenvolvidos para o universo brasileiro"*(94).

A cidade aos poucos vai adquirindo formas diferenciadas, a paisagem urbana muda totalmente: inúmeros loteamentos, conjuntos habitacionais (populares e de luxo), ruas de comércio especializadas, sucedem-se no espaço, assim como os novos bairros onde vive a maioria da população migrante empobrecida, consolidando, assim, um processo de segregação espacial em Porto Velho, que cristaliza a desigualdade no acesso a serviços e infra estruturas, demonstrando que a cidade é o lugar da existência de uma hierarquia e o locus preferencial da emergência de um modo de vida que se caracteriza como urbano. Porto Velho não resiste ao processo que não respeita fronteiras, mas que não impede, todavia a emergência de possibilidades capazes de

(94) Muniz SODRÉ, Op. Cit. pg. 105.

permitir uma vida diferente num espaço com o qual a sociedade seja capaz de se identificar.

*"Na praça daqueles tempos,
Lá na Marechal Rondon,
A rádio ali do cinema,
Iniciava tocando
A cantiga de Iracema.*

*Muita coisa ainda resiste:
O pôr do sol do Madeira,
Vermelho de fumaça e poeira,
Riachos tão limpos outrora,
Estão bem sujos - agora!"*

(estrofes do poema "Porto Velho"
de Amizael G. da Silva).

B I B L I O G R A F I A

- AMIN, Samir. - Imperialismo e Desenvolvimento Desigual, Ed. Vértice, São Paulo, 1987.
- Arquidiocese de Porto Velho, Equipe Pastoral dos Migrantes, documento: Periferia O Endereço do Migrante, mimeografado, Porto Velho, 1990.
- BECKER, Berta K. - Fronteira Amazônica: Questões Sobre a Gestão do Território, Ed. UnB\UFRJ, Brasília, 1990.
- . Amazônia, Coleção Princípios, Ed. Ática, São Paulo, 1990.
- . Geopolítica da Amazônia, Ed. Zahar, São Paulo, 1982.
- . "A Fronteira em Fins do Século XX: proposições para um debate sobre a Amazônia", Espaço e Debates, nr. 13, São Paulo, 1984.
- BERMAN, Marshall. - Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: A Aventura da Modernidade, Ed. Cia. das Letras, São Paulo, 1990.
- BOSI, Ecléa. - Cultura de Massa e Cultura Popular: Leituras Operárias, Ed. Vozes, São Paulo, 1978.
- BUARQUE, Cristovam. - O Colapso da Modernidade Brasileira, Ed. Paz e Terra, São Paulo, 1992.
- CARDOSO, Fernando H. - Amazônia: Expansão do Capitalismo, Ed. Brasiliense\CEBRAP, São Paulo, 1977.
- CARLOS, Ana Fani A.- A (Re)produção do Espaço Urbano: O Caso de Cotia, Tese de Doutouramento, FFLCH, Departamento de Geografia, mimeo, São Paulo, 1986.

- . A Cidade, Coleção Repensando a Geografia,
Ed. Contexto, São Paulo, 1992.
- CHAUÍ, Marilena. - Cultura e Democracia, Ed. Cortez, São
Paulo, 1990.
- FERREIRA, Manoel R. - A Ferrovia do Diabo, Ed.
Melhoramentos, São Paulo, 1982 (3a edição).
- GIDDENS, Anthony. - As Consequências da Modernidade,
Editora da UNESP, São Paulo, 1990.
- GOTTDIENER, Mark. - A Produção Social do Espaço Urbano, Ed.
EDUSP, São Paulo, 1993.
- GRANOU, André. - Capitalismo e Modo de Vida, Ed.
Afrontamento, Porto, 1975.
- HARDMAN, Francisco F. - Trem Fantasma: A Modernidade na
Selva, Ed. Cia. das Letras, São Paulo, 1991.
- HARVEY, David. - Condição Pós-Moderna, Edições Loyola, São
Paulo, 1992.
- HÉBETTE, Jean - "Grandes Projetos e Transformações na
Fronteira", Espaço e Debates, nr. 15, São Paulo, 1985.
- HELLER, Agnes. - O Cotidiano e a História, Ed. Paz e Terra,
São Paulo, 1989.
- IANNI, Octávio. - Ditadura e Agricultura: O Desenvolvimento
do Capitalismo na Amazônia (1964-78), Ed. Civilização
Brasileira, Rio de Janeiro, 1979.
- . Estado e Planejamento Econômico no Brasil
(1930-70), Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro,
- . A Sociedade Global, Ed. Civilização
Brasileira, Rio de Janeiro, 1992.

- . A Idéia de Brasil Moderno, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1992.
- . Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia, Ed. Vozes, Petrópolis\RJ, 1979.
- KURZ, Robert. - O Colapso da Modernização, Ed. Paz e Terra, São Paulo, 1992.
- LEFEBVRE, Henri. - O Direito à Cidade, Ed. Documentos, São Paulo, 1969.
- . O Pensamento Marxista e a Cidade, Ed. Ulisseia, Lisboa, 1972.
- . O Marxismo, Ed. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1955.
- . Introdução à Modernidade (prelúdios), Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1969.
- . La Vida Cotidiana en el Mundo Moderno, Alianza Editorial, Madrid, 1972.
- . La Révolution Urbaine, Ed. Gallimard, Paris, 1970.
- . De l'Etat. Les Contradictions de l'État Moderne (Tome IV), Ed. Anthropus, Paris, 1978.
- LÉNA, Philippe. e OLIVEIRA, Adélia E. (org.) - Amazônia - A Fronteira Agrícola 20 Anos Depois, Ed. CNP\Museu Goeldi, Belém, 1991.
- LOJKINE, Jean. - O Estado Capitalista e a Questão Urbana, Ed. Martins Fontes, São Paulo, 1981.
- MARTINS, George - "O Significado Demográfico da Fronteira Agrícola", Espaço e Debates, nr. 13, São Paulo, 1984.

- MARTINS, José de S. - Caminhada no Chão da Noite, Ed. Hucitec, São Paulo, 1989.
- . Subúrbio - Vida Cotidiana e História no Subúrbio da Cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velho, Ed. Hucitec\Prefeitura de São Caetano, São Paulo, 1992.
- MENEZES, Esron P. - Retalhos para a História de Rondônia, Ed. Gênese, Porto Velho, 1981.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. - Amazônia: Monopólio, Expropriação e Conflitos, Ed. Papyrus, Campinas\SP, 1987.
- OLIVEIRA, Adélia E. et alli - Amazônia: Desenvolvimento, Integração, Ecologia, Ed. Brasiliense\CNPq, São Paulo, 1983.
- ORTIZ, Renato. - Cultura e Modernidade, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1991.
- PROCÓPIO, Argemiro - Amazônia: Ecologia e Degradação Social, Ed. Alfa-Omega, São Paulo, 1992.
- Prefeitura Municipal de Porto Velho, Plano Diretor da Cidade de Porto Velho, Mimeo., Porto Velho, 1991.
- RIBEIRO, Ana Clara T. e PIQUET, Rosélia(org.) - Brasil Território das Desigualdades: Descaminhos da Modernização, Ed. Zahar, São Paulo, 1991.
- SANTAELLA, Lúcia - Arte & Cultura - Equívocos do Elitismo, Ed. Cortez, São Paulo, 1990 (2a edição).
- SANTOS, Milton. - O Espaço do Cidadão, Ed. Nobel, São Paulo, 1987.

- . Por Uma Geografia Nova, Ed. Hucitec, São Paulo, 1986 (3a edição).
- SHIMIDT, Benício e FARRET, Ricardo - A Questão Urbana, Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1986.
- SILVA, Amizael G. - No Rastro dos Pioneiros: Um Pouco da História Rondoniana, Ed. Escopo, Porto Velho, 1984.
- . "Amazônia - Porto Velho", Ed. Secretaria Municipal de Educação, Porto Velho, 1990.
- SINGER, Paul. - Economia Política da Urbanização, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1990 (12a edição).
- SMITH, Neil. - Desenvolvimento Desigual, Ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1988.
- SODRÉ. Muniz. - A Máquina de Narciso: Televisão, Indivíduo e Poder no Brasil, Ed. Cortez, São Paulo, 1990.
- SPOSITO, Maria E. B. - Capitalismo e Urbanização, Coleção Repensando a Geografia, Ed. Contexto, São Paulo, 1988.
- VALLE, Edênio e QUEIRÓZ, José (org) - A Cultura do Povo, Ed. Cortez, São Paulo, 1988.

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: <http://ppgh.ffeilch.usp.br/>.

